



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE FEIRA DE SANTANA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PLANEJAMENTO TERRITORIAL  
MESTRADO PROFISSIONAL – PLANTERR**

**JOÃO CARLOS TÍNEL ANDRADE**

**DESENVOLVIMENTO REGIONAL SUSTENTÁVEL: A EXPERIÊNCIA DO  
BANCO DO BRASIL NA ASSOCIAÇÃO QUILOMBOLA DE BOM JARDIM E  
MONTEIRO EM CAEM- BA**

**FEIRA DE SANTANA-BA  
2018**

**JOÃO CARLOS TÍNEL ANDRADE**

**DESENVOLVIMENTO REGIONAL SUSTENTÁVEL: A EXPERIÊNCIA DO BANCO  
DO BRASIL NA ASSOCIAÇÃO QUILOMBOLA DE BOM JARDIM E MONTEIRO  
EM CAEM- BA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Planejamento Territorial (PLANTERR), em nível de Mestrado Profissional, como requisito obrigatório para a obtenção do grau de Mestre em Planejamento Territorial pela Universidade Estadual de Feira de Santana.

Orientador: Prof. Dr. Rossine Cerqueira da Cruz.

**FEIRA DE SANTANA-BA**

**2018**

## Ficha Catalográfica – Biblioteca Central Julieta Carteado

Andrade, João Carlos Tínel

A567d Desenvolvimento regional sustentável: a experiência do Banco do Brasil na Associação Quilombola de Bom Jardim e Monteiro em Caem-BA./ João Carlos Tínel Andrade. – 2018.

124f.: il.

Orientador: Rossine Cerqueira da Cruz

Dissertação (mestrado) –Universidade Estadual de Feira de Santana. Programa de Pós-Graduação em Planejamento Territorial, 2018.


1.Desenvolvimento sustentável. 2. Planos de negócios.  
3.Território de identidade. I.Cruz, Rossine Cerqueira da, orient.  
II.Universidade Estadual de Feira de Santana. III.Título.

CDU: 658 (814.2)

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE FEIRA DE SANTANA  
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E FILOSOFIA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PLANEJAMENTO TERRITORIAL –  
PLANTERR - MESTRADO PROFISSIONAL

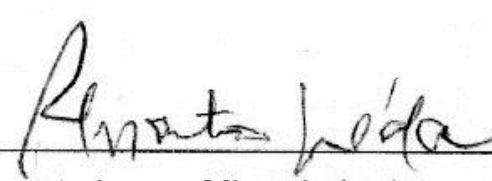
JOÃO CARLOS TÍNEL ANDRADE

DESENVOLVIMENTO REGIONAL SUSTENTÁVEL: A EXPERIÊNCIA DO BANCO DO  
BRASIL NA ASSOCIAÇÃO QUILOMBOLA DE BOM JARDIM E MONTEIRO EM CAEM-  
BA



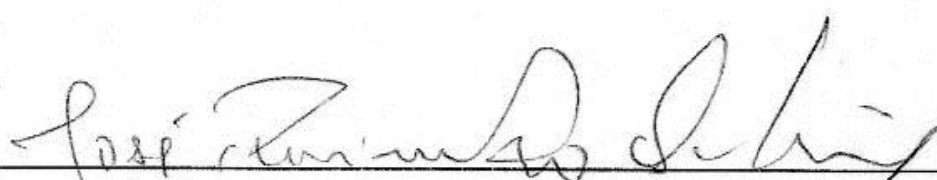
---

Prof. Dr. Jânio Laurentino de Jesus Santos  
PLANTERR/UEFS



---

Prof. Dr. Renato Leone Miranda Leda  
UNEB



---

Prof. Dr. José Raimundo Oliveira Lima  
UEFS

Aprovado em 31 de agosto de 2018

## **AGRADECIMENTOS**

Este estudo só foi possível ser realizado com o apoio de várias pessoas e instituições.

Jesus Cristo nosso senhor.

Agradecer inicialmente a minha família.

Agradecer a minha esposa Ana, que incentivou a realização deste curso e teve a habilidade de manter a casa em harmonia enquanto eu estava ausente. Aos meus queridos filhos João Pedro e Mariana devido às ausências em alguns eventos da escola.

Ao meu pai João Pereira, que nos seus 87 anos serve de incentivo, buscando sempre a felicidade. A minha irmã Argélia e ao meu cunhado Gerson por guardar a minha casa e meus filhos quando eu estava em viagem. E à Bibi, companheira fiel nas madrugadas.

Agradecer ao Banco do Brasil por apoiar oportunidades de estudo de graduação e pós-graduação aos seus funcionários. Ao Superintendente Regional Moisés pelo apoio.

A Ivanilton, assessor da Regional Juazeiro, que sempre intermediou as aulas do curso. A Agenor, o Analista Técnico Rural do Banco do Brasil. Aos colegas do banco das agências de Serrolândia e Saúde, que mantiveram o funcionamento das agências enquanto eu cursava as aulas na Universidade.

À Universidade Estadual de Feira de Santana por manter cursos de pós-graduação gratuitos. À coordenação do mestrado em Planejamento Territorial (PLANTER). A todos os professores e professoras do curso de mestrado. Em especial aos professores Rossine, Nacelice e José Raimundo. Aos professores da banca de qualificação e aprovação.

Aos colegas de turma pelo esforço em conjunto. Aos meus colegas José Neto e Carlos por todas as angústias e alegrias divididas.

Ao Professor Marccone Dennys por ter sido o primeiro a indicar sugestões ao trabalho.

A todos os meus amigos pelas ausências em algum evento.

A Ademário, com seu conhecimento nas aulas de campo e a Cleber pelos registros fotográficos. A Nerivaldo e à Larissa por todo o apoio indispensável.

E um agradecimento especial a todos os associados da Associação Quilombola de Bom Jardim e Monteiro e à Valdeci, que sempre me recebeu com um belo sorriso.

## RESUMO

Este trabalho tem o objetivo de analisar a participação do Banco do Brasil no desenvolvimento regional sustentável no Território de Identidade do Piemonte da Diamantina, no Estado da Bahia. A pesquisa tem como foco analisar a experiência do Banco do Brasil através da implementação de Planos de Negócios nos municípios onde estão localizadas as agências do Banco do Brasil. Ficou delimitado o Território de Identidade do Piemonte da Diamantina como área de análise e fez-se necessário realizar a caracterização através da descrição dos seus aspectos sociais, ambientais, econômicos e culturais. Um ponto fundamental do trabalho foi a discussão sobre os conceitos de *território*, *território de identidade* e *desenvolvimento sustentável*. Uma vez que a análise da pesquisa é pautada pela estratégia do Banco do Brasil, foram descritas as etapas da metodologia utilizada pela empresa para implementar os planos de negócios em Desenvolvimento Regional Sustentável (DRS). Os Planos de Negócios buscam impulsionar o DRS, através da inserção de metodologia participativa, mobilização de agentes locais para a criação de rede de parcerias, com o intuito de apoiar atividades produtivas locais e gerar trabalho e renda em negócios, economicamente, viáveis, socialmente justos e, ambientalmente, corretos e que respeitem a diversidade cultural do território. A análise foi realizada em um Plano de Negócio: plano da mandioca implementado na associação quilombola dos produtores de mandioca de Bom Jardim e Monteiro (AquiBom), no município de Caem. Estudar este plano pode contribuir para o aperfeiçoamento da estratégia do Banco do Brasil ou, até mesmo, na criação de novas formas de apoiar as atividades produtivas no país.

**Palavras-Chave:** Plano de negócios, desenvolvimento sustentável, território de identidade, metodologia participativa.

## ABSTRACT

This work had the objective of analyzing the participation of the Bank of Brazil in the regional sustainable development in the Territory of Identity of the Piedmont of Diamantina in the State of Bahia. The research focuses on the experience of Bank of Brazil through the implementation of business plans in the municipalities where Bank of Brazil's branches are located. We delimit the Diamantina Piedmont Identity Territory as an area of analysis and it was necessary to carry out the characterization by describing its social, environmental, economic and cultural aspects. A fundamental point of the work was the discussion about the concepts of territory, territory of identity and sustainable development. Since the analysis of the research is based on the strategy of Bank of Brazil, the methodology used by the company to implement the Sustainable Regional Development (SRD) business plans was described. The business plans seek to boost Sustainable Regional Development through the insertion of a participatory methodology, mobilization of local agents to create a network of partnerships, with the purpose of supporting local productive activities to generate work and income in economically viable, socially just and environmentally correct and respecting the cultural diversity of the territory. The analysis was carried out in a business plan: cassava plan implemented in the Quilombola Association of the cassava producers of Bom Jardim and Monteiro (AquiBom), in the municipality of Caem. Studying this plan can contribute to the improvement of Bank of Brazil's strategy or even to creating new ways to support productive activities in the country.

**Keywords:** Business Plan, Sustainable Development, Identity Territory, Participatory Methodology.



## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 —	Territórios de Identidade do Estado da Bahia . . . . .	32
Quadro 1 —	Territórios de Identidade do Estado da Bahia . . . . .	32
	Estados integrantes do Semiárido brasileiro por municípios. . . . .	38
Figura 2 —	Municípios do Território de Identidade do Piemonte da Diamantina. . . . .	42
Figura 3 —	Malha Viária do Território de Identidade do Piemonte da Diamantina. . . . .	43
Figura 4 —	Malha Viária do Território de Identidade do Piemonte da Diamantina. . . . .	44
Figura 5 —	Estação de trem Pau Seco . . . . .	46
Figura 6 —	Estação de trem Pau Seco . . . . .	46
Figura 7 —	Residência na localidade de Bom Jardim, Caem . . . . .	48
Figura 8 —	Piemonte da Diamantina rural e urbano . . . . .	49
Figura 9 —	População urbana e rural em 1991 . . . . .	50
Figura 10 —	População urbana e rural em 2000 . . . . .	51
Figura 11 —	População urbana e rural em 2010 . . . . .	52
Figura 12 —	Hipsometrica Piemonte da Diamantina. . . . .	53
Figura 13 —	Vegetação do Piemonte da Diamantina . . . . .	54
Figura 14 —	Geologia do Piemonte da Diamantina. . . . .	55
Figura 15 —	Classe de solos do Piemonte da Diamantina . . . . .	56
Figura 16 —	Unidades geomorfológicas do Piemonte da Diamantina. . . . .	57
Quadro 2 —	Bacias hidrográficas do Piemonte da Diamantina. . . . .	60
Quadro 3 —	Trabalho e rendimento no Piemonte da Diamantina. . . . .	61
Quadro 4 —	Economia no Piemonte da Diamantina. . . . .	62
Quadro 5 —	Produção agropecuária em 2016 da Lavoura permanente do Piemonte da Diamantina. . . . .	63
Quadro 6 —	Produção agropecuária em 2016 da Lavoura temporária do Piemonte da Diamantina. . . . .	63
Quadro 7 —	Instituições financeiras em 2016 do Piemonte da Diamantina . . .	64
Quadro 8 —	Instituições financeiras em 2016 do Piemonte da Diamantina . . .	64
	Autores e suas propostas de desenvolvimento: séculos XVIII, XIX, XX . . . . .	68

Quadro 9 — Critérios de sustentabilidade . . . . .	78
Quadro 10 — Cinco pilares do Desenvolvimento Sustentável . . . . .	79
Figura 17 — Composição acionária do Banco do Brasil . . . . .	80
Quadro 11 — Visão da estratégia em DRS do Banco do Brasil . . . . .	89
Quadro 12 — Módulos da metodologia em DRS. . . . .	90
Figura 18 — Fluxograma demonstrando a metodologia do DRS . . . . .	91
Figura 19 — Fluxograma demonstrando a metodologia do DRS . . . . .	91
Quadro 13 — Funcionários lotados nas agências do Banco do Brasil no Piemonte da Diamantina. . . . .	97
Quadro 14 — Número de Pplanos de Negócios elaborados por agências do Banco do Brasil . . . . .	98
Figura 20 — Locais de produção do beiju da associação AquiBom. A - Antes da construção da indústria; B - Após a construção da Indústria. . . . .	99
Figura 21 — Presença do Banco do Brasil nas comunidades de Bom Jesus e Monteiro. A - Placa alusiva ao DRS do Banco do Brasil. B - Placa de inauguração da indústria de derivados da mandioca com a rede de parceria . . .	101
Figura 22 — Implementação do Plano de Negócios da mandioca nas comunidades de Bom Jardim e Monteiro. A - Cheque do Banco do Brasil. B -Faixa da AquiBom em agradecimento ao Banco do Brasil . . . . .	102

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 — População do Piemonte da Diamantina . . . . .	59
--	----

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BACEN	Banco Central do Brasil
BB	Banco do Brasil
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CEDETER	Conselho Estadual de Desenvolvimento Territorial
CEPLAB	Centro de Planejamento da Bahia
CNUDES	Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável
CODETER	Conselho Estadual de Desenvolvimento Territorial
COELBA	Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia
CRSS	Comissão de Responsabilidade Social e Sustentável
DERBA	Departamento de Infraestrutura de Transportes da Bahia
DRS	Desenvolvimento Regional Sustentável
DS	Desenvolvimento Sustentável
ETHOS	Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social
FEBRABAN	Federação Brasileira de Bancos
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas
IF	Instituição Financeira
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
ONG	Organização não Governamental
PIB	Produto Interno Bruto
PNOT	Política Nacional de Ordenamento Territorial
PPA	Plano Plurianual
PRONAT	Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais
RSA	Responsabilidade Socioambiental
SDT	Secretaria de Desenvolvimento Territorial
SEI	Superintendência de Estudos Econômicos
SEPLAN	Secretaria de Planejamento
SGM	Superintendência de Geologia e Recursos Minerais
SISBB	Sistema de Informações do Banco do Brasil
	Sistema Único de Saúde

TCLE	Termo de Consentimento de Livre Esclarecido
UEFS	Universidade Estadual de Feira de Santana
UNEB	Universidade Estadual da Bahia

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	16
1.1 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS .....	18
1.2 OS CAPÍTULOS .....	25
<b>2 BREVE DISCUSSÃO CONCEITUAL E INSERÇÃO DO TERRITÓRIO DE IDENTIDADE PIEMONTE DA DIAMANTINA NAS POLÍTICAS TERRITORIAIS DA BAHIA.</b> .....	26
2.1 A ABORDAGEM TERRITORIAL .....	30
2.2 O TERRITÓRIO DE IDENTIDADE E O PLANO PLURIANUAL PARTICIPATIVO - PPA 2016-2019 .....	40
2.3 O TERRITÓRIO DE IDENTIDADE DO PIEMONTE DA DIAMANTINA: DADOS POPULACIONAIS, AMBIENTAIS E CONDIÇÕES DO SOLO .....	43
2.4 O TERRITÓRIO DE IDENTIDADE DO PIEMONTE DA DIAMANTINA: ANÁLISE SOCIOECONÔMICA .....	47
<b>3 DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: HISTÓRICO.</b> .....	65
3.1 DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: DA TEORIA À PRÁTICA .....	68
3.2 DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS.	76
<b>4 EXPERIÊNCIA DO BANCO DO BRASIL NO DESENVOLVIMENTO REGIONAL SUSTENTÁVEL</b> .....	80
4.1 PROCESSO HISTÓRICO-EVOLUTIVO DO BANCO DO BRASIL FRENTE A ECONOMIA BRASILEIRA .....	81
4.2 A RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL NO BANCO DO BRASIL ...	86
4.3 A ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL SUSTENTÁVEL .	88
4.4 METODOLOGIA DO DRS .....	90
<b>5 PLANOS DE NEGÓCIOS EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL SUSTENTÁVEL NO MUNICÍPIO DE CAEM: UMA ESTRATÉGIA DO BANCO DO BRASIL</b> .....	96
5.1 O PLANO DE NEGÓCIOS DA ASSOCIAÇÃO QUILOMBOLA DOS PRODUTORES DE MANDIOCA DE BOM JARDIM E MONTEIRO (AQUIBOM), MUNICÍPIO DE CAEM. ....	99
<b>6 CONCLUSÃO</b> .....	106
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	108
<b>APÊNDICE A</b> — TRANSCRIÇÃO DA ENTREVISTA CONCEDIDA PELO ANALISTA TÉCNICO RURAL (ATR) DO BANCO DO BRASIL EM 01/11/2017.....	112
<b>APÊNDICE B</b> — REGISTRO FOTOGRÁFICO REALIZADO NAS ASSOCIAÇÕES E INDÚSTRIAS: PROCESSO DE PRODUÇÃO DO BEIJU, EMPACOTAMENTO E, POSTERIOR, VENDA NA FEIRA. ....	117
<b>APÊNDICE C</b> – TRANSCRIÇÃO DA ENTREVISTA CONCEDIDA PELA PRESIDENTE DA AQUIBOM EM OUTUBRO DE 2018.....	119

<b>ANEXO A</b> — REGISTROS FOTOGRÁFICOS DA INAUGURAÇÃO DA INDÚSTRIA DE BEIJU AQUIBOM EM 2011.....	121
<b>ANEXO B</b> — DOCUMENTO DA FUNDAÇÃO PALMARES RECONHECENDO A ASSOCIAÇÃO QUILOMBOLA DE BOM JARDIM E MONTEIRO.....	122
<b>ANEXO C</b> — DOCUMENTO COMPROBATÓRIO DO PROJETO "CONSTRUÇÃO DE UNIDADE PRODUTIVA PARA BENEFICIAMENTO DE DERIVADOS DA MANDIOCA NA COMUNIDADE BOM JESUS E MONTEIRO" PROPOSTO PELO BANCO DO BRASIL.....	123

## 1 INTRODUÇÃO

No que diz respeito ao cenário socioeconômico, o Nordeste do Brasil ainda é tratado como uma "região periférica" (PESSOA & MILANE 2016). Porém, atualmente, é observada uma mudança em determinados setores, como o aumento do emprego e renda e, conseqüente, redução do índice de pobreza. No entanto, estas mudanças ainda não foram significativas para tornar esta região autossuficiente e capaz de transformar positivamente suas estruturas econômicas e sociais (PESSOA & MILANE 2016). Correlacionado a isto vem a necessidade e o desafio de se associar o crescimento econômico à preservação do meio ambiente, buscando, assim, um desenvolvimento sustentável, capaz de inter-relacionar economia, meio ambiente e questões sociais (MELO 2015; ACIESP, 1987).

Em 2003, o Banco do Brasil (BB), como agente ou instrumento de política pública, lançou o Desenvolvimento Regional Sustentável (DRS). O DRS é caracterizado pela implantação de Planos de Negócios, que são estruturados através da criação de uma rede de parceiros, com os objetivos comuns de fortalecer uma atividade produtiva e gerar trabalho e renda, de forma sustentável, nos municípios onde estão localizadas as suas agências.

Através da sua estratégia, o BB implementou 18 Planos de Negócios no Território de Identidade do Piemonte da Diamantina entre os anos de 2003 a 2017. Dentre as atividades produtivas escolhidas para fazerem parte da estratégia, estão: 1) ovino caprinocultura (com objetivo principal de melhorar o rebanho para a venda do leite e da carne); 2) oleaginosas para biocombustível (produção de biodiesel através da retirada do óleo essencial de plantas como a mamona e o girassol); 3) apicultura (produção de mel, própolis e cera); 4) cultivo de mandioca (produção de produtos derivados da mandioca como farinha e beiju); 5) artefatos de bambu (para produção de artesanato); 6) cultivo de sisal (planta utilizada na produção de cordas e artesanatos); 7) artefatos de couro (curtida de animais utilizada como material para a produção de bolsas, cintos e sapatos); 8) floricultura (produção de buques e arranjos) e, 9) artesanato em pedra (beneficiamento de pedras naturais para a confecção de objetos de decoração).



No entanto, nem sempre os Planos de Negócios atenderam, de forma satisfatória, o objetivo de fomentar a geração de trabalho e renda nos municípios do Piemonte da Diamantina, por conta de algumas questões: os funcionários do BB não conhecem a Política de Desenvolvimento Regional Sustentável (PDRS) da empresa; o Banco não teve como prioridade desenvolver os Planos de Negócios; a colaboração da rede de parceria ficou comprometida por falta de uma concentração mais eficaz; os beneficiários não participaram das etapas da escolha da atividade 14 produtiva dos Planos de Negócios.

Os Planos de Negócios podem aumentar a capacidade financeira da população através da geração de trabalho e renda e, com isso, proporcionar uma melhora da qualidade de vida dos beneficiários, cumprindo, assim, uma função social e ambiental, através da concessão de crédito, de forma participativa, inclusiva e sustentável.

O Banco divulga, nas suas comunicações internas, notícias vinculadas à temática referente as suas propostas de DRS mas, por não ser uma prioridade, a empresa não consegue atrair o desejo de conhecimento e participação da maioria dos seus funcionários. Apresenta em seu balanço social as ações relativas a sua responsabilidade socioambiental e propaga nos meios de comunicação seus programas e projetos da PDRS que, na maioria das vezes, não é perceptível na prática nas comunidades.

Esta dissertação tem como objetivo geral analisar os resultados da estratégia em DRS do Banco do Brasil, na Associação Quilombola de Produtores da Mandioca de Bom Jardim e Monteiro (AquiBom), no município de Caem-BA. Para isso, definimos como questões centrais o processo de execução, bem como a importância de tais planos para a comunidade do município de Caem, que está situada no Piemonte da Diamantina e onde foi executado pelo Banco do Brasil o Plano de Negócios da mandioca.

Para atingir esse objetivo, torna-se necessário responder ao questionamento que deu origem a esta pesquisa: por que o Plano de Negócios da mandioca na Associação Quilombola de Bom Jardim e Monteiro pode ser um exemplo de iniciativa de geração de trabalho e renda em desenvolvimento sustentável?

Esta pergunta se justifica porque o Plano de Negócios da mandioca na AquiBom foi o único a ser implementado dentre os 18 iniciados pelo BB, no Território de Identidade do Piemonte da Diamantina. O Banco escolheu o plano da

mandioca da AquiBom por ser uma cultura característica da região e por recomendação da rede de parcerias, que já vinham desenvolvendo o trabalho na comunidade.

A resposta a esta pergunta passa pelas seguintes hipóteses: o Plano de Negócios da mandioca da AquiBom foi o único a receber recursos financeiros do BB, no Território de Identidade do Piemonte da Diamantina; os recursos técnicos e financeiros foram suficientes e aprimoraram as condições no processo de produção e comercialização dos produtos derivados da mandioca; ocorreu sustentabilidade no desenvolvimento local decorrente de ações do Plano de Negócios da mandioca.

Para o alcance dos resultados da pesquisa e relacionar com o objetivo geral, fizeram-se necessários os seguintes objetivos específicos: caracterizar a área de análise; discutir desenvolvimento sustentável; analisar a metodologia em DRS no plano da mandioca e verificar se o plano de negócios da mandioca atingiu o objetivo de gerar trabalho e renda de forma sustentável.

Utilizaram-se os seguintes instrumentos metodológicos para atingir o objetivo do estudo: levantamento bibliográfico, mapeamento, confecção de mapas temáticos, entrevista semiestruturada e trabalho de campo, através de visitas na casa do beiju e nas barracas na feira livre.

## 1.1 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O início deste estudo se dá com a definição do Território de Identidade do Piemonte da Diamantina como recorte espacial. Buscou-se, inicialmente, analisar o território como um todo, sem fragmentá-lo. Ao decorrer do texto, especificaram-se os municípios de abrangência da estratégia comercial, a qual é ponto central da pesquisa.

Delimitado o recorte espacial, foi feito o levantamento bibliográfico, com o intuito de obter informações acerca dos argumentos e conceitos utilizados para a realização da abordagem territorial do objeto de estudo. A abordagem territorial compreende que o território é composto de pessoas, atores sociais, espaços diferenciados de convivência, agentes públicos, políticas e mercado. Tais componentes são necessários para a percepção da formação do Território de Identidade.

Buscou-se no estudo entender o conceito e a formação dos Territórios de Identidade da Bahia. O delineamento teórico inicial foi realizado com base no Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), órgão federal que adota a abordagem territorial como referência conceitual para a promoção do DRS. O MDA é o gestor do Programa de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais (PRONAT); assim, uma abordagem sobre esse programa fez-se necessária para relacionar a ideia de ordenamento territorial do governo federal com a política territorial do Estado da Bahia.

O levantamento dos Territórios de Identidade foi realizado através da Secretaria de Planejamento (SEPLAN) do Estado da Bahia e esta descrição foi essencial para quantificar os Territórios de Identidade (TI) no Estado. Partiu-se, então, para a identificação dos decretos e leis que instituíram a formação destes territórios: o decreto 12.354 de 25/08/2010 e a lei 13.214 de 29/12/2014. Até esta etapa da pesquisa, a página virtual das instituições (MDA, SEPLAN) disponibilizadas na internet foram as principais fontes de consulta.

Discussões a respeito do ordenamento territorial brasileiro foram cruciais para entender a gênese do ordenamento dos territórios baianos. Na constituição brasileira de 1988 já constava tentativas de leis para a elaboração e a execução de planos nacionais de ordenamento. Em 2006, foi elaborada a Política Nacional de Ordenamento Territorial (PNOT), através do Ministério da Integração Nacional (MI). Esta política federal de Ordenamento influenciou o governo do Estado da Bahia a dividir o Estado em unidades de planejamento chamadas de TI. Essa discussão de gestão territorial através dos mecanismos de gestão do governo federal serviu para ratificar o título desta pesquisa, pois, percebeu-se que, através de decisão política externa como instituição financeira a serviço do governo federal, o BB foi utilizado como instrumento de execução de políticas territoriais, através da estratégia negocial do DRS.

Para a gestão dos TI foi criado o Plano Plurianual Participativo (PPA). O PPA tem a finalidade de viabilizar a implementação e a gestão das políticas públicas, convergir a ação governamental e orientar a definição de prioridades para atingir condições de desenvolvimento sustentável nos territórios. Analisar o PPA fez-se necessário para verificar a participação popular nos conselhos e nos colegiados que tratam da gestão do território. Através da SEPLAN, foi possível acesso ao PPA de 2016 a 2019 e, através deste acesso, foi possível

averiguar que os conselhos territoriais têm o poder de realizar alterações na formação dos TI. Exemplo disso foi a alteração no Território de Identidade do Piemonte da Diamantina, o qual era constituído de 10 municípios, e passou a contar com 09 municípios na sua formação no PPA 2016 a 2019.

Um dos conceitos primordiais apresentado nesta pesquisa foi o de *território*, realizado por meio das discussões de Milton Santos e Rogério Haesbaert. Um território de relações de poder, de relações políticas e um território da relação com o dinheiro (principal produto do BB). O conceito de *território* proposto pelo MDA também foi debatido nesta pesquisa, uma vez que faz parte da concepção da abordagem territorial dos Territórios de Identidade. Outro importante conceito abordado foi o de *identidade*, baseado nas argumentações realizadas por Marcos Aurélio Saquet e Stuart Hall. Para Saquet (2013), a identidade é vivida e presente no território. Por sua vez, Hall (2006) retrata como o processo da globalização é influenciada pela identidade, através do viés político.

Após uma breve contextualização dos conceitos de *território* e *identidade*, recorreu-se à técnica de mapeamento dos estudos geográficos, uma vez que a elaboração e a análise de mapas temáticos representam importantes fases para o entendimento da evolução dos ambientes relacionados às formas, gênese e processos. Para aplicação, seguiu-se um conjunto de procedimentos técnicos e operacionais, no qual procurou-se desenvolver uma caracterização e interpretação da paisagem, de forma sistemática, a partir do levantamento de informações ambientais e sociais da área de estudo.

Os temas ambientais, sociais e físicos foram separados e trabalhados, de forma a compor uma base contínua para abranger toda a área de pesquisa. A partir da delimitação da área, foi possível extrair as informações planimétricas do local, como rede de drenagem, limites administrativos do TI e vias de circulação.

Os mapas que apresentam as dimensões sociodemográficas do TI foram elaborados a partir dos dados dos censos demográficos de 1991, 2000 e 2010. Para a variável de população, trabalhou-se com o número de habitantes em cada município. A elaboração dos mapas, nesta etapa, inclui o levantamento da população total, urbana e rural. Deste modo, os mapas representam uma síntese das variáveis e apresentam um panorama geral dos municípios, mostrando questões demográficas em mapas coropléticos, cuja tonalidade mais escura representa um valor maior da variável em análise, em que também é

possível identificar por meio dos gráficos os totais de habitantes na áreas rurais e urbanas de cada município.

O inventário dos componentes naturais foi realizado a partir da delimitação da área de estudo e construção da base cartográfica, onde foram organizados os mapas físicos (Hipsométrico, Geológico, Pedológico, Hidrográfico e Cobertura Vegetal). A delimitação da área de estudo, bem como as informações sobre hidrografia, malha viária, manchas urbanas e drenagem foram obtidas através dos arquivos do banco de dados da Superintendência de Estudos Sociais da Bahia (SEI-BA), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), contendo as malhas cartográficas dos municípios do Estado da Bahia.

Foi realizada a caracterização física da área de estudo no sentido de abordar informações, a exemplo da localização geográfica e distribuição espacial de geologia, geomorfologia, solos, hipsometria, clima e cobertura vegetal. Para estas características, foram adotados procedimentos de digitalização e elaboração dos mapas, utilizando-se *software* de Sistema de Informações Geográficas (SIG). Para finalização dos produtos cartográficos que compõem esta dissertação, foram utilizados os padrões e convenções cartográficas para simbolizar cada tema.

A elaboração do mapa geológico consiste na compilação, a partir do georreferenciamento da Carta Geológica do Estado da Bahia elaborada pela Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais (CPRM), em escala 1.250.000 que, após recortados e ajustados ao limite do TI, configura a geologia do local.

O relevo da área de estudo foi analisado por fontes secundárias, por meio de imagens de satélite e cartas topográficas. O produto cartográfico gerado no *software* de SIG correspondeu ao mapa de hipsometria, o qual foi elaborado a partir da imagem ALOS PALSAR (resolução espacial de 12,5 metros), disponível no site do Serviço Geológico dos Estados Unidos (USGS) e no mapa das Unidades Geomorfológicas, sendo que a nomenclatura foi definida a partir do Mapa de Geomorfologia do Brasil (1981). Para a elaboração do mapa de solos, foi feita a compilação, a partir da Carta de Solos, elaborada pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), em escala 1:250.000 que, após recortada e ajustada ao limite do TI, configura os diferentes tipos de solos presentes na área de estudo.

A análise do clima ocorreu por meio de referências bibliográficas e obtenção dos dados de precipitação e temperatura, registrados na base de dados SIG-BA. Não foi necessário aplicar qualquer edição, modificação ou generalização. Tais dados foram utilizados na forma original do cartograma final, com a espacialização das médias de chuvas, representadas pelas isoietas sobre o território. A única forma de alteração aplicada foi a da variável cor, na qual se buscaram os padrões existentes para simbolizar cada tema.

A compreensão sobre os dados socioeconômicos do território é importante no processo de implementação de uma determinada política pública. Neste sentido, procuraram-se dados no IBGE sobre população, trabalho e rendimento, economia, rebanho, produção agropecuária para subsidiar tomadas de decisão na escolha da atividade produtiva, que podem acolher incentivos de programas de DRS.

Quanto à questão do desenvolvimento sustentável, tornou-se necessário realizar uma análise do conceito através de correntes filosóficas divergentes. Uma que defende o desenvolvimento com sustentabilidade e outra que trata o desenvolvimento sustentável como mais uma forma de utilização dos recursos naturais pelo capital globalizado. Para o entendimento da construção do conceito, fez-se necessário um breve histórico das publicações e movimentos que, após a II Guerra Mundial, começaram a abordar a questão do desenvolvimento sustentável. Foi fundamental expor a publicação do livro *Primavera Silenciosa*, da bióloga americana Rachel Carson, de 1962. Vale ressaltar também que as preliminares dos debates aconteceram em 1968, no chamado Clube de Roma, que tinha na sua formação representantes de grandes corporações à época. O Clube de Roma teve o objetivo de discutir problemas econômicos, políticos, naturais e sociais. Em se tratando de conferências mundiais, citamos: a conferência de Estocolmo, em 1972, como o primeiro ato institucionalizado a debater questões ambientais, tendo como referencial as gerações futuras; a RIO-92, que ocorreu na cidade do Rio de Janeiro e recebeu representantes de vários países do mundo; a RIO+10, tendo como sede Joanesburgo na África do Sul; e a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (DS), realizada em 2012, no Rio de Janeiro. A apresentação destas conferências mostra as tentativas de acordos para minimizar os impactos dos processos produtivos da economia no meio natural e na sociedade.

O percurso do debate dos conceitos do DS, na pesquisa, teve como enunciado as ideias de desenvolvimento propostas por economistas dos séculos XVIII, XIX e XX. Essas bases teóricas foram importantes para apontar diferenças entre crescimento e desenvolvimento. Logo após, citaram-se as críticas ao crescimento econômico feitas por Celso Furtado e a ideia de desenvolvimento, como liberdade de Amartya Sen. Para a análise do conceito de *desenvolvimento sustentável*, consideraram-se as ideias de Ignacy Sachs, Enrique Leff, José Eli da Veiga e Carlos Walter Porto Gonçalves. Outra questão debatida foi o uso do termo *desenvolvimento sustentável* nos bancos e nas empresas, se é como estratégia de responsabilidade socioambiental ou como estratégia de marketing. Tal termo é de grande importância, uma vez que o BB é o agente de atuação no território analisado.

Procurou-se relatar o processo histórico-evolutivo do BB, bem como sua relação com a economia brasileira. Tomou-se como ponto de partida a sua criação em 1808 até 2017, relacionado com os grandes fatos econômicos e políticos da história do Brasil. Analisar a estratégia em DRS do BB é o objetivo principal desta pesquisa e, neste sentido, é prudente descrever toda a metodologia usada pela empresa na implementação dos seus Planos de Negócios no Território de Identidade do Piemonte da Diamantina. Foram descritos os módulos de preparação, estruturação e gestão da estratégia, as quais configuram etapas necessárias para implementação de um Plano de Negócio. Para que essa parte da pesquisa fosse executada, utilizaram-se informações contidas na cartilha do DRS, disponível na página corporativa do Banco do Brasil.

Foi analisada a atividade produtiva dos derivados da mandioca, que é desenvolvida na AquiBom. A AquiBom está localizada nos povoados de Bom Jardim e Monteiro, município de Caem, e recebeu valores para a construção de duas fábricas de beneficiamento da mandioca, advindo da Fundação Banco do Brasil (FBB). O plano é considerado um caso de sucesso, pois proporcionou melhores condições de trabalho e gerou maior renda aos associados. Os produtos são comercializados nas feiras livres e nos supermercados regionais.

Após a descrição da metodologia em DRS, deu-se a necessidade de verificar se Planos de Negócios foram implementados no Território de Identidade do Piemonte da Diamantina. O Analista Técnico Rural (ATR), através de entrevista concedida na agência de Jacobina, forneceu informações relativas ao processo de

execução dos Planos de Negócios da estratégia em DRS do BB (APÊNDICE A). Nesta entrevista, o ATR informou que o Plano de Negócios da mandioca da AquiBom foi implementado e recebeu investimento do Banco do Brasil. Além disso, o mesmo ATR forneceu os documentos fotográficos da inauguração das indústrias na Associação (ANEXO A). A escolha do entrevistado teve por motivo principal a sua participação direta na implementação de todos os Planos de Negócios no Território<sup>1</sup>.

O conhecimento sobre a implementação de um Plano de Negócios na AquiBom, trouxe a necessidade de visualizar e verificar, nesta Associação, a implementação do plano. Nessa perspectiva, definiu-se o trabalho de campo como procedimento para ter uma aproximação empírica na Associação. Para isso, entrou-se em contato, via telefone, com a presidente da Associação, que nos convidou para realizar uma visita ao local. No primeiro trabalho de campo, vivenciou-se e registrou-se em fotografias o percurso até a Associação. Na casa do beiju, fez-se o registro fotográfico dos associados que estavam trabalhando. Os mesmos encontravam-se assando e empacotando o beiju para a posterior comercialização na feira livre e em mercados nas cidades circunvizinhas à cidade de Caem (APÊNDICE B).

No segundo trabalho de campo, conversou-se, informalmente, com a presidente da AquiBom sobre a participação do BB na construção das indústrias na Associação. O encontro ocorreu em um dia de sábado, na barraca da presidente da Associação, na feira livre do município de Jacobina (APÊNDICE C). Neste encontro, fez-se a confirmação que a comunidade de Bom Jardim e Monteiro foi reconhecida como quilombola pela Fundação Cultural Palmares (FCP). em 2011, conforme documento de reconhecimento (ANEXO B). Neste mesmo sábado, realizaram-se registros fotográficos de integrantes da AquiBom, que comercializavam os produtos da mandioca na feira livre e em mercados de Jacobina. (APÊNDICE B). No terceiro dia de campo, registraram-se, através de GPS, pontos de localização das indústrias de beneficiamento da mandioca de Bom Jardim e Monteiro. Esses pontos foram necessários para a localização das indústrias.

---

<sup>1</sup> As entrevistas concedidas foram transcritas conforme à linguagem informal, próxima da oralidade.



Para o Plano de Negócios da mandioca na Associação Quilombola de Produtores da Mandioca, o BB integrou ações que estavam em andamento na comunidade de Bom Jardim e Monteiro. Essa participação em programas já iniciados foi um dos fatores que contribuiu para a implementação completa do Plano de Negócios da mandioca. Uma das iniciativas foi o diagnóstico participativo da cultura da mandioca, realizado na comunidade de Bom Jardim e Monteiro, pelo Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), que teve o objetivo de capacitar os agentes produtivos. Neste documento, foi possível acessar aos registros fotográficos do processo de produção do beiju antes da instalação das indústrias.

Um documento que serviu como fonte de dados foi a proposta da construção das indústrias cadastradas na FBB (ANEXO A). Essa proposta evidencia que o método da rede de parceria é o diferencial da estratégica em DRS do BBB. Foi verificado no item 12 da proposta (referente à operacionalização) que o projeto será implementado por ação cooperada entre o “SEBRAE/BA, EDBA, F B B , BB, Prefeitura Municipal de Caem, AquiBom e governo do Estado da Bahia.

## 1.2 OS CAPÍTULOS

Esta dissertação está organizada em 4 capítulos, além desta introdução e da conclusão. No capítulo 2 a seguir, Nodiscute-se o conceito de *território*, *território de identidade* e *abordagem territorial*, além da caracterização do Território de Identidade do Piemonte da Diamantina, através da apresentação de dados físicos, ambientais, econômicos e sociais.

No capítulo terceiro, faz-se um breve histórico das conferências realizadas após a II Guerra Mundial; abordou-se também, o conceito de *desenvolvimento regional sustentável* e, como esse tema influencia e permeia as decisões políticas nas instituições financeiras, além de discorrer a maneira que o BB desenvolveu sua estratégia negocial em desenvolvimento sustentável.

No quarto capítulo, está descrita a experiência do BB com ações no desenvolvimento sustentável, apresentou-se a metodologia do DRS e descreveu-se

as etapas da estratégia para a implementação de Planos de Negócios em atividades produtivas.

No quinto capítulo, apresentou-se os resultados do Plano de Negócios da mandioca da AquiBom, no município de Caem. Demonstrou-se a melhora da estrutura física da Casa de Beiju além de apresentar o resultado das entrevistas através da percepção do ponto de vista dos parceiros da estratégia e da comunidade quilombola.

Nas conclusões finais discutiu-se acerca dos conceitos de *desenvolvimento regional sustentável*, bem como algumas considerações que transformam o território do Piemonte da Diamantina em espaço de reflexão, caracterizado no intuito de contribuir com políticas para o desenvolvimento regional. Abriu-se espaço para reflexões referentes à participação do Banco do Brasil, através de novos Planos de Negócios; com a sua inserção em um novo modelo negocial ou, até mesmo, a participação em programas já constituídos de outras organizações para a geração de emprego e renda, de forma sustentável.

## **2 BREVE DISCUSSÃO CONCEITUAL E INSERÇÃO DO TERRITÓRIO DE IDENTIDADE PIEMONTE DA DIAMANTINA NAS POLÍTICAS TERRITORIAIS DA BAHIA**

O termo *território* vem sendo citado cada vez mais nos variados meios de comunicação. Governo, instituições privadas e empresas estão utilizando do território para implementar seus projetos e programas. No campo acadêmico, o território vem sendo utilizado por diversas ciências, mesmo de forma contraditória, para a delimitação de campos para pesquisas, rompendo, assim, os limites do seu uso pelas ciências sociais. Nas universidades brasileiras, o conceito ainda é bastante discutido, e como define Milton Santos, “carece de constante revisão histórica”.

“Etimologicamente, a palavra território, *territorium* em latim, é derivada diretamente do vocábulo latino terra, e era utilizada pelo sistema jurídico romano dentro do chamado *jus terrendi*...pedaço de terra apropriado” (HAESBAERT, 2004, p. 43). Essa ideia deu início às grandes conquistas de novas “terras” (para não dizer território) da Roma Antiga, no sentido que a apropriação física das terras significava poder.

Nos mais diversos significados encontrados sobre a palavra *poder*, no dicionário *online*, o que chama atenção é o que está diretamente ligado ao território. *Poder*, substantivo masculino, é a autorização ou capacidade de resolver; superioridade absoluta utilizada com o propósito de chefiar, governar ou administrar através de uso da influência ou de obediências, ou ainda, ação de governar um país, uma sociedade, um território (grifo nosso). Neste sentido, são as relações de poder que moldam um território, o “território, de qualquer forma, define-se antes de tudo com referências às relações sociais (ou culturais no sentido mais amplo) em que está mergulhado, relações estas que são sempre, também, relações de poder” (HAESBAERT, 2004, p. 54)

A conquista de terra como aumento da jurisdição evidenciada por civilizações da antiguidade revela que o poder estava relacionado com o domínio do natural, e não apenas do material. Dimensão material do território provém da Natureza e do trabalho humano, “dentro da dimensão “material” do território é necessário, portanto, considerar essa dimensão “natural” que em alguns casos ainda se revela um de seus componentes fundamentais” (HAESBAERT, 2004, p. 48). Pode-se visualizar esta questão quando se discute exploração de minério ou de gestão de bacias hidrográficas: municípios participantes de um território que tenham estes recursos naturais possuem uma tendência maior de debates fervorosos de conquista ou afirmação territorial.

Outro elemento, que é um trunfo do poder, é o dinheiro, “o território pode também ser dividido nas suas desigualdades a partir da ideia de que a existência do dinheiro no território não se dá da mesma forma” (SANTOS, 2007, p. 17). O dinheiro leva ao poder e a sua busca ocorre no território e, na ânsia de fazer parte de um território forte economicamente, alguns municípios deixam de lado outras razões, como a cultura, o social ou o meio natural pela busca do dinheiro, poder. Municípios do Território de Identidade Metropolitano de Salvador (Camaçari, Candeias, Dias d’ávila, Itaparica, Lauro de Freitas, Madre de Deus, Mata de São João, Pojuca, Salvador, São Francisco do Conde, São Sebastião do Passé, Simões Filho, Vera Cruz) arrecadam 77,79% do ICMS do Estado da Bahia, derivando da concentração e da capacidade produtiva e do capital dos municípios que a compõe; enquanto que o Piemonte da Diamantina, caracterizado neste estudo, arrecada 0,18% (SEPLAN 2018). Mas, independe de qual a riqueza de um lugar:

Por menor que seja um lugar, por mais insignificante que pareça, no mundo da competitividade este lugar é fundamental porque empresas globais dependem de pequenas contribuições para que possam manter o seu poder. Esse poder que é cego e não olha ao redor. Esse poder que se preocupa com objetivos precisos, individualistas, egoísticos, pragmáticos é um poder cego, já que não olha ao redor. Mas escolhe lugares aqui e ali, hoje e amanhã, em função das respostas que imaginam poder ter, e desertam esses lugares quando descobrem que já não podem oferecer tais respostas (SANTOS, 2007, p. 19).

As instituições financeiras fazem circular o dinheiro, e como dinheiro é poder, a “superioridade técnica e política do subsistema financeira resulta no comando não apenas sobre a economia, mas também sobre as outras instâncias da sociedade, incluindo, certamente, o território” (SANTOS & SILVEIRA, 2001, p. 185) os grandes bancos que atuam no Brasil (Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, Bradesco, Itaú) detém 78,5% do mercado de crédito brasileiro (CORREIO BRAZILIENSE, 17/04/2018, sessão economia), isso demonstra o poder que estas instituições tem de dividir o comando do território com o Estado.

Novos instrumentos financeiros são incorporados ao território de forma de depósito e de crédito ao consumo. A sociedade, assim, é chamada a consumir produtos financeiros, como poupanças de diversas espécies e mercadorias adquiridas com dinheiro antecipado. Com isso, o sistema financeiro ganha duas vezes, pois dispõe de um dinheiro social nos bancos e lucra emprestando, como próprio, esse dinheiro social para o consumo. Eis um dos caminhos da financeirização da sociedade e do território. É um movimento de concentração e dispersão (SANTOS, 2001, p. 195).

Mesmo tendo como objetivo principal o lucro, as instituições financeiras devem contribuir com políticas de responsabilidade socioambiental perante a sociedade. Está na resolução 4.327 de 25 abril de 2014 do Banco Central do Brasil.

As grandes corporações, como o Banco do Brasil, podem contribuir, através de seus programas de investimentos sociais, com o ordenamento territorial dos municípios onde mantem suas agências.

As questões do controle, do “ordenamento” e da gestão do espaço tem sido sempre centrais na discussão do território. Como ela não se restringem, em hipótese alguma, a figura do Estado, e hoje, mais do que nunca, precisam incluir o papel gestor das grandes corporações industriais, comerciais, de serviços e financeiras (HAESBAERT, 2004, p. 52).

Em se tratando de ordenamento territorial brasileiro, o MDA foi responsável pela política territorial brasileira e influenciou o governo do Estado

da Bahia nas concepções de unidades de planejamento a nível estadual, entendendo o conceito de *território* como:

Um espaço físico, geograficamente definido, geralmente contínuo, compreendendo cidades e campos, caracterizado por critérios multidimensionais, tais como ambiente, a economia, a sociedade, a cultura, a política e as instituições, e uma população, com grupos sociais relativamente distintos, que se relacionam interna e externamente por meio de processos específicos, onde se pode distinguir um ou mais elementos que indicam identidade e coesão social, cultural e territorial (MDA, 2005, p. 7).

Esta definição do MDA trata o território como um espaço físico. Observou-se também, uma fragmentação de um território já fragmentado ao se referir a “cidades e campos” e, na sequência, não aborda que o território é, além disso, composto por desejos, por relações sociais e por relações de poder.

Relações de poder que estão nas famílias, nas universidades, no Estado, em suas diferentes e complementares instâncias, nas fábricas, nas igrejas...enfim, em nossa vida cotidiana. Relações que são vividas, sentidas, e, às vezes, percebidas e compreendidas diferentemente. Assim são os territórios e as territorialidades: vividos, percebidos e compreendidos de formas distintas; são substantivados por relações, homogeneidades e heterogeneidades, integração e conflito, localização e movimento, identidades, línguas e religiões, mercadorias, instituições, natureza exterior ao homem; por diversidade e unidade; (i) materialidade (SAQUET, 2013, p. 25).

O território, segundo Saquet, é vivido; a sociedade está presente no território; é o campo autêntico para os movimentos sociais reclamarem por maior participação nas cenas políticas locais; é onde os agentes sociais apresentam suas ideias, suprindo as relações de autoridade e autonomia. Esta definição vem completar o território que entendemos. Um território natural, físico, de relações e onde aparece a identidade. Para Santos (2007), o território tem que ser entendido como o território usado, não o território em si. O território usado é o chão mais a identidade. A identidade é o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence.

A identidade está contida no território, faz parte das relações sociais entre os atores individuais, e nas pessoas que, na coletividade, realizam processos históricos semelhantes.

Uma pessoa pode se adaptar e se identificar em um novo contexto social ou um grupo social pode construir sua identidade, com relações de afetividade, confiança e reconhecimento. De qualquer forma, a identidade se refere à vida em sociedade, a um campo simbólico e envolve a reciprocidade”.

A identidade é formada por edificações (monumentos, infraestruturas, cidades, pontes...) línguas, mitos e ritos, a religião, enfim, pelos atos territorializantes dos atores sociais e históricos; significa sedimentos em um certo lugar, no qual há uma coevolução social e natural. A natureza está presente na construção histórica do território e da identidade, como patrimônio de cada lugar e que, por isso, precisa ser gerida com vistas ao desenvolvimento territorial sustentável (SAQUET, 2013, p.147-148).

A identidade é a união das individualidades comuns de uma sociedade. A identidade pode ser reconstruída, não que vá “perder” a sua identidade anterior mas que, através das relações e adaptações, os indivíduos construam novas identidades. As edificações de um lugar e as memórias fazem parte do pertencimento de cada um, sobretudo o meio natural: um rio, uma montanha, o nascer do sol, em suma, identidade.

Uma identidade que resiste, uma identidade local ou até regional como resistência a uma identidade legalizada, global. É esta identidade popular, de um grupo ou de uma comunidade, que legitima um território e que deve ser levada em conta em um planejamento. Isso não quer dizer que seja contra uma cultura global de identidade, apenas uma união mais justa, “ao invés de pensar no global como “substituindo” o local, seria mais acurado pensar numa nova articulação entre o “global” e o “local”. Este local não deve, naturalmente, ser confundido com velhas identidades, firmemente enraizadas em localidades bem delimitadas. Em vez disso, ele atua no interior da lógica da globalização.

Entretanto, parece improvável que a globalização vá simplesmente destruir as identidades nacionais. É mais provável que ela vá produzir, simultaneamente, novas identidades “globais” e “locais” (HALL, 2006, p. 77-78). Stuart Hall retrata a escala da globalização sobre as identidades como sendo o processo que consegue colocar as identidades através de um viés político. E este viés político alcança o planejamento dos governos federais, estaduais e municipais, até mesmo através da criação dos territórios de identidade.

## 2.1 A ABORDAGEM TERRITORIAL

A abordagem territorial é uma visão essencialmente integrada de espaços, atores sociais, agentes, mercados e políticas públicas. O “ordenamento territorial tem como propósito a administração da base tensional do espaço e expressa por um conjunto de regras e normas de arranjo espacial de coabitação operando como administração geográfica” (ALMEIDA & SOARES, 2009 p. 71). Essa abordagem considera que a equidade, o respeito à diversidade, à solidariedade, à justiça

social, ao sentimento de pertencimento, à valorização da cultura local e à inclusão social são objetivos fundamentais a serem atingidos (MDA).

O MDA tem a missão de apoiar, organizar e fortalecer institucionalmente os atores sociais locais na gestão participativa do desenvolvimento sustentável dos Territórios da Cidadania e Rurais e promover a implementação e integração de políticas públicas. Já suas diretrizes são relacionadas ao desenvolvimento sustentável, sendo elas: adotar a abordagem territorial como referência conceitual para a promoção do DRS; entender o desenvolvimento sustentável dos territórios rurais como um processo que articula, de maneira integrada, as dimensões sociocultural, político-institucional, econômica e ambiental; adotar metodologias participativas e mecanismos de planejamento ascendente como estratégias de fortalecimento dos processos de descentralização de políticas públicas, estimulando a autogestão dos territórios; incentivar o desenvolvimento sustentável, considerando a importância da dinamização econômica nos territórios rurais.

Até o momento, a tentativa de ordenamento territorial foi realizada por parte do governo federal, através do MDA, o qual foi o gestor PRONAT e tem como missão apoiar atores locais e incentivar a participação no desenvolvimento sustentável dos territórios rurais, adotando a abordagem territorial em busca do desenvolvimento sustentável através de metodologias participativas.

A abordagem territorial do MDA foi uma referência para a Política Territorial do Estado da Bahia. Em 2003, através da Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT), foi criado o PRONAT. Para a promoção do protagonismo dos atores sociais, o PRONAT tem como diretriz central a gestão social do desenvolvimento sustentável. Na perspectiva da abordagem territorial, a gestão social é entendida como.

Um processo de gerir assuntos públicos por meio da descentralização político-administrativa, redefinindo formas de organização e de relações sociais com a sustentabilidade, transparência e efetiva participação da sociedade, o que implica a ampliação dos níveis das capacidades humanas, sociais e organizacionais do Território (MDA, 2017).

A configuração dos TI do Estado da Bahia tem o objetivo de promover o planejamento e a autogestão do processo de

desenvolvimento sustentável dos territórios rurais e o fortalecimento e dinamização da sua economia (SEPLAN, 2017). Em 2007, a SEPLAN dividiu o Estado em 27 Territórios de Identidade. Posteriormente, o decreto 12.354 de 2010 e a lei 13.214 de 2014 formalizaram os Territórios de Identidade no Estado da Bahia (Figura 1).

**Figura 1 - Territórios de Identidade do Estado da Bahia**



Fonte: SEI-BA, (2017).



A maioria dos 27 TI do Estado da Bahia está inserido na delimitação de semiárido, definida pela SUDENE, o que pode implicar na inserção de políticas públicas de desenvolvimento regional promovidas pelo governo federal no semiárido.

O primeiro artigo da lei 13.214 de 29/12/2014 dispõe sobre os princípios, diretrizes e objetivos da Política de Desenvolvimento Territorial (PDT) do Estado da Bahia, institui o Conselho Estadual de Desenvolvimento (CEDETER) e os Colegiados Territoriais de Desenvolvimento Sustentável (CODETER) e dá entendimento sobre território de identidade como:

Art. 1º - Para fins desta Lei, entende-se por Território de Identidade a unidade de planejamento de políticas públicas do Estado da Bahia, constituído por agrupamentos identitários municipais, geralmente contíguos, formado de acordo com critérios sociais, culturais, econômicos e geográficos, reconhecido pela sua população como o espaço historicamente construído ao qual pertencem, com identidade que amplia as possibilidades de coesão social e territorial, conforme disposto no Plano Plurianual do Estado da Bahia.

Os decretos e as leis estaduais do Estado da Bahia institucionalizaram os Territórios de Identidade, apresentaram os objetivos, indicaram os órgãos responsáveis pela política e serviram como base constitucional para um alinhamento composto por leis federais de ordenamento territorial. A conformidade com leis federais pode proporcionar recebimento de programas governamentais voltados para o desenvolvimento regional e o ordenamento territorial ou, até mesmo, receber projetos de desenvolvimento regional através de órgãos federais ou de Parcerias Público-Privadas (PPP's), como exemplo a implantação dos planos de negócios em Desenvolvimento Regional Sustentável do Banco do Brasil.

Há um alinhamento, uma correlação entre o DRS, o governo do Estado da Bahia e os programas do governo federal: o TI tendo como gênese o MDA, através da SDT; o Programa dos Territórios de Identidade, tendo como referência o PRONAT; a criação de decretos e leis que indicam ações estaduais de desenvolvimento territorial concomitantes com ações de amplitude federal.

Os territórios de Identidade do Estado da Bahia têm as primeiras discussões com o surgimento do PRONAT, que possui nos seus fundamentos o ordenamento territorial para um cenário de integração. A construção deste

programa se dá com a transformação das políticas territoriais no Brasil, após a mudança de governo no ano de 2003. A responsabilidade sobre o ordenamento territorial nesta gestão ficou a cargo do Ministério da Integração Nacional.

Iniciaram-se, no ano de 2003, diversas tentativas de reorganização territorial, que culminou com o surgimento, em 2006, da PNOT. A PNOT surge da necessidade do governo federal assumir, de forma coordenada, ações referentes ao ordenamento e gestão do território nacional. Os objetivos desta política nacional, passa pelos setores econômicos, sociais e ambientais, propiciando sustentabilidade aos modos de desenvolvimento regional.

A Constituição brasileira de 1988 já trata do Ordenamento Territorial no seu Artigo 21, parágrafo IX quando dá competência à União para elaborar e executar planos nacionais e regionais de ordenação do território e de desenvolvimento econômico e social.

A PNOT já tem um nascimento tardio quando comparado com experiências internacionais do gênero que serviram de espelho, molde ou modelo, como é o caso da Carta Europeia de Ordenamento do Território. Esta carta foi aprovada em 1984 pela Conferência Europeia dos Ministros (CEMAT) responsáveis pelo Ordenamento do Território europeu. Na mesma, ordenar o território é.

Garantir que cada uma das suas parcelas seja dada a utilização mais conforme à respectiva vocação; é compatibilizar o desenvolvimento socioeconômico equilibrado das regiões com a melhoria da qualidade de vida, com a gestão responsável dos recursos naturais, com a utilização racional dos solos; é promover que tal compatibilização se faça pela justa composição das partes e não pela predominância de um dos valores em detrimento dos demais (Carta Europeia do Ordenamento do Território, 1984).

O conceito de *ordenamento territorial* da carta europeia tem um viés naturalista, do ponto de vista da geografia, quando trata o território em parcelas com a respectiva vocação. A carta europeia apresenta, também, os recursos naturais como capital natural, quando cita a gestão dos recursos naturais e do solo, o “controle do território coloca-se como fundamental para garantir o suprimento da demanda sempre em ascensão por recursos naturais” (PORTO-GONÇALVES, 2006, p. 287).

A política de Ordenamento Territorial brasileira tem início em 2006. A Secretaria de Políticas de Desenvolvimento Regional elaborou, em conjunto com

a Associação Brasileira das Instituições de Pesquisa Tecnológica e Inovação (ABIPTI) e o Centro de Desenvolvimento Sustentável (CDS) da Universidade de Brasília (UnB), o projeto "Elaboração de Subsídios Técnicos e Documentos Base para a definição de uma Política nacional de Ordenamento Territorial" (PNOT), tendo como proponente o Ministério da Integração Nacional. Os documentos temáticos elaborados como subsídios da Proposta de Ordenamento Territorial da PNOT versaram sobre 6 temas: 1) o padrão de uso e ocupação do território e as principais tendências de transformação; 2) avaliação dos impactos de planos, programas e projetos no uso e ocupação do território no Brasil; 3) políticas de Ordenamento do Território (contribuição das experiências nacionais e internacional; 4) logística e Ordenamento no Território; 5) espaços geográficos sob poder da união; 6) avaliação do aparato institucional e jurídico-legal da perspectiva da PNOT.

No Brasil, a decisão governamental de promover a ordenação territorial:

Representa uma preocupação com a retomada do território como quadro ativo de integração do arcabouço produtivo, social e ambiental. Diante das tendências e limitações vigentes, a construção de uma política de ordenamento territorial configura-se, acima de tudo, como um enorme desafio. Em um quadro de fortes disputas por recursos limitados, o papel regulador do Estado e a capacidade de governança como articular atores e ações, passam a ter importâncias estratégicas.

(...)

Como instrumento de regulação das tendências de distribuição de atividades produtivas e equipamentos, diante de objetivos estratégicos e, ainda, como produto de articulação institucional e de negociações entre atores significativos, o ordenamento territorial não se limita a apoiar a acumulação de capital. Na medida que ofereça subsídios para enfrentar graves problemas sociais, como a pobreza, pode servir de base à própria legitimação do Estado. Enquanto articulação com a escala supranacional, o arcabouço territorial tem expressão não apenas econômica, mas também geopolítica. Dessa forma, o ordenamento territorial brasileiro revela-se como um instrumento potencialmente estratégico, não apenas dentro das fronteiras nacionais, mas também no âmbito da construção de blocos regionais como o Mercosul. (Elaboração de subsídios técnicos e documento-base para a definição da PNOT, 2006, Tema 3, p. 2-3).

Os objetivos da PNOT tem como estratégia manter a legitimação do Estado. No texto, relata o Estado como regulador, mas evidencia-o na articulação de "atores" e como estratégia geopolítica.

Estas políticas territoriais influenciaram consideravelmente na forma do Estado dividir a Bahia em unidades de planejamento, denominadas Territórios

de Identidade. Considerações foram tecidas a esta mudança na forma de planejamento, “no caso brasileiro, tal mudança, rude e perversa, frequentemente decorre de fatores distantes e estranhos, sem possibilidade de contra ponto local” (SANTOS, 2002, p. 22). Esta é uma das críticas com relação aos Territórios de Identidade, ou seja, qual conceito de identidade foi levado em consideração para a divisão do território. Temos a ideia que “as mudanças e transformações globais nas estruturas políticas e econômicas no mundo contemporâneo colocam em relevo as questões de identidade” (HALL, 2006, p. 24).

Como citado anteriormente, a correlação das leis e programas do governo do Estado da Bahia foi instituída com base em leis do governo federal. O artigo 1º do decreto 1234 de 2010 conceitua o Território de Identidade como grupamento identitário, formado de acordo à critérios sociais, culturais, econômicos e geográficos, mostrando um alinhamento com os conceitos do MDA que foi crucial para dividir a Bahia em territórios de identidade.

## 2.2 O SEMIÁRIDO BRASILEIRO E O TERRITÓRIO DE IDENTIDADE DO PIEMONTE DA DIMANTINA

O Piemonte da Diamantina está situado na região Norte do Estado da Bahia, no extremo norte da Chapada Diamantina, tendo como município polo Jacobina e está distante 330km de Salvador. O território é composto por 9 municípios: Caem, Jacobina, Miguel Calmon, Mirangaba, Saúde, Serrolândia, Várzea Nova, Orolândia e Umburanas, constituindo 11.386.712 km<sup>2</sup> de unidade territorial. Segundo o Censo 2016, realizado pelo IBGE, o território tem uma população estimada em 217.716 pessoas.

O Território de Identidade do Piemonte da Diamantina está inserido totalmente dentro da limitação do Semiárido Brasileiro de acordo com a SUDENE. Para entender a delimitação do semiárido brasileiro, observamos um breve histórico de acordo com a SUDENE.

Em sua primeira delimitação (lei n. 7827, de 27 de setembro de 1989), o Semiárido foi definido como a região inserida na área de atuação da SUDENE com precipitação pluviométrica média anual igual ou inferior a 800 mm, tendo sua primeira atualização em 1995, por meio da portaria n. 1.181 da SUDENE. Em 29 de março de 2004, através da portaria interministerial n. 6 foi constituído o Grupo de Trabalho Interministerial (GTI) para delimitação do novo Semiárido brasileiro. Em 09 de março de 2005, a Portaria interministerial n. 01 definiu critérios para a inclusão de municípios no Semiárido:

- Precipitação pluviométrica média anual inferior a 800 milímetro;
- Índice de aridez de até 0,5 considerando o período entre 1961 e 1990;
- Risco de seca maior que 60%

De acordo com as recomendações do relatório do GTI, em razão de possíveis mudanças climáticas, a delimitação do Semiárido deveria ser revista a cada década. Desta forma, o MI criou, em 27 de maio de 2014, um novo Grupo de Trabalho que, após revisões, decidiu manter tanto os critérios estabelecidos pelo GTI 2005 quanto a questão da contiguidade, atualizando apenas os dados para o período de 1981 – 2010. O relatório conclusivo do GT-2014, assim como sua minuta de resolução, foram submetidos à apreciação e aprovados em 27 de julho de 2017 na XXI reunião do Conselho Deliberativo da Sudene, permitindo aos Estados apresentar à esta Superintendência, no prazo de 60 dias, recursos à delimitação proposta. Os Estados do Maranhão, Paraíba, Ceará, Rio Grande do Norte e Bahia recorreram, a fim de incluir municípios no Semiárido. O GT 2014, após a análise das solicitações dos estados e recálculo dos indicadores, sugeriu a inclusão de 49 municípios à delimitação. Desta forma, o Conselho Deliberativo da SUDENE, por meio da resolução n. 115, de 23 de novembro de 2017, definiu o novo Semiárido com 1.262 municípios.

Para entender a delimitação do Semiárido brasileiro, é necessário observar o histórico de acordo com a SUDENE:

Em sua primeira delimitação (Lei n. 7827, de 27 de setembro de 1989), o Semiárido foi definido como a região inserida na área de atuação da SUDENE com precipitação pluviométrica média anual igual ou inferior a 800 mm, tendo sua primeira atualização em 1995, por meio da portaria n. 1.181 da SUDENE. Em 29 de março de 2004, através da portaria interministerial n. 6 foi constituído o Grupo de Trabalho Interministerial (GTI) para delimitação do novo Semiárido brasileiro. Em 09 de março de 2005, a Portaria interministerial n. 01 definiu critérios para a inclusão de municípios no Semiárido:

- Precipitação pluviométrica média anual inferior a 800 milímetro;
- Índice de aridez de até 0,5 considerando o período entre 1961 e 1990;
- Risco de seca maior que 60%

De acordo com as recomendações do relatório do GTI, em razão de possíveis mudanças climáticas, a delimitação do Semiárido deveria ser revista a cada década. Desta forma, o Ministério da Integração Nacional criou, em 27 de maio de 2014, um novo Grupo de Trabalho que, após revisões, decidiu manter tanto os critérios estabelecidos pelo GTI 2005 quanto a questão da contiguidade, atualizando apenas os dados para o período de 1981 – 2010. O relatório conclusivo do GT-2014, assim como sua minuta de resolução, foram submetidos à apreciação e aprovados em 27 de julho de 2017 na XXI reunião do Conselho Deliberativo da SUDENE, permitindo aos Estados apresentar à esta Superintendência, no prazo de 60 dias, recursos à delimitação proposta. Os Estados do Maranhão, Paraíba, Ceará, Rio Grande do Norte e Bahia recorreram a fim de incluir municípios no Semiárido. O GT 2014 após a análise das solicitações dos estados e recálculo dos indicadores, sugeriu a inclusão de 49 municípios à delimitação. Desta forma, o Conselho Deliberativo da SUDENE, por meio da resolução n. 115, de 23

de novembro de 2017, definiu o novo Semiárido com 1. 263 municípios (Quadro 1).

**Quadro 1** - Estados integrantes do Semiárido brasileiro por Municípios

ESTADOS	MUNICÍPIOS INSERIDOS NO SEMIÁRIDO
Alagoas	38
Bahia	278
Ceará	175
Maranhão	02
Minas Gerais	91
Paraíba	194
Pernambuco	123
Piauí	185
Rio Grande do Norte	147
Sergipe	29
TOTAL	1.263

**Fonte:** SUDENE (2017); Elaboração: João Tínel (2018).

No histórico sobre a delimitação da área do Semiárido brasileiro, temos dados e informações que podem servir para novos estudos. Uma questão que pode ser estudada é com relação a quantidade de municípios por Estado na delimitação realizada pela SUDENE. Pode-se pesquisar a condição que os Estados tem de recorrer, através de relatórios técnicos, a inserção de novos municípios na área de atuação da SUDENE, sendo que, o próprio órgão utiliza destes relatórios para a tomada de decisão em relação a inclusão ou retirada de municípios de sua área de atuação. Um tema relevante é saber o porquê do Estado do Maranhão possui apenas 02 municípios na área de atuação da SUDENE. Segundo o relatório da organização do Atlas de Desenvolvimento Humano, em 2010, o Maranhão teve um Índice de Desenvolvimento Humano (IDHM) de 0,639 e ocupava a 26ª posição entre as 27 unidades federativas brasileiras. Nesse ranking, o maior IDHM é 0,824 (Distrito Federal) e o menor 0,631 (Alagoas). Não querendo pormenorizar os problemas do Estado de Minas Gerais, o mesmo tem 91 municípios integrados ao Semiárido brasileiro; enquanto que o Maranhão, que é o 26º no IDHM, tem apenas 02 municípios integrados.

O Território de Identidade do Piemonte da Diamantina está totalmente inserido no Semiárido brasileiro, de acordo com a SUDENE. Por estar dentro deste

limite, o território pode, através de políticas públicas específicas para o semiárido, receber programas e projetos advindos de recursos do Governo Federal, o que pode ser um subsídio para a proposta de desenvolvimento Regional Sustentável do Banco do Brasil.

A lei n. 7.827, de 27 de setembro de 1989, regulamenta o artigo 159, inciso I, alínea c, da Constituição federal, institui o Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE).

O FNE tem como prerrogativas: a) financiar atividades econômicas no Semiárido; b) ação integrada com instituições federais sediadas na região; c) tratamento preferencial às atividades produtivas de pequenos e miniprodutores rurais e pequenas e microempresas, associações e cooperativas; d) preservação do meio ambiente; e) adoção de prazos e carência, limites de financiamento, juros e outros encargos diferenciados ou favorecidos, em função de aspectos sociais, econômicos, tecnológicos e espaciais dos empreendimentos.

Destacam-se algumas funções do FNE, como a necessidade de parceria com as instituições federais e a definição das atividades produtivas de pequenos e mini produtores rurais e pequenas e microempresas locais como público - alvo para as concessões de financiamentos, dois pontos equivalentes com a estratégia do BB e os planos de negócios no Território do Piemonte da Diamantina. A preservação do meio ambiente também é um dos pilares do desenvolvimento regional sustentável do Banco do Brasil. Os projetos e programas financeiros com prazos, juros diferenciados para as atividades produtivas localizadas nos municípios pertencentes ao Semiárido, referendam a escolha do Território de Identidade do Piemonte da Diamantina como área escalar de pesquisa.

Faz-se necessário apresentar uma caracterização dessa área para se compreender o processo pelo qual políticas públicas específicas podem ser inseridas no território do Piemonte da Diamantina e do porquê da necessidade de apresentar os dados gerais do território e não apenas o município de Caem. De forma inédita, fez-se levantamento dos aspectos socioambientais, sociodemográficos e socioeconômicos para contribuir com iniciativas públicas/privadas que promovem geração de trabalho e renda em atividades na região. Os dados e mapas temáticos levam a compreensão dos motivos pelos quais a estratégia do Banco do Brasil definiu e priorizou as atividades produtivas a serem beneficiadas nos municípios onde estão localizadas suas agências e pode

servir como base para a continuidade dos planos de negócios paralisados ou implementar novos planos de negócios. As informações acerca da caracterização mostram a tendência das pesquisas contemporâneas, que é a interdisciplinaridade na observação de um objeto de análise.

## 2.2 O TERRITÓRIO DE IDENTIDADE E O PLANO PLURIANUAL PARTICIPATIVO - PPA 2016-2019

O Plano Plurianual Participativo (PPA) de 2016-2019 foi criado pela lei 13.468, sancionada em 29 de dezembro de 2015. Consta em seus dois primeiros artigos as diretrizes, os objetivos e as metas, com a finalidade de viabilizar a implementação e a gestão das políticas públicas, convergir a ação governamental, orientar a definição de prioridades e ampliar as condições para o desenvolvimento sustentável. A referida Lei tem como princípios norteadores: a inclusão social, a participação social, a sustentabilidade ambiental, a afirmação dos direitos do cidadão, o desenvolvimento socioeconômico com equidade, a geração de emprego e renda, a gestão transparente e democrática e a excelência na gestão.

A Lei determina que aconteça, nas câmaras temáticas, a escuta social com a participação de representantes do Conselho Estadual de Desenvolvimento Territorial (CEDETER) e dos Colegiados de Desenvolvimento Territorial (CODETER). Nos conselhos e colegiados são tomadas decisões e são feitos os acompanhamentos das diversas ações realizadas nos 27 Territórios de Identidade. No PPA 2016-2019, ocorreram mudanças territoriais e alteração no número de municípios na configuração dos Territórios de Identidade no Estado da Bahia.

O Território de Identidade do Piemonte da Diamantina sofreu alterações na sua configuração territorial e perdeu um município. Em seu novo formato, no PPA 2016-2019, o município de Capim Grosso foi realocado para o Território da Bacia do Jacuípe. Alguns meios de comunicação regionais divulgaram matérias sobre o interesse de alguns representantes locais e estaduais no que se refere a alteração do município de Capim Grosso para o Território da Bacia do Jacuípe. Uma matéria jornalística, datada de 04 de abril de 2013, já evidenciava a pretensão do gestor municipal nesta alteração. Segundo o Gestor,

há anos vem tendo um namoro entre o município de Capim Grosso, com os 14 municípios que fazem parte do território de identidade da Bacia do Jacuípe". (...) O município de Capim Grosso pertence atualmente



ao Território de Identidade Piemonte da Diamantina mas, segundo o Prefeito Sivaldo, Capim Grosso tornou-se um polo regional que geograficamente e culturalmente relaciona-se de modo mais próximo com os municípios do Território Bacia do Jacuípe. O Secretário de Planejamento Estadual, Sérgio Gabrielli, informou que o município deve oficializar o pedido até o penúltimo ano de vigência do Plano Plurianual (PPA) estadual. (...) O prefeito Sivaldo protocolou a solicitação do Executivo municipal, bem como ofícios de organizações da Sociedade Civil, que manifestaram apoio a iniciativa (WALTER RADIALISTA, quinta-feira, 04 de abril de 2013 – Matéria: Prefeito Sivaldo quer unir Capim Grosso à Bacia do Jacuípe).

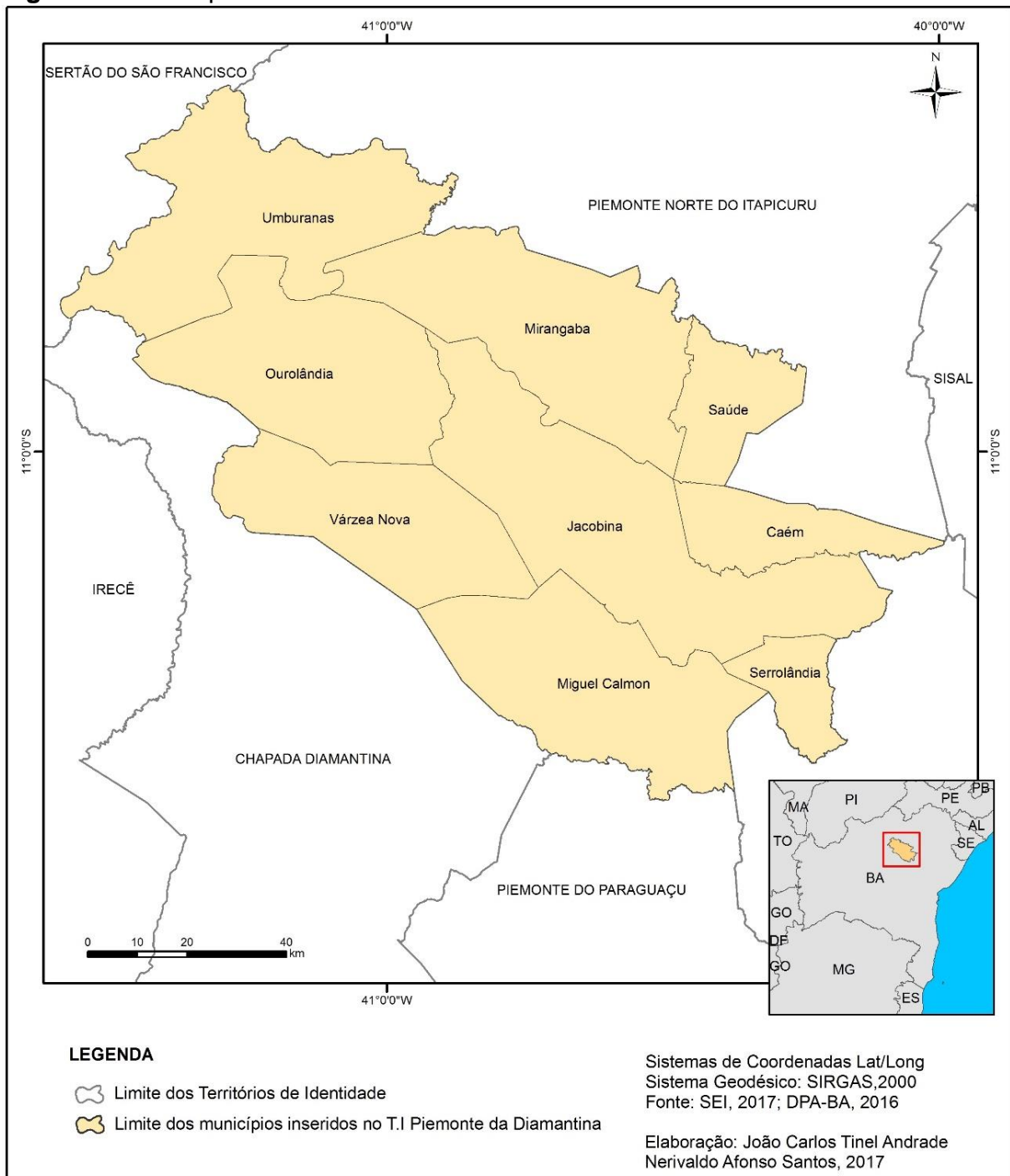
Em outra matéria de 02 de novembro de 2015, já é citado o projeto lei 21.474, baseado na Nota técnica Nº 007/2015 do Conselho Estadual de Desenvolvimento Territorial (CEDETER), que recomenda a alteração do território:

a deputada estadual Neusa Cadore (PT) encaminhou, nesta segunda-feira (26), uma sugestão de emenda ao relator (deputado Joseildo Ramos) do projeto de Lei nº 21.474/2015 para incluir o município de Capim Grosso no Território da Bacia do Jacuípe.

(...) “o município já faz parte do Consórcio Público da Bacia do Jacuípe, além de ter relações identitárias mais fortes por questões climáticas, territoriais e culturais” afirmou deputadas. Neusa destacou a Nota Técnica (Nº007/2015) do Conselho Estadual de Desenvolvimento Territorial (CEDETER) recomendando a alteração do território, além da resolução do Colegiado do Território Bacia do Jacuípe que aceitou a presença do município de Capim Grosso no respectivo território (LINO FILHO, 01/11/2015 – Matéria: Neusa quer inclusão de Capim Grosso no Território da Bacia do Jacuípe).

A alteração foi concluída em 2016. Nas matérias jornalistas apresentadas, indica a participação dos representantes eleitos pelo povo que foram participativos e decisivos na solicitação da alteração na configuração do Território de Identidade. Nas reportagens não fica evidente se ocorreu consulta pública ou participação da sociedade organizada para a transferência do município de Capim Grosso, que saiu do Piemonte da Diamantina e ingressou na Bacia do Jacuípe no PPA 2016-2019. Na nova configuração, o Território do Piemonte da Diamantina, objeto de análise desta pesquisa, passou a ter 09, ao invés dos 10 municípios anteriores (Figura 2).

**Figura 2 - Municípios do Território de Identidade do Piemonte da Diamantina**



**Fonte:** SEI-BA, 2017; DPA (2016).

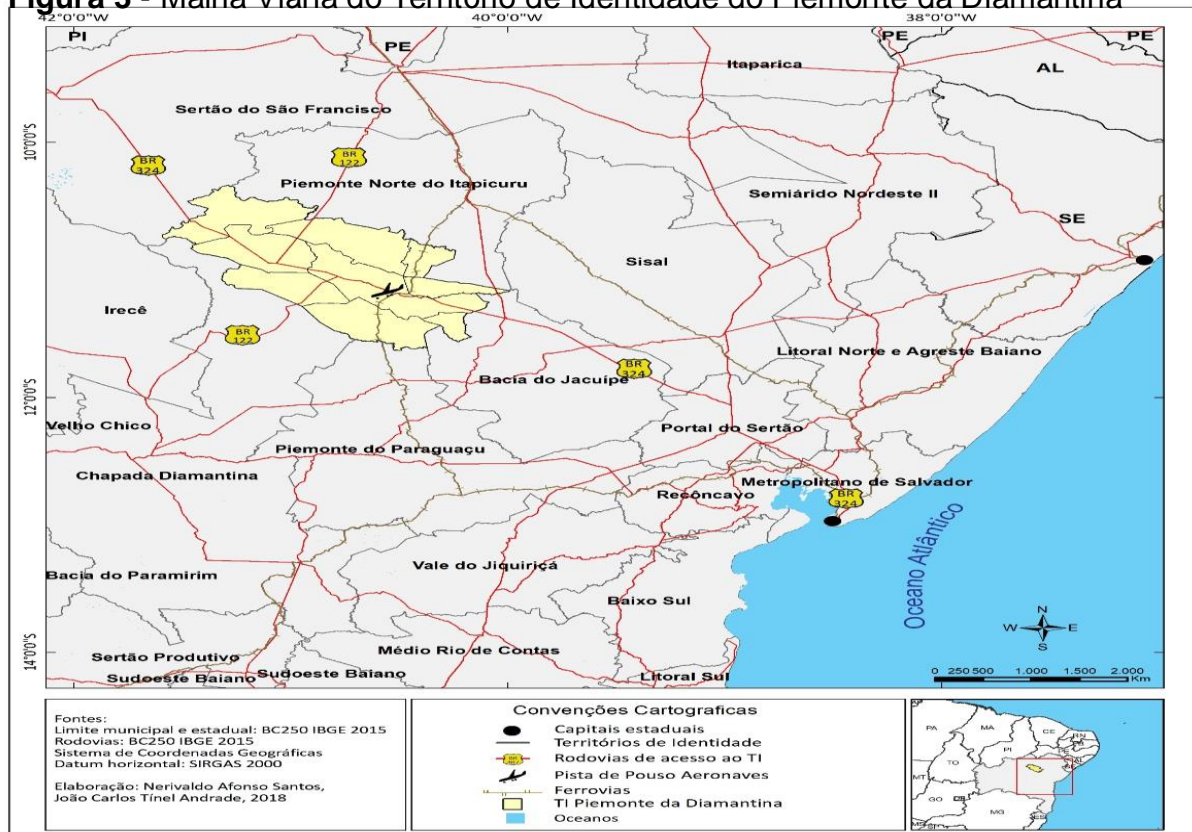
O Território de Identidade do Piemonte da Diamantina está composto dos municípios: Caem, Jacobina, Miguel Calmon, Mirangaba, Ourolândia, Saúde, Serrolândia, Umburanas e Várzea Nova. Teve uma população estimada em 217.716 habitantes em 2016 e uma área de unidade territorial em 11.386.712 KM<sup>2</sup> de acordo com o IBGE.

Existe uma lógica na classificação de território de identidade no que se refere ao pertencimento de um lugar, pois o “território é o fundamento do trabalho; o lugar da residência, das trocas materiais e espirituais e do exercício da vida” (SANTOS, p. 14, 2007), enfim, é o lugar vivido. A identidade de pertencer a um território depende da interação que os indivíduos têm com este lugar: suas memórias, costumes, tradições, amores, desamores, enfim, são situações ocorridas que tendem aos indivíduos ter uma maior valorização. O pertencimento do território pode se dá com as memórias abstratas do lugar ou, através das relações concretas com os espaços físicos de convivência. Caracterizar o Território de Identidade do Piemonte da Diamantina através de dados geoambientais e socioeconômicos é importante para verificar o pertencimento da população do território e, principalmente, nesta pesquisa, a comunidade quilombola de Bom Jardim e Monteiro em Caem.

### 2.3 O TERRITÓRIO DE IDENTIDADE DO PIEMONTE DA DIAMANTINA: ESCALA DE ANÁLISE

O Piemonte da Diamantina tem como polo regional o município de Jacobina. Jacobina está localizada ao norte do Estado da Bahia, cuja sede está a 330 km da capital Salvador. As principais rodovias federais de acesso ao Piemonte da Diamantina são: a BR 324 e a BR 122 (Figura 3).

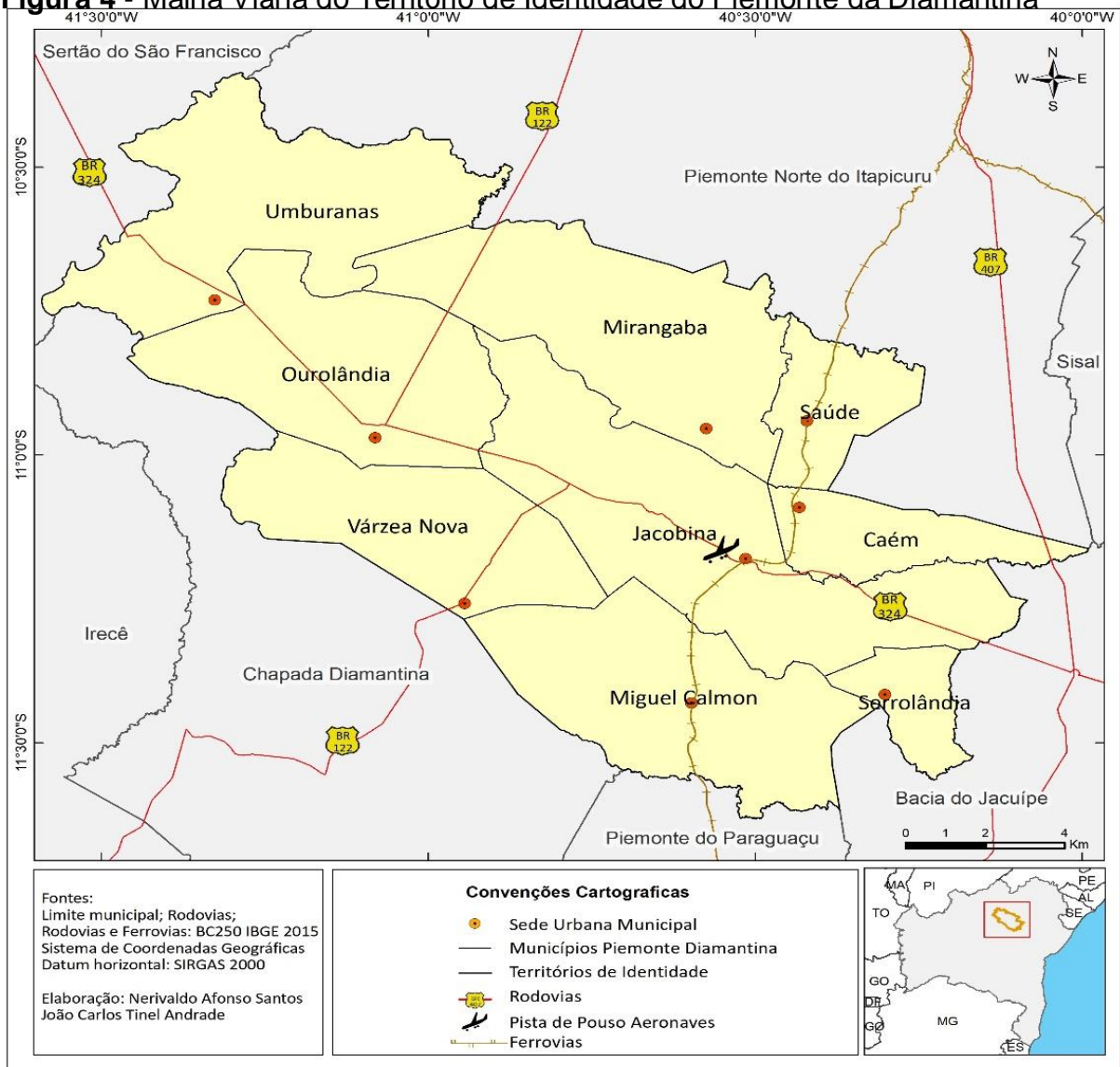
**Figura 3 - Malha Viária do Território de Identidade do Piemonte da Diamantina**



Fonte: IBGE (2015).

A BR 324 é uma das mais importantes do Nordeste do Brasil e, de acordo com o Ministério dos Transportes, seu início se dá no município de Balsas no Maranhão e seu final no município de Salvador, com uma extensão total de 1.278,30 km, sendo que em vários trechos do percursos a BR 324 é descontinua. No Estado da Bahia passa por municípios como Jacobina, Riachão do Jacuípe, Feira de Santana e Salvador. A BR 324 tem vários pontos de passagens onde intercala-se com outras rodovias estaduais, exemplo disso, é no município Umburanas, que se intercala com a BA 368 (Figura 4).

**Figura 4 - Malha Viária do Território de Identidade do Piemonte da Diamantina**



Fonte: IBGE (2015).

A BR 122 tem uma extensão total de 1.920,30 km. Tem seu início em Chorozinho no Ceará e seu final em Montes Claros em Minas Gerais, com sentido Norte-Sul. No Estado da Bahia passa pelas cidades de Juazeiro, Campo Formoso, Ourolândia até chegar a Chapada Diamantina. A BR 122 possui alguns trechos em piso de terra e está em processo estrada de terra.

Uma alternativa de acesso ao Território é através do Aeroporto 02 de julho, na cidade de Jacobina, localizado na BR 324 e a 06 km do centro da cidade. Não há rotas diárias, mas recebe voos de aeronaves de pequeno porte ou táxi aéreo.

O mapa 06 tem como detalhe marcante a ferrovia que cortava os municípios de Saúde, Caem, Jacobina e Miguel Calmon, mostrando a importância destes municípios no século XX.

A linha férrea que passava em Jacobina fazia parte do ramal de Bonfim a França e sub-ramal de Campo Formoso, da antiga Estrada de Ferro de São Francisco construída a partir de um contrato entre o Governo Federal e a Viação Geral da Bahia, em 15 de abril de 1911, aprovado pelo decreto nº 8.648, de 31 de março do mesmo ano. Tendo como objetivo ligar a Estrada de Ferro do São Francisco com a Central da Bahia, a partir da estação de Bonfim até Paraguaçu, hoje laçú.

O primeiro trem de ferro chega a Jacobina, em 21 de março de 1919, só começando a serem operacionalizados os serviços, em 7 de setembro de 1920, pela linha Centro Sul da 4ª Divisão da Leste. O trem que fazia a trajetória do ramal Senhor do Bonfim-Piritiba era chamado de O TREM DAS GROTTAS[i], por cortar serras e paisagens muito bonitas e peculiares do sertão baiano, tornando assim a viagem de trem uma verdadeira aventura para as pessoas amantes da natureza (Fabiana Machado da Silva, UESB 05, 2007).

Na rota de Caem a Jacobina, O *Trem das Grotas* passava pelos povoados de Monteiro e Bom Jardim, local onde está a sede da AquiBom e onde foram instaladas as indústria de mandioca para a fabricação dos beijus. A Estação *Pau Seco*, desativada em 1977, faz parte da história local e encontra-se no povoado de Bom Jardim (Figura 5).



**Figura 5 - Estação de trem Pau Seco**



**Fonte:** Tínel & Cleber (2018).

Algumas casas da região guardam consigo as memórias das estradas de ferro. As ferragens foram utilizadas de várias formas na construção das residências na região do Bom Jardim e Monteiro, como sustentação no alicerce e, até mesmo, como decoração na parte externa das varandas residenciais (Figura 6).

**Figura 6** - Residência na localidade de Bom Jardim, Caem



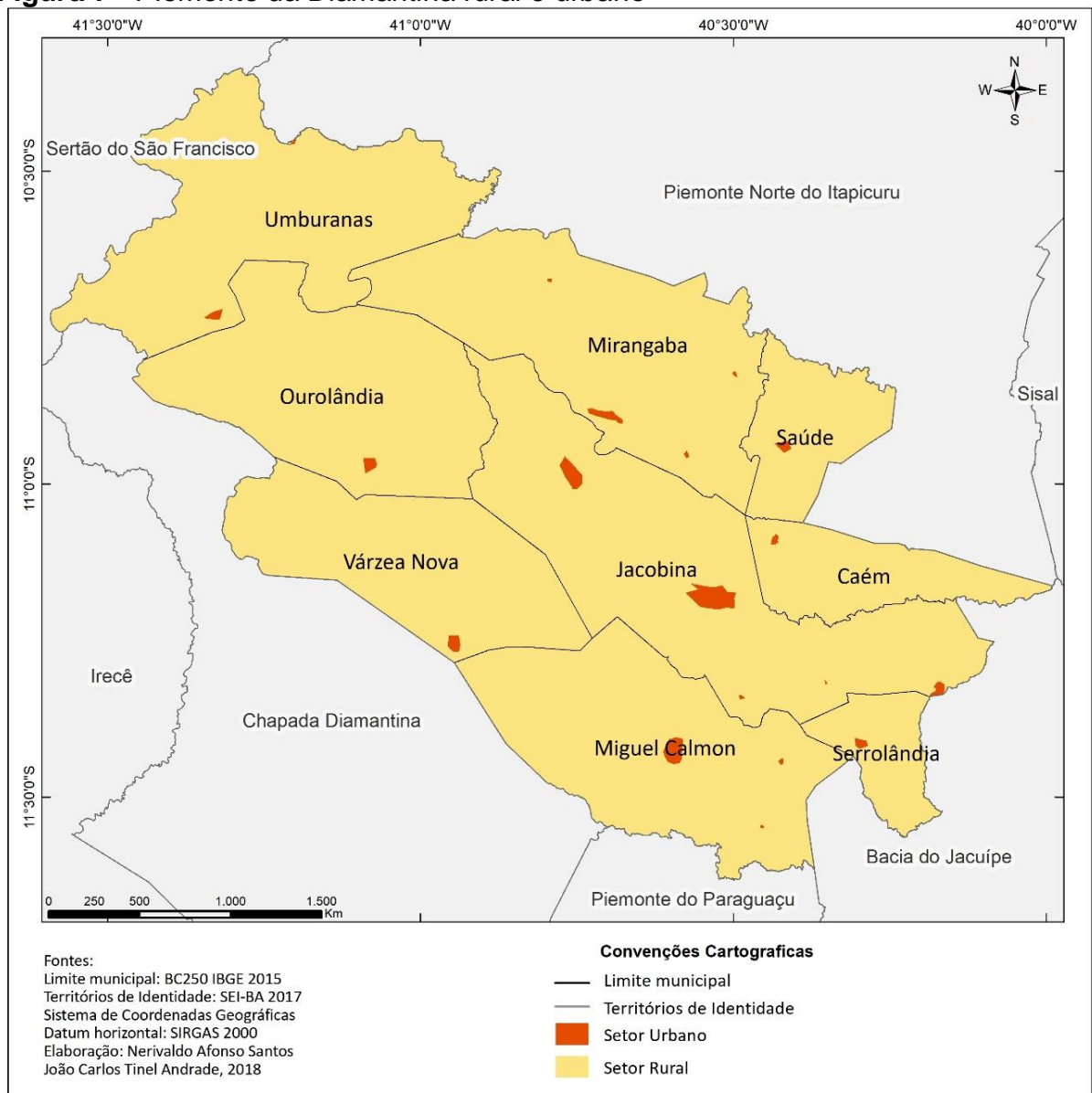
**Fonte:** Tínel & Cleber (2018).

#### 2.4 O TERRITÓRIO DE IDENTIDADE DO PIEMONTE DA DIAMANTINA: DADOS POPULACIONAIS, AMBIENTAIS E CONDIÇÕES DO SOLO

O Piemonte da Diamantina possui uma área rural maior que a área urbana (Figura 10). A mancha urbana de cor avermelhada são as sedes dos municípios, tendo algumas particularidades. A primeira particularidade é o município de Jacobina, que apresenta 5 manchas urbanas, que apresentamos em ordem decrescente: a- a maior mancha urbana é a sede; b- o distrito Lajes do Batata, próximo aos municípios de Mirangaba e Ourolândia; c- o distrito do Junco, próximo a cidade de Capim Grosso, município que compõe o território da Bacia do Jacuípe; d- o distrito do Jenipapo, próximo ao município de Miguel Calmon e, e- o distrito do Paraíso distante 15km do município de Serrolândia. A segunda característica marcante é o município de Mirangaba que tem 3 manchas urbanas em destaque: a- a maior é a sede do município; b- o distrito de Taquarandi que fica próximo aos limites de Jacobina e, c- o

distrito de Tijuáçu, que fica próximo à divisa de Saúde. A terceira particularidade é a marcha urbana do município de Miguel Calmon: a- a maior mancha é a sede do município; b- o distrito de Tapiranga, que faz divisa com o município de Serrolândia e, c- o distrito de Itapura, que é o distrito mais distante da sede do município. Já o município de Caém, onde está localizada a AquiBom, espaço de estudo desta pesquisa, encontramos apenas como mancha urbana a sede do município (Figura 7).

**Figura 7 - Piemonte da Diamantina rural e urbano**

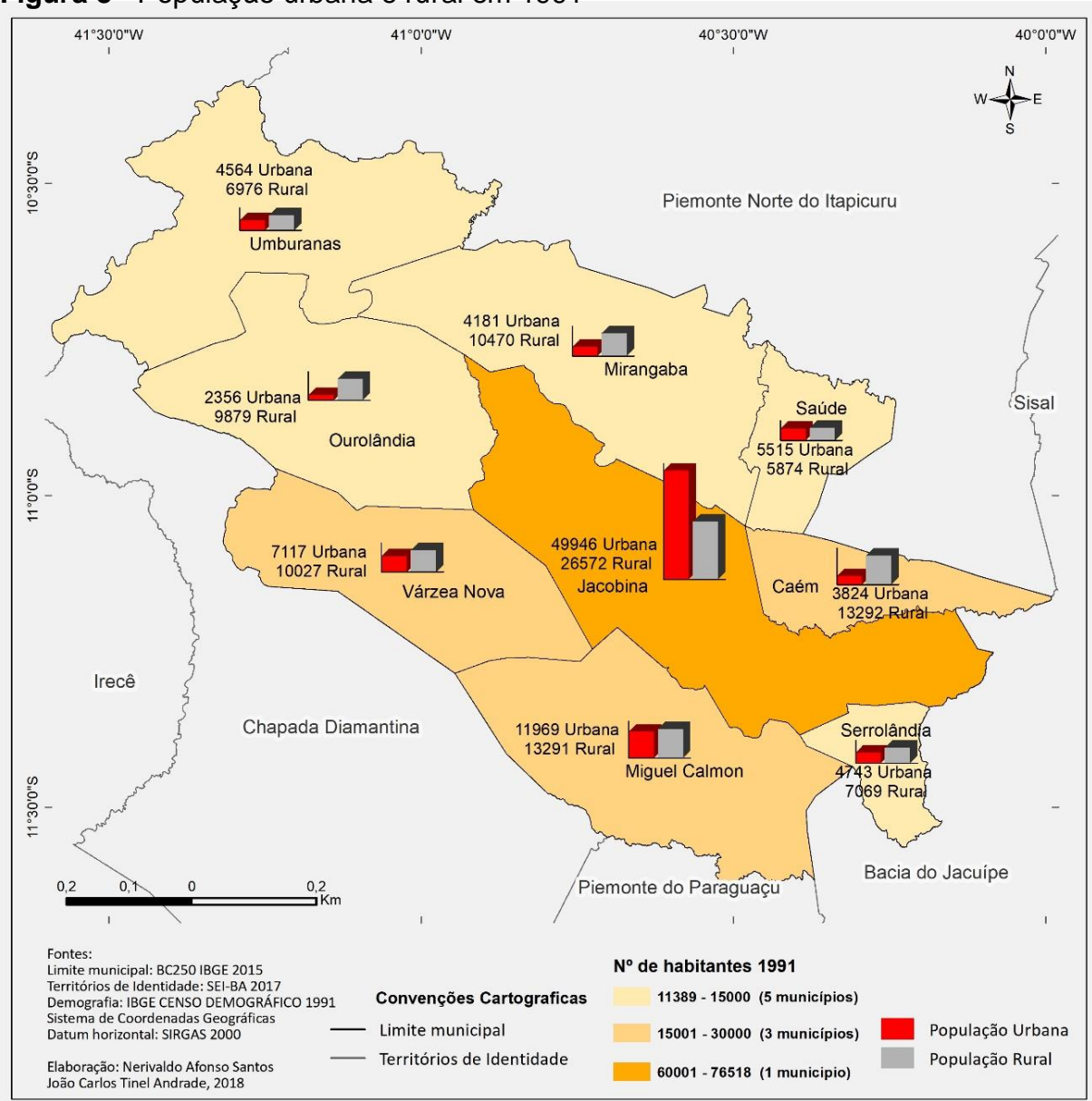


**Fonte:** SEI-BA (2017).



Ocorreu no território variação em relação ao número de habitantes da zona rural e urbana de acordo com os censos de 1991, 2000 e 2010 divulgados pelo IBGE (Figura 9).

**Figura 8 - População urbana e rural em 1991**



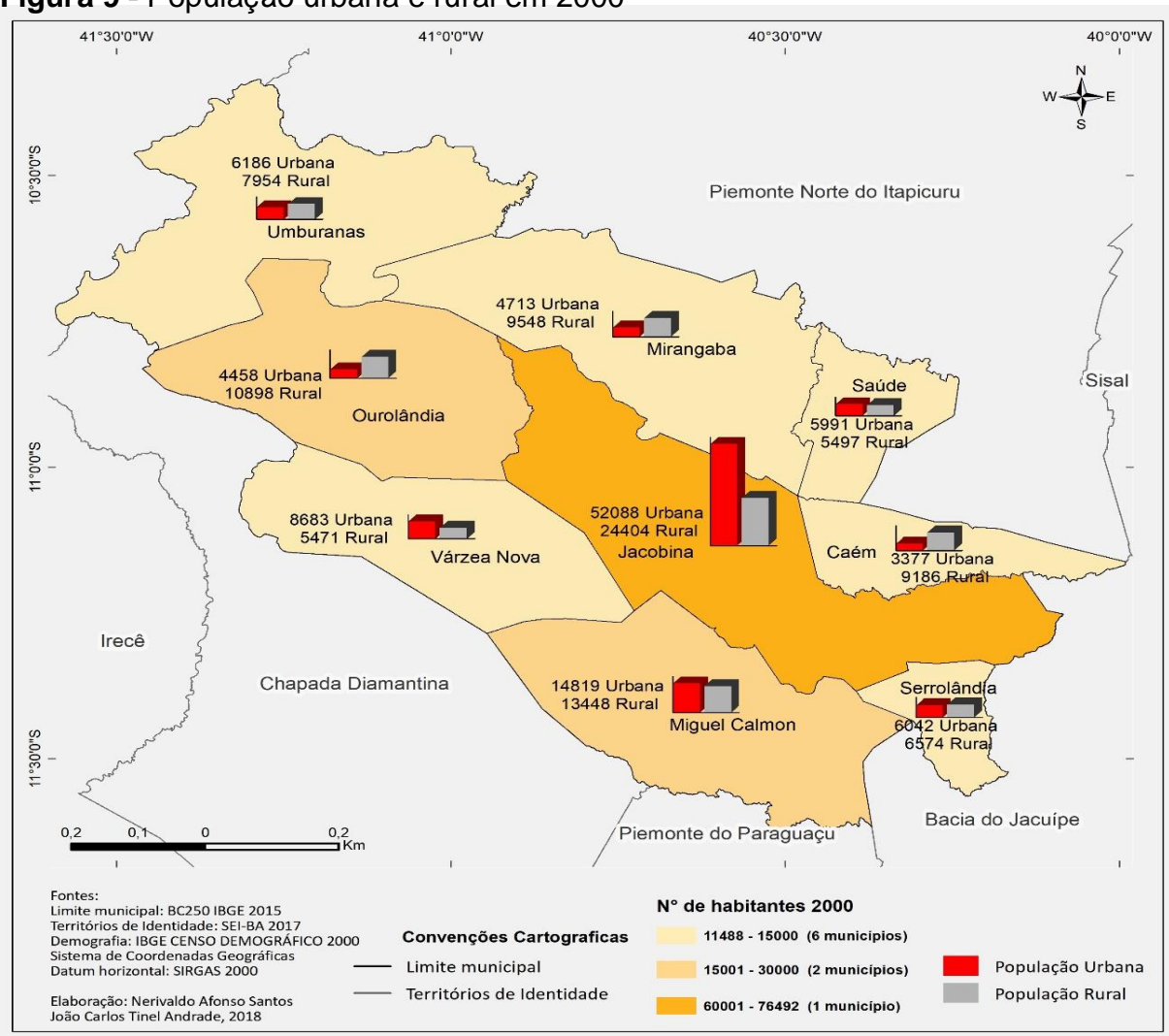
**Fonte:** Tínel & Santos (2018).

O mapa acima, datado de 1991, reflete a característica regional nordestina da época, cujos municípios tinham um contingente populacional maior na zona rural. Dos nove municípios do Piemonte da Diamantina, oito apresentavam população rural maior que a população urbana. A exceção era o município de Jacobina, pois, por ser polo regional, dispunha de rede de serviços, atendimentos

médicos, maior concentração de empregos, e isto atraía a população para residir na sede. De um total de 17.116 habitantes, em 1991, 77,4% residia na área rural no município de Caem.

No ano 2000, no entanto, houve o aumento na quantidade de municípios onde a população urbana teve evolução maior que a população rural (Figura 11). Jacobina mantém o contingente populacional urbano. Os municípios de Várzea Nova, Saúde e Miguel Calmon apresentaram em uma década, uma superioridade do contingente populacional urbano em relação ao rural. A população de Caem teve uma redução de 4.553 habitantes na década de 1990, desta redução, 4.106 foi de população rural (Figura 09).

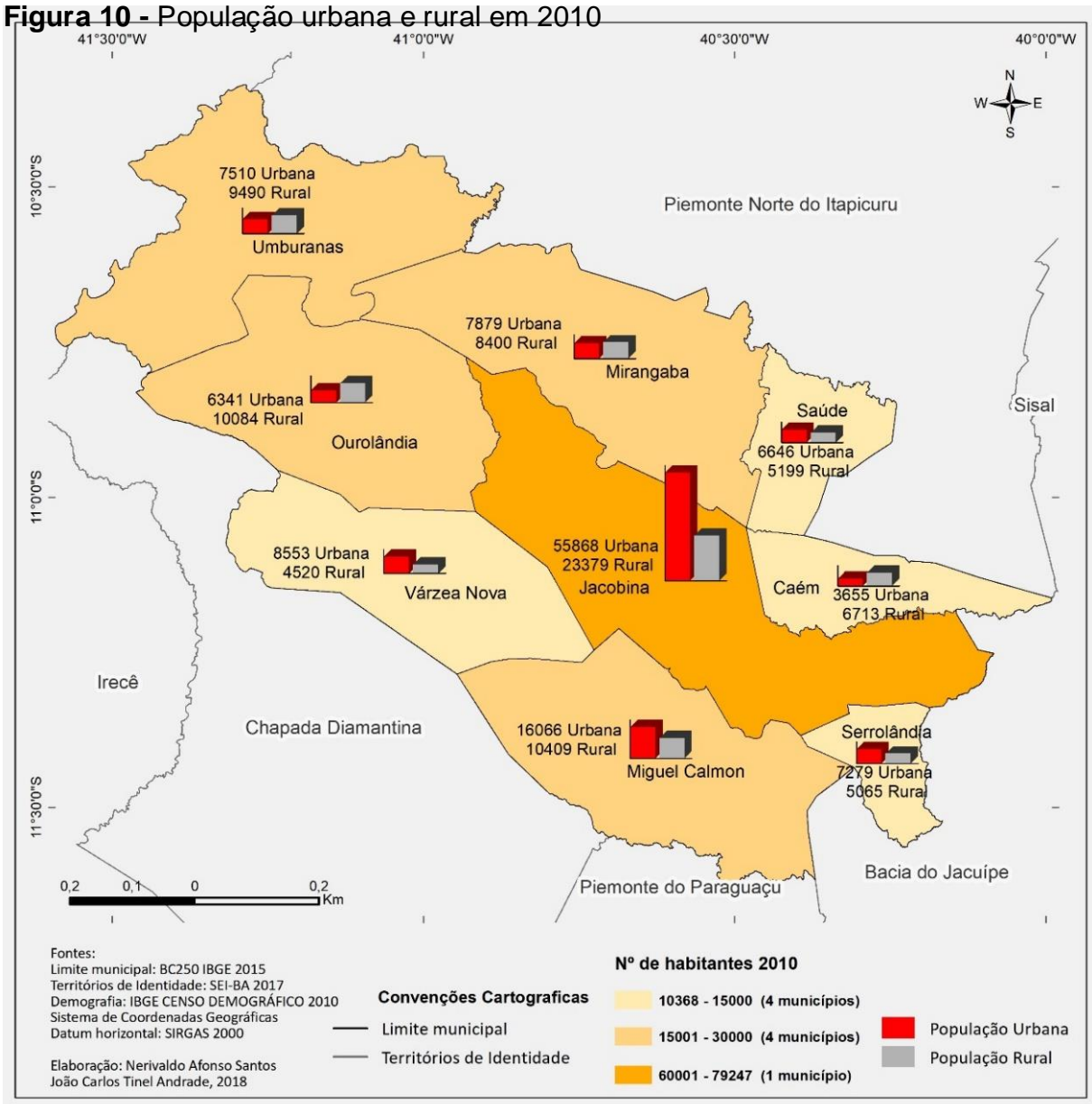
**Figura 9 - População urbana e rural em 2000**



**Fonte:** SEI-BA, 2017; IBGE (2015).

No censo realizado no ano 2010, houve aumento no contingente de pessoas morando na área urbana nos municípios de Jacobina, Várzea Nova e Saúde (Figura 10). Um outro município que aumentou a população urbana foi Serrolândia. Nos outros municípios, mesmo a população rural superando a urbana, o mapa mostra evolução no contingente da população urbana. O censo de 2010 apresenta uma redução de 3.371 habitantes no município de Caem. Os censos realizados pelo IBGE, nos anos de 1991, 2000 e 2010, mostram uma pequena variação na população urbana no município de Caem e grande variação de perda de população na zona rural do município.

**Figura 10 - População urbana e rural em 2010**

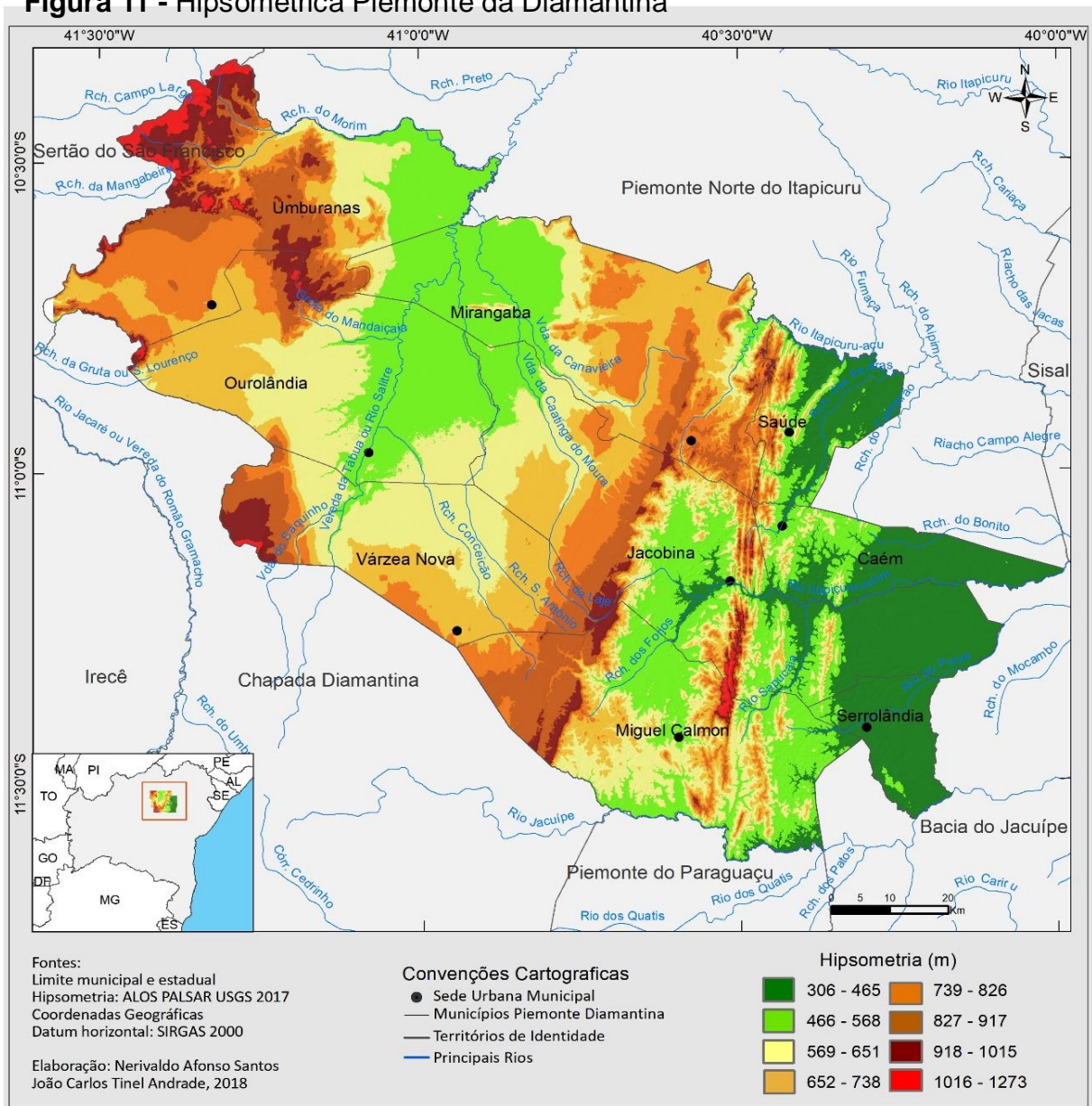


Fonte: SEI-BA, 2017; IBGE (2015).



O mapa hipsométrico mostra a topografia do Piemonte da Diamantina em relação ao nível do mar (Figura 11). O nível do mar é uma medida considerada zero e a partir da qual se mede as altitudes dos relevos. A cor verde representa as baixas altitudes e a cor vermelha as altas altitudes. No mapa abaixo, verificamos as diversas altitudes do relevo do Piemonte, q u e não há uma padronização ou concentração hipsométrica. As serras de Jacobina apresentam altas altitudes, variando entre 1.016 a 1273 metro. Já no município de Caem, ocorre a predominância de baixas altitudes, menores que 465 metros em relação ao nível do mar.

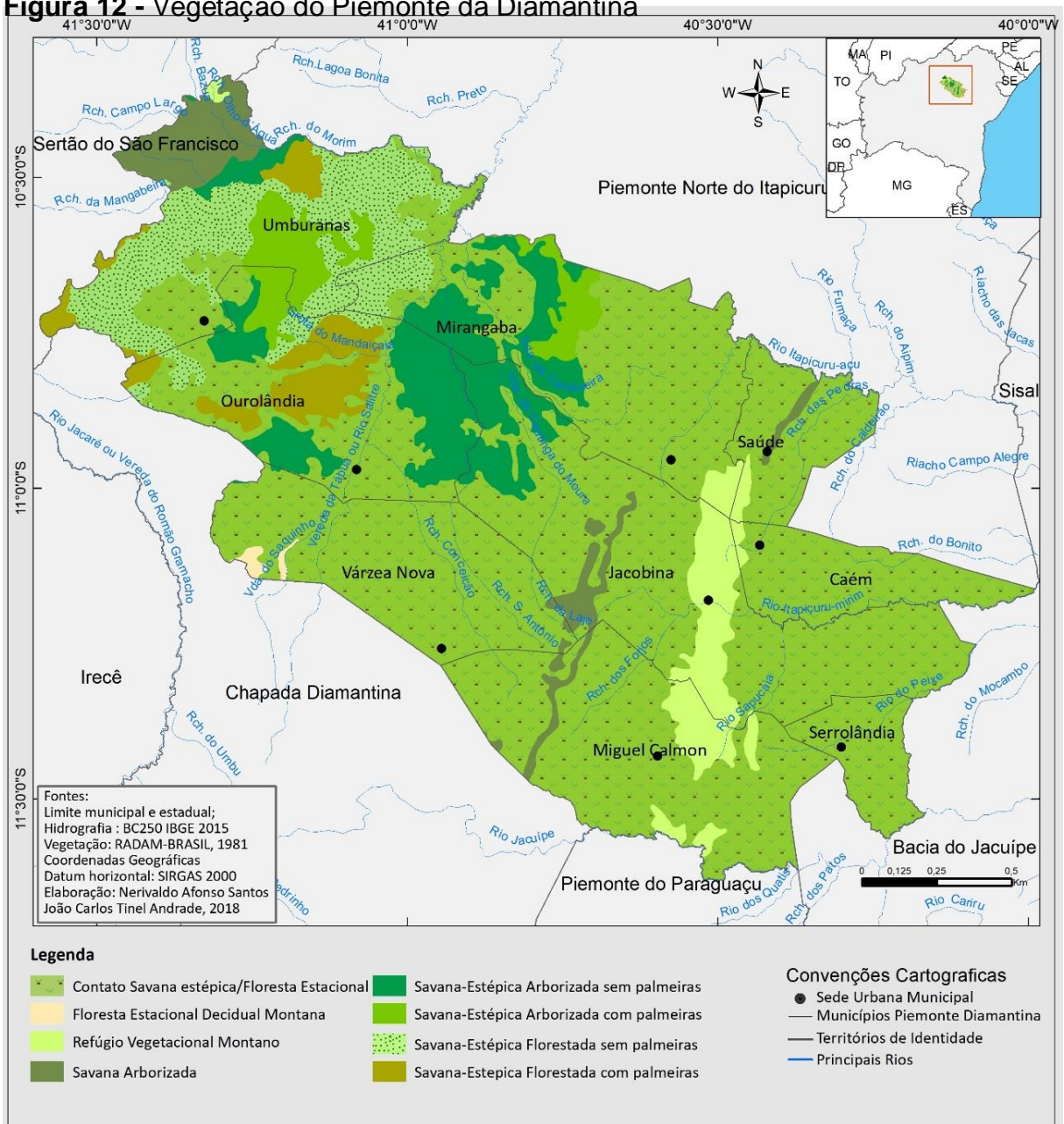
**Figura 11 - Hipsometrica Piemonte da Diamantina**



**Fonte:** ALOS PALSAR (2017).

A vegetação no Piemonte da Diamantina tem como área de destaque a serra de Jacobina, que por ter altas altitudes, apresenta isoladamente o refúgio vegetacional montano em toda a sua extensão (Figura 12). Na área de localização da Aquibom, no município de Caem, a maior parte da vegetação é de savana estépica/florestal estacional, que está presente na maioria do território da Diamantina (Figura 12).

**Figura 12 - Vegetação do Piemonte da Diamantina**

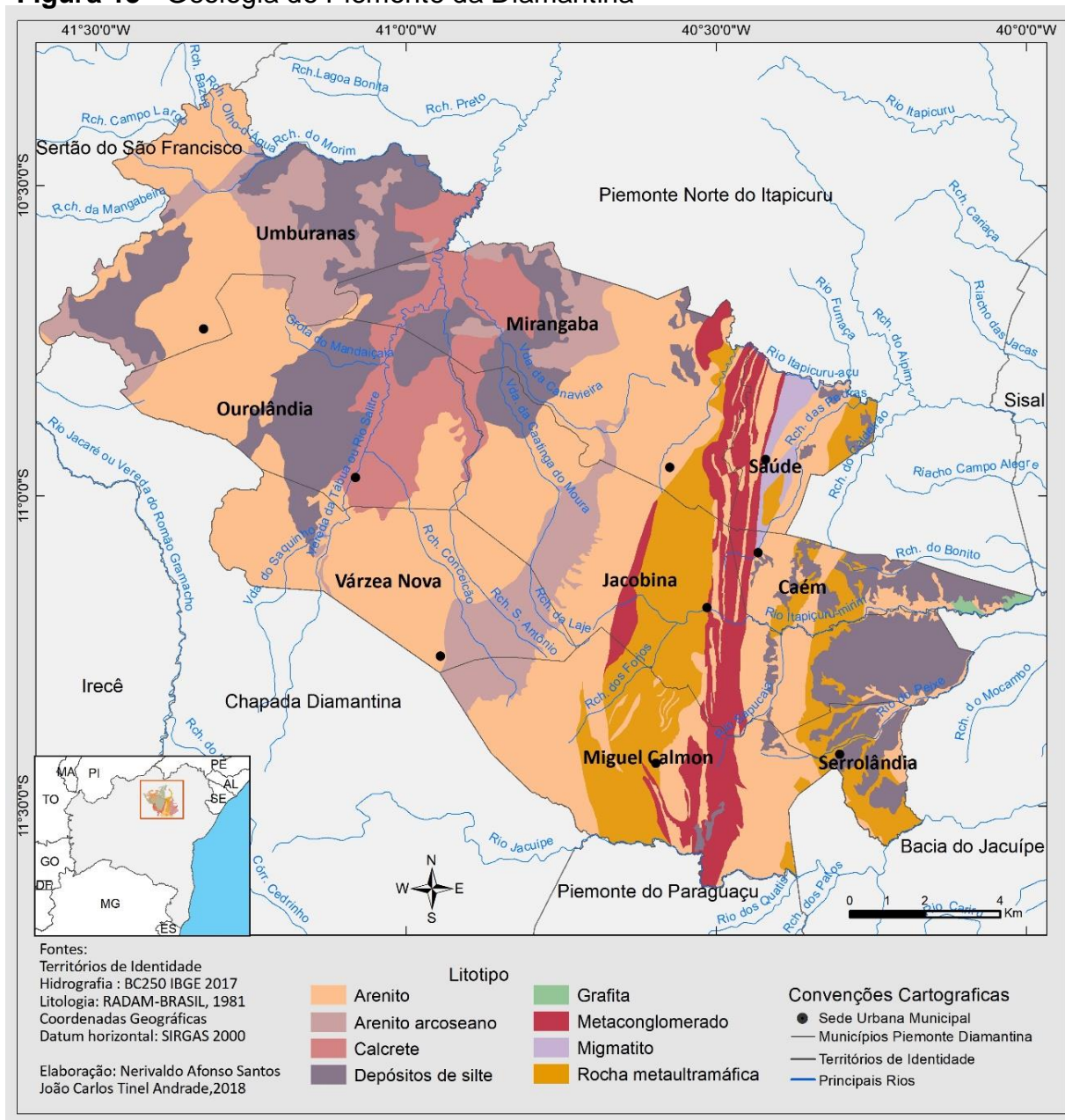


Fonte: RADAM-BRASIL (1981).



Com relação à geologia e à matéria que compõe o território da Diamantina, e a sua formação e alterações, observa-se que tem uma mescla nos tipos de rochas com uma pequena predominância de arenitos (Figura 13). Outro destaque é a serra de Jacobina, composta em quase a sua totalidade de metaconglomerado. Já o município de Caem, objeto de nossa análise, apresenta arenito, depósito de siltes, rochas metaultramáfica e uma pequena parte de grafita. Os solos arenosos, mais leves e descompactados, são indicados para a cultura da mandioca.

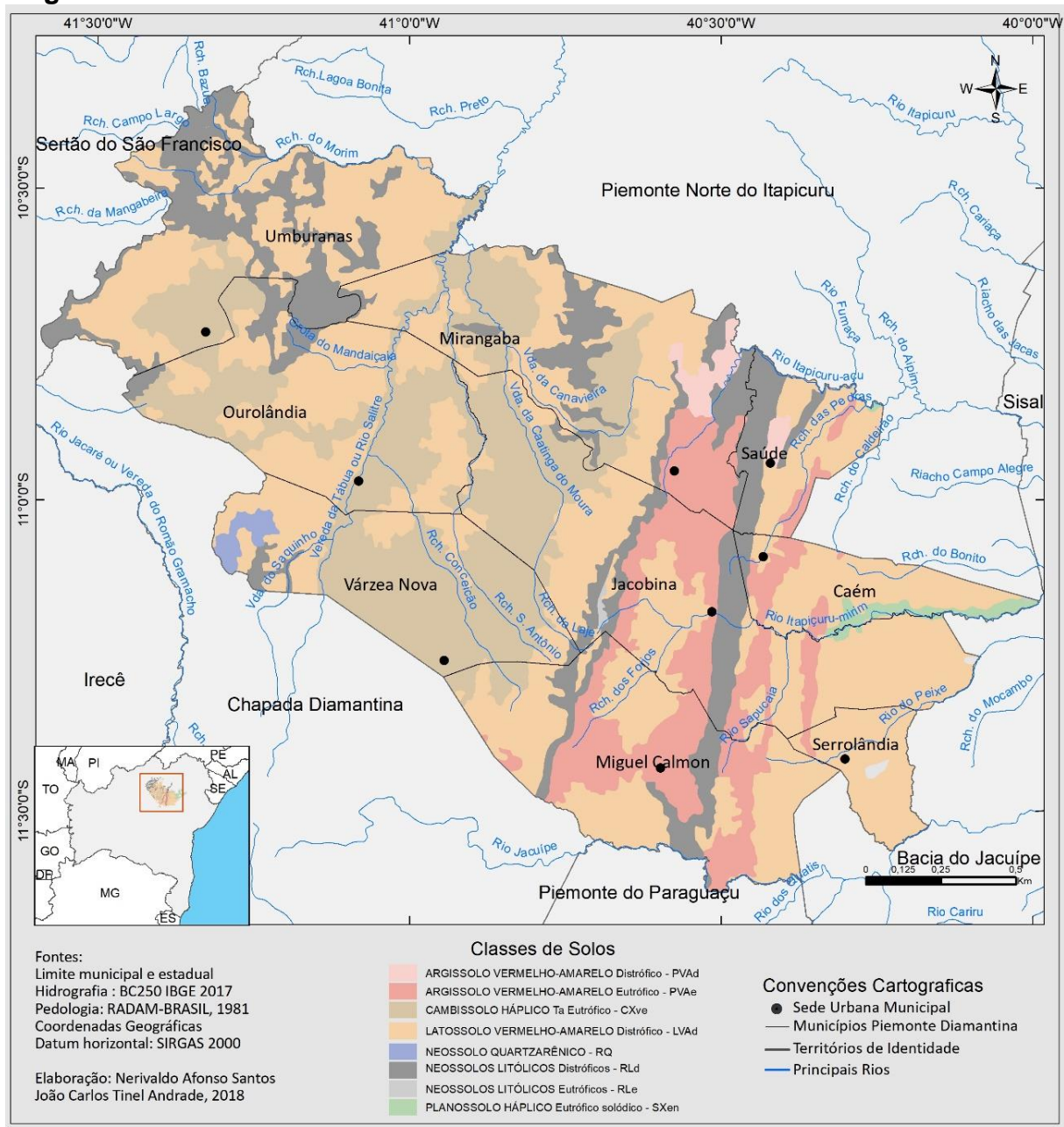
**Figura 13 - Geologia do Piemonte da Diamantina**



**Fonte:** RADAM-BRASIL (1981).

O Piemonte da Diamantina tem, basicamente, a presença de três tipos de classe de solos: latossolo vermelho-amarelo, cambissolo háplico e neossolos litólicos distróficos (Figura 15). A presença do latossolo no Piemonte demonstra a presença de material mineral depositado no solo, algumas áreas deste território são exploradas, é o que ocorre com a exploração de ouro em Jacobina. A constituição do solo do município de Caem é basicamente de latossolo, argissolo e planossolo (Figura 14).

**Figura 14 - Classe de solos do Piemonte da Diamantina**

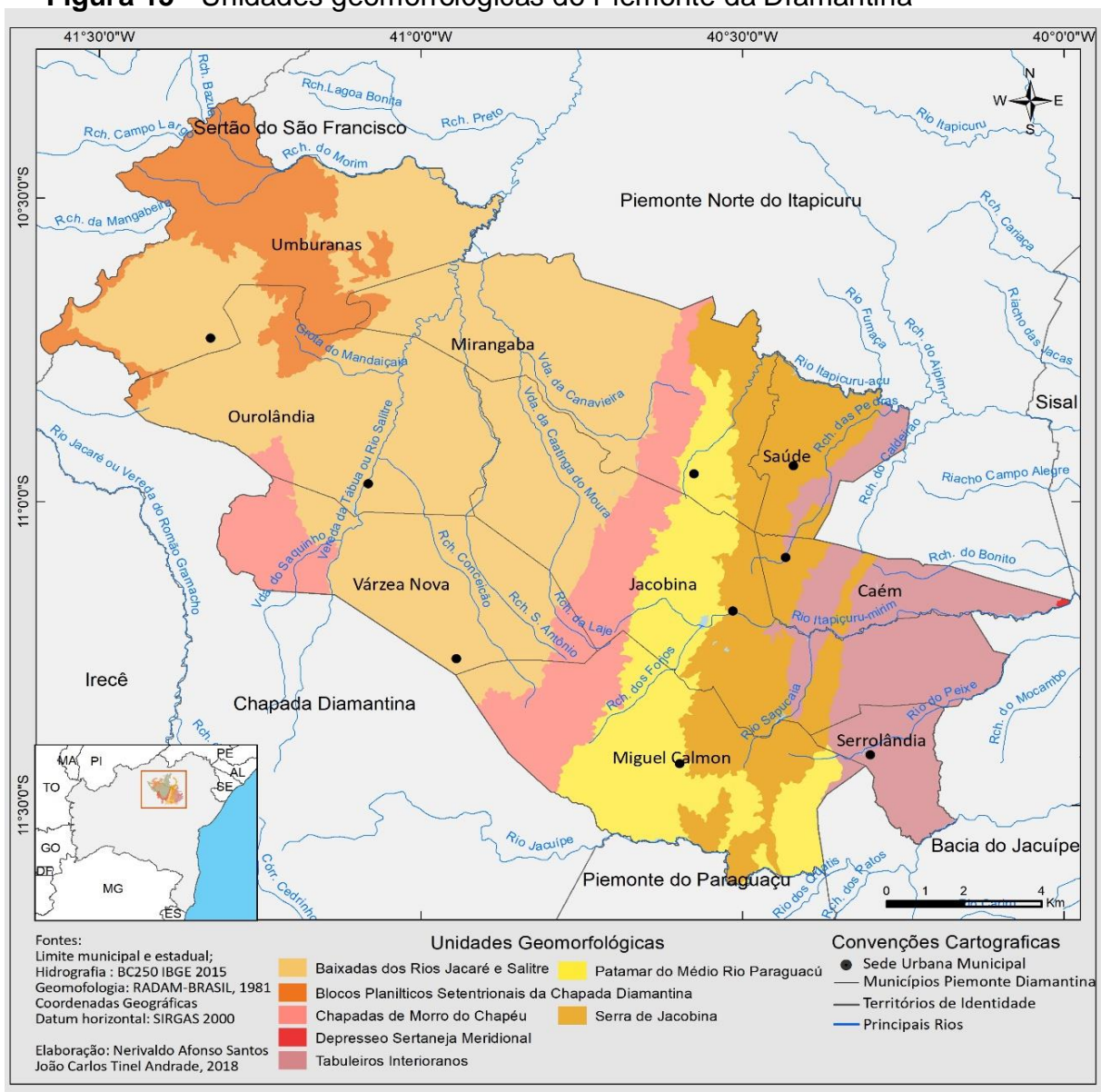


**Fonte:** RADAM-BRASIL (1981).



A geomorfologia é importante para se conhecer o relevo de um determinado local e auxiliar onde construir casas e prédios, cultivar a terra e explorar os recursos minerais, por exemplo. A denominação da área de estudo da presente pesquisa em Piemonte da Diamantina aconteceu devido à grande área formada por blocos planálticos setentrionais da Chapada Diamantina. No município de Caém, onde está a sede da Aquibom, a constituição geomorfológica é formada por tabuleiros interioranos com a presença da serra da Jacobina, uma importante unidade geomorfológica da região (Figura 15).

**Figura 15 - Unidades geomorfológicas do Piemonte da Diamantina**

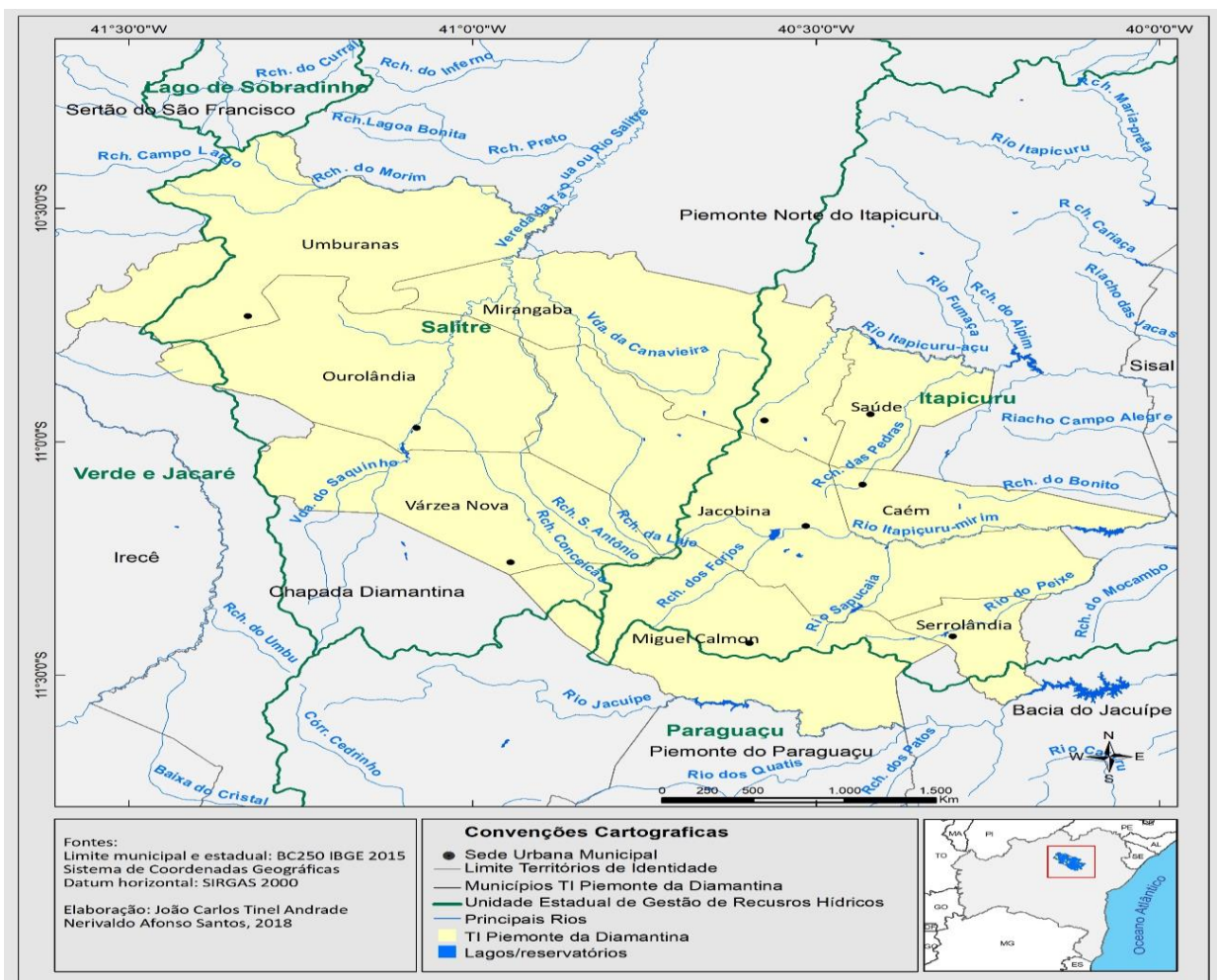


Fonte: RADAM-BRASIL (1981).



Duas importantes bacias do Estado da Bahia estão localizadas no território do Piemonte da Diamantina: a Bacias do Salitre e a Bacia do Itapicuru (Figura 16). Segundo o Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos (INEMA), a bacia do Rio Salitre faz parte da bacia do Rio São Francisco e tem uma extensão de 333km. Seis municípios do Piemonte fazem parte desta bacia: Várzea Nova, Orolândia, Umburanas, Mirangaba, Jacobina e Miguel Calmon. De acordo com o INEMA, a Bacia do Itapicuru abrange 55 municípios baianos, com um total de cerca de 1,3 milhões de habitantes, sendo os principais rios: Açú, Itapicuru-Mirim, Rio do Peixe e Jacurici. O rio Itapicuru-mirim passa por Jacobina, encontra com os outros afluentes, forma o rio Itapicuru e desemboca no oceano no município do Conde. Seis municípios do Piemonte fazem parte desta bacia: Jacobina, Saúde, Miguel Calmon, Mirangaba, Serrolândia e Caem.

**Figura 16 - Bacias hidrográficas do Piemonte da Diamantina**



Fonte: SRH-BA (2005).

Caracterizar o recorte espacial de estudo é importante para delimitar o tamanho do espaço que será analisado. Optou-se por apresentar dados e mapas, de todo o Território de Identidade do Piemonte da Diamantina, para que os leitores tenham uma visão geral do território, podendo absorver dados e informações para futuras pesquisas. As malhas viárias apresentadas servem para a correta rota de localização para possíveis visitas “in loco” de leitores e pesquisadores que procurem conhecer pessoalmente a região. Uma questão pertinente é que estes mapas físicos podem servir de subsídios para a correta aplicação de políticas públicas destinadas a este território. Sabedores da formação geológica, das unidades geomorfológicas, dos tipos de solos e da vegetação os órgãos competentes, podem elaborar projetos e programas voltados especificamente para o território, colaborando na produção de culturas endógenas da região. Conhecimentos sobre hipsometria e as bacias hidrográficas contribuem para a tomada de decisão no sentido de controle do intemperismo e preservação das bacias hidrográficas.

Todo este escopo de conhecimento contribui para que estratégias de promoção do DRS sejam mais assertivas. O Banco do Brasil pode utilizar destas informações para a implantação de seus planos de negócios neste território aliando informações técnicas com a cultural local, é a chamada racionalidade ambiental que, segundo Leff (2006), é “a construção de espaços de produção sustentável fundados na capacidade ecológica de sustentação da base de recursos de cada região e de cada localidade”, respeitando a cultura dos que habitam no território.

## 2.5 O TERRITÓRIO DE IDENTIDADE DO PIEMONTE DA DIAMANTINA: ANÁLISE SOCIOECONÔMICA

Os dados apresentados pelo IBGE, com relação à população dos municípios do Piemonte da Diamantina, mostram um aumento na população estimada em 2017 para 8 dos 9 município do território (Tabela 2). A exceção é o município de Caem, que teve uma involução de 310 habitantes (Tabela 1). Quanto à densidade demográfica, o município de Mirangaba apresenta a menor densidade demográfica por hab/km<sup>2</sup> 9,59. Já Serrolândia, tem a maior densidade demográfica do território, 41,72 hab/km<sup>2</sup>, e a menor área territorial 322,022 km<sup>2</sup>. Jacobina, cidade polo regional, tem a segunda densidade

demográfica, com 33,60 hab/km<sup>2</sup>, e a maior área territorial dentre os municípios do Piemonte da Diamantina.

**Tabela 1 - População do Piemonte da Diamantina**

Município	População estimada 2017	Censo 2010	Densidade Demográfica (hab./km <sup>2</sup> 2010)	Área da unidade territorial (km <sup>2</sup> )
Caem	População estimada 2017	Censo 2010	Densidade Demográfica (hab./km <sup>2</sup> 2010)	Área da unidade territorial (km <sup>2</sup> )
Jacobina	10.058	10.368	18,91	Área da unidade territorial (km <sup>2</sup> )
Miguel Calmon	83.635	79.247	33,60	540,908
Mirangaba	27.520	26.475	16,88	2.192,906
Saúde	18.729	16.279	9,59	1.599,672
Serrolândia	13.385	11.845	23,49	1.751,781
Ourolândia	13.832	12.344	41,72	509,098
Umburanas	18.025	16.425	11,03	322,022
Várzea Nova	19.522	17.000	10,18	1.544,988
	13.454	13.073	10,96	1.775,634
				1.225,889

**Fonte:** IBGE (2018); Elaboração: Tínel (2018).

Os dados do IBGE relacionados ao trabalho e rendimento no Piemonte da Diamantina, em 2015, revelam que o único município a ultrapassar 2 (dois) salários mínimos como média mensal dos trabalhadores formais foi Jacobina (Quadro 2). Umburanas apresentou a menor média mensal no território: 1,4 salário como média mensal dos trabalhadores formais. Com relação à população ocupada em 2015, Jacobina ficou com a maior porcentagem no território, com 13,6 da população ocupada (Quadro 2). Umburanas fica na última posição neste quesito, com 3,8% de percentual da população ocupada (Quadro 2). Os dados do IBGE apresentados em 2010 quanto ao percentual da população com rendimento mensal per capita até  $\frac{1}{2}$  salário mínimo são preocupantes. Atualmente, o salário mínimo em 2018 é R\$954,00. Isso quer dizer que a população de 08 municípios do Piemonte da Diamantina sobrevive com valor de até R\$ 477,00 (Quadro 2). Esses dados mostram a necessidade de políticas de desenvolvimento voltadas para o fortalecimento de programas nas esferas públicas e/ou privadas e do trabalho e renda neste território, incluindo aqui os Planos de Negócios em DRS do Banco do Brasil.

**Quadro 2 - Trabalho e rendimento no Piemonte da Diamantina**

Município	Salário média mensal dos trabalhadores formais 2015 com base no salário mínimo.	Porcentagem da população ocupada 2015	Percentual da população com rendimento mensal per capita menor que $\frac{1}{2}$ salário mínimo – 2010
Caem	1,9	7,5%	54,3%
Jacobina	2,1	13,6%	45,6%
Miguel Calmon	1,8	7,3%	52,8%
Mirangaba	1,5	5,1%	57,2%
Saúde	1,5	6,2%	52,5%
Serrolândia	1,5	8,1%	51,1%
Ourolândia	1,6	9,1%	54%
Umburanas	1,4	3,8%	61,6%
Várzea Nova	1,7	6,4%	54,6%

**Fonte:** IBGE (2018); Elaboração: Tínel (2018).

Os dados sobre trabalho e renda refletem significativamente na economia dos municípios. O Produto Interno Bruto (PIB) é soma de todos os bens e serviços realizados em um país, um estado ou um município; Per Capita significa por pessoa, isto é, PIB por cada pessoa no município. Quanto maior o PIB, mais demonstra o quanto o município é rico/pobre.

Os 10 municípios com maiores PIB per capita possuíam baixa densidade demográfica. Juntos eles somam 1,3% do PIB brasileiro e apenas 0,1% da população. Quanto as principais atividades econômicas por eles desenvolvidas, Presidente Kennedy(ES), São João da Barra(RJ) e Ilhabela (SP) eram produtores de Petróleo e, Paulínia(SP) e São Francisco do Conde (BA) tinham indústria de refino. Louveira(SP) concentrava centros de distribuição de grandes empresas e Triunfo (RS) era sede do polo petroquímico. Já Selvíria (MS) e Araporã (MG) possuíam hidroelétrica, enquanto Gavião Peixoto (SP) tinha indústria de outros equipamentos de transportes. Em Novo Triunfo(BA), município com o menor PIB per capita em 2015, (3.369,79), a administração, educação e saúde públicas e seguridade social representava 65,7% do valor agregado. São Francisco do Conde (BA) é o 8 PIB per capita do Brasil em 2015 com 219.845,83 (Agencia de Notícias IBGE, 2015, acesso em 04/06/2018).

Os dados do IBGE para o Piemonte da Diamantina, em 2015, apresentam Jacobina com o maior PIB Per Capita, com R\$12.272,55; em segundo lugar, vem o município de Caem, com 7.976,68; e, em nono lugar, está Umburanas, com 5.685,79 (Tabela 5). Quanto ao IDHM, o município de Jacobina apresentou um índice de 0,649 (Quadro 3). Umburanas está na nona posição com 0,515 (Quadro 3). Apesar do município de Caem está na segunda posição quanto ao PIB Per Capita, apresenta-se apenas na sétima colocação no território quanto ao IDHM municipal (Quadro 3).

O IDHM brasileiro considera as mesmas três dimensões do IDH Global – longevidade, educação e renda, mas vai além: adequa a metodologia global ao contexto brasileiro e à disponibilidade de indicadores nacionais...O IDHM é um número que varia entre 0 a 1. Quanto mais próximo de 1, maior o desenvolvimento humano de uma unidade federativa, município, região metropolitana. Faixa de Desenvolvimento Humano Municipal: 0 a 0,499 (muito baixo); 0500 a 0599 (baixo); 0600 a 0,699 (médio); 0,700 a 0,799 (alto); 0,800 a 1,0 (muito alto) (Atlas Brasil, 2013, acesso em 04/06/2018).

**Quadro 3 - Economia no Piemonte da Diamantina**

Município	PIB Per Capita 2015 R\$	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal 2010
Caem	7.976,68	0,546
Jacobina	12.272,55	0,649

Miguel Calmon	7.230,47	0,586
Mirangaba	5.970,87	0,542
Saúde	5.756,18	0,549
Serrolândia	6.414,20	0,590
Ourolândia	7.362,91	0,560
Umburanas	5.685,79	0,515
Várzea Nova	7.406,98	0,555

**Fonte:** IBGE (2018); Elaboração: Tínel (2018).

Os dados da pecuária divulgados em 2016 pelo IBGE apresentam bovinos em maior quantidade no Piemonte da Diamantina, tendo como destaques as cidades de Jacobina e Miguel Calmon (Quadro 4). Os caprinos (bodes e cabras) e os ovinos (carneiros e ovelhas) são animais de pequeno porte. Geralmente são criados em uma mesma propriedade e, na maioria das vezes, são criados por pequenos pecuaristas.

**Quadro 4 - Pecuária efetivo, rebanho por cabeça em 2016 no Piemonte da Diamantina**

Município	Bovino	Suíno	Equino	Caprino	Ovino
Caem	17.432	2.098	515	664	1.700
Jacobina	45.835	9.254	1.555	5.741	8.427
Miguel Calmon	32.922	3.900	1.156	2.233	6.744
Mirangaba	18.834	2.050	377	1.952	2.858
Saúde	12.491	1.206	1.200	499	940
Serrolândia	11.112	3.700	344	271	1.522
Ourolândia	14.878	1.800	323	7.894	11.084
Umburanas	6.512	4.100	470	2.109	4.299
Várzea Nova	8.390	1.000	550	13.000	20.000

**Fonte:** IBGE (2018); Elaboração: Tínel (2018).

Quanto à produção agropecuária no Piemonte da Diamantina, a banana ganha destaque entre as lavouras permanentes. A banana está em quase todos os municípios que fazem parte do território e, por isso, pode ser uma atividade produtiva a ser contemplada a receber programas como o DRS do Banco do Brasil (Quadro 5). A banana pode ser comercializada em feiras livres e supermercados ou beneficiada para a produção de doces diversos. Outra atividade que pode ser fortalecida nos municípios é o sisal, que está presente em 06 dos 09 municípios da Diamantina (Quadro 5). O fio do sisal é vendido por

quilo nos municípios onde é produzido e a sua produção é toda escoada para outros municípios e estados. Com o beneficiamento adequado, o sisal poderia proporcionar melhores rendimentos aos produtores rurais locais.

**Quadro 5** - Produção agropecuária em 2016 da Lavoura permanente do Piemonte da Diamantina

Município	Banana	Laranja	Sisal	Café
Caem	4.000t	-	-	-
Jacobina	1.800t	240t	7.000t	21t
Miguel Calmon	6.000t	-	156t	30t
Mirangaba	2.300t	-	2.500t	-
Saúde	2.000t	-	-	-
Serrolândia	250t	-	-	-
Ourolândia	195t	-	6.000t	-
Umburanas	98t	-	2.975t	-
Várzea Nova	-	-	3.300t	-

Fonte: IBGE (2018); Elaboração: TÍNEL (2018).

A lavoura temporária é uma das fontes de trabalho e renda para os agricultores no Piemonte da Diamantina. Apesar de ser de subsistência, a diversidade e a produção da lavoura evidencia um potencial de fortalecimento da agricultura familiar no território (Quadro 6). Apresenta-se, como exemplo, o plano de negócios em DRS do Banco do Brasil no município de Caem. Tal plano é referente a produtos derivados da mandioca e foi implementado no AquiBom. O mesmo, é discutido nesta pesquisa e recebeu apoio organizacional do Sebrae e demais parceiros, além do apoio financeiro do BB através da Fundação Banco do Brasil.

**Quadro 6** - Produção agropecuária em 2016 da Lavoura temporária do Piemonte da Diamantina

Município	Feijão	Mamona	Mandioca	Milho	Cebola	Abacaxi
Caem	620t	180t	9.450t	144t	-	-
Jacobina	1.650t	525t	10.400t	2.940t	850t	175t
Miguel Calmon	820t	350t	9.500t	1.260t	750t	-
Mirangaba	800t	300t	8.900t	3.552t	750t	-
Saúde	300t	280t	2.100t	1.336t	-	-
Serrolândia	200t	200t	11.000t	840t	-	-

Ourolândia	2.000t	2.100t	12t	1.470t	-	900t
Umburanas	990t	280t	15.120t	840t	-	72.000t
Várzea Nova	6t	100t	3.000t	90t	-	-

**Fonte:** IBGE (2018); Elaboração: Tínel (2018).

A relação das instituições financeiras divulgadas pelo IBGE, em 2016, demonstra que o BB está presente em 88% dos municípios do Piemonte da Diamantina (Quadro 7). A exceção é o município de Umburanas, que não tem nenhuma instituição financeira relacionada em 2016 (Quadro 7).

#### **Quadro 7 - Instituições financeiras em 2016 do Piemonte da Diamantina**

Município	Banco do Brasil	Caixa Econômica Federal	Bradesco	Itaú	Cooperativa de Crédito
Caem	1	-	-	-	-
Jacobina	1	1	1	1	1
Miguel Calmon	1	1	1	-	-
Mirangaba	1	-	-	-	-
Saúde	1	-	1	-	-
Serrolândia	1	-	-	-	-
Ourolândia	1	-	-	-	-
Umburanas	0	-	-	-	-
Várzea Nova	1	-	-	-	-

**Fonte:** IBGE (2017); Elaboração: Tínel (2018).

Os municípios de estudo são bem semelhantes em relação aos dados geoambientais, o que pode favorecer programas ou projetos em comum, que dependam das suas características regionais. Os dados econômicos e sociais demonstram uma diferença entre os municípios. Alguns destes dados podem ser usados no que se refere a uma mudança de paradigma de Políticas de Desenvolvimento Regional centrada apenas no setor econômico, pois o “desenvolvimento não é apenas um processo de acumulação e de aumento de produtividade macroeconômica, mas principalmente o caminho de acesso a formas sociais (FURTADO 2005, 1961 e 1974).

Nesta pesquisa, analisou-se a metodologia do DRS do BB, suas etapas e suas premissas. Um dos pontos fortes da metodologia é a união de parceiros



em torno de uma atividade produtiva, desde a escolha, passando pelo acompanhamento de todas as fases do Plano de Negócios e finalizando com a avaliação como forma de verificar a efetividade da PDRS do Banco do Brasil. A “metodologia de atuação prevê a sensibilização, mobilização e capacitação de funcionários do BB e de parceiros, e ainda a elaboração de um amplo diagnóstico, sendo abordada a cadeia de valor das atividades produtivas apoiadas” (BANCO DO BRASIL, 2017).

### 3 DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: HISTÓRICO

Os debates mundiais sobre a questão ambiental e as consequências da degradação do meio natural vêm crescendo em todos os setores da sociedade nas últimas décadas. Começa a surgir um maior interesse na questão ambiental a partir da década de 60 do século XX, quando aumentaram as discussões sobre o tema *meio ambiente* nas universidades, período que se iniciam os movimentos ambientalistas, em todo o mundo, para confrontar as transformações oriundas do modo de vida capitalista.

Uma das publicações que serve como referência para estes movimentos, em 1962, foi o Livro *Primavera Silenciosa*, da bióloga e escritora americana Rachel Carson. Em 1962, a autora já lançava ideias sobre o nosso modo de vida: “preocupamo-nos com uma espécie diferente de risco, que perpassa pelo nosso meio ambiente: um risco que nós mesmos introduzimos no nosso mundo, na medida que o nosso moderno estilo de vida veio evoluindo e formando-se” (CARSON, 1962, p. 195). Carson demonstrou, também, preocupação com desastres ambientais causados pelo uso de substâncias químicas tóxicas e relatou em vários momentos as consequências deste uso indiscriminado:

as margens das estradas, outrora tão atraentes, apresentavam-se agora assinaladas por uma vegetação amarronada e murcha, como se houvesse sido bafejada pelo fogo. Também aquelas margens estavam silenciosas – desertadas que haviam sido por todas as formas de vida. Até mesmo os rios se mostravam agora destruídos de vida. Os pescadores já não visitavam mais os seus cursos d’água, porquanto todos os peixes tinham morrido (CARSON, 1962, p. 12-13).

Em 1968, um grupo de pessoas de diversos países reuniu-se na Accademia Nazionale dei Lincei, em Roma. Neste grupo, havia diversas personalidades de

várias profissões: cientistas, educadores, economistas, humanistas, industriais, funcionários públicos, que discutiram os dilemas da época e o futuro do homem. Deste encontro, nasceu o Clube de Roma, com o objetivo de discutir e entender problemas econômicos, políticos, naturais e sociais. A preocupação com a transformação da população em termos de consumo e poluição fica claro quanto ao uso evidente dos recursos naturais em um relatório para o projeto do Clube de Roma sobre o dilema da humanidade em relação aos limites de crescimento do Planeta, ao crescimento populacional, à industrialização, à poluição, à produção de alimentos, contrapondo com o uso dos recursos naturais, descrevendo que “o objetivo evidente no atual sistema mundial consiste em aumentar a população proporcionando-se mais alimentos, bens materiais, ar puro e água para cada pessoa” (MEADOWS, 1972, p. 83).

Neste relatório, foram elencadas maneiras de modificar os modos e as formas do crescimento para uma melhor harmonia com o meio natural. Para isso, o estado de equilíbrio global “poderá ser planejado de tal modo que as necessidades materiais básicas de cada pessoa na terra sejam satisfeitas e que cada pessoa tenha igual oportunidade de realizar seu potencial humano individual” (MEADOWS 1972, p. 20).

Durante a década de 1970, aconteceram vários eventos relacionados aos problemas do crescimento e uma melhor interação com o meio natural. A primeira grande conferência mundial convocada pela Organização da Nações Unidas (ONU), que tratou deste tema, aconteceu em Estocolmo, na Suécia, em 1972, onde a sociedade científica já discutia os graves problemas futuros por razão da poluição atmosférica causada pelas indústrias.

A humanidade vivenciou diversas vezes o drama socioambiental em acidentes que resultaram em milhares de mortos e prejuízos incalculáveis, como, por exemplo, o vazamento de gases tóxicos na fábrica de pesticidas da Union Carbide em 1984, na Índia; a explosão de um dos reatores da usina nuclear de Chernobyl em 1986, na antiga União Soviética, e o naufrágio do petroleiro Exxon Valdez, em 1989, no Alasca. No Brasil, Cubatão ficou conhecida como vale da morte na década de 1980 devido à grande poluição causada pelas indústrias ali localizadas. Estes grandes acontecimentos locais afetaram de alguma forma toda a população mundial, causando reflexões em diversos setores da sociedade.

Um evento de natureza ambiental ocorreu no Brasil, na cidade do Rio de Janeiro, em 1992. A Rio-92 recebeu representantes de vários países do mundo, que debateram alguns temas centrais sobre meio ambiente, aprofundando o conceito de desenvolvimento sustentável que, de acordo com o relatório Brundtland, em 1991, “é o desenvolvimento que satisfaz as necessidades da geração presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras de satisfazerem suas próprias necessidades”. Este conceito sofreu críticas ao longo do tempo, sendo considerado limitado e necessitando de adaptações, como cita Leonardo Boff, que o considera “antropocêntrico (só considera o ser humano) e nada diz sobre a comunidade vida (outros seres vivos que também precisam da biosfera e de sustentabilidade)”. A RIO-92 no Rio de Janeiro produziu resultados significativos em documentos como o Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças climáticas e a Agenda 21.

Em 1997, as nações voltaram a se reunir. Dessa vez, na cidade de Quioto, no Japão, para repensar a estratégia de redução das emissões de gases que afetam o efeito estufa. Atendendo ao princípio das responsabilidades diferenciadas, o protocolo estabeleceu metas de redução das emissões para 38 países industrializados.

Em 2002, foi realizada em Johannesburgo, África do Sul, a chamada Rio+10, que tratou basicamente de questões como erradicação da pobreza, mudança dos padrões de produção, consumo e manejo de recursos naturais e o desenvolvimento sustentável. Foi discutido o aprimoramento da Agenda 21 e sua aplicação pelo governo, com a participação e gestão da sociedade civil organizada. A Agenda 21 reúne um conjunto mais amplo de recomendações sobre como as nações podem agir para modificar sua forma de desenvolvimento em favor de modelos sustentáveis e iniciarem programas de desenvolvimento sustentável. A Agenda 21 Local é o processo de planejamento participativo de um determinado território, responsável por um plano local de desenvolvimento sustentável, através de prioridades locais, com projetos e ações de curto, médio e longo prazo.

A última grande reunião internacional foi a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (CNUDES), realizada em 2012, na cidade do Rio de Janeiro, que ficou conhecida como Rio+20. Tratou de fazer um balanço do que foi realizado nos últimos 20 anos em relação ao meio ambiente e discutiu

novos temas, como economia verde e governança na área do desenvolvimento sustentável.

### 3.1 DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: DA TEORIA À PRÁTICA

A degradação ambiental é resultante de alterações realizadas no ambiente por atividades antrópicas em busca de produzir bens para satisfazer o ideário de consumo do mundo contemporâneo, o capitalismo. Um marco na história da humanidade foi a Revolução Industrial, que mudou o padrão de vida das pessoas, substituindo o trabalho artesanal pelo assalariado, com a utilização de máquinas. Países da Europa começaram a figurar como potências através de um acelerado crescimento econômico, que gerou grandes riquezas, causando, também, extremas desigualdades sociais e ambientais.

Até o século XVIII, transferido da biologia, o termo *desenvolvimento* esteve associado ao movimento de seres vivos e as suas etapas de vida. Os pensadores e economistas europeus foram se apossando do termo e acrescentando teorias econômicas, tornando, assim, um discurso econômico. Neste contexto, vários pensadores europeus discutiram os conceitos de crescimento e desenvolvimento (Quadro 8).

**Quadro 8** - Autores e suas propostas de desenvolvimento: séculos XVIII, XIX, XX (continua)

AUTOR	NACIONALIDADE	DEFINIÇÃO CRESCIMENTO/DESENVOLVIMENTO
DAVID HUME	Escocês (1711 a 1776)	Desenvolvimento através de vantagens comparativas. Sua noção estava ligada a segurança do Estado, uma vida social civilizada, liberdade política e sobretudo o desenvolvimento pleno dos talentos humanos no comércio, na indústria e do refinamento das artes mecânicas.
ADAM SMITH	Escocês (1723 a 1790)	Divisão entre países ricos e pobres. O Estado teria três deveres principais: proteger invasão de outro Estado, estabelecer um poder judiciário e garantir a manutenção de serviços públicos. A educação é um ponto fundamental para o processo de desenvolvimento. Crescimento associado a salários altos. O livre comércio
T.R. MALTHUS	Britânico (1766 a 1834)	A produção de alimentos cresce em progressão aritmética, enquanto a população aumento em progresso geométrico. Apoiava uma intervenção do Estado para estimular a demandar e aumentar a renda, a produção e a renda nacional.

DAVID RICARDO	Inglês (1772 a 1823)	O investimento faz com que a produção cresça, fazendo crescer a produção do país. Este investimento depende da taxa de lucro dos capitalistas para o reinvestimento. O valor dos salários seria para manter o trabalhador em condições mínimas.
JOHN STUART MILL	Britânico (1806 a 1873)	Proteção do indivíduo do poder do Estado, eficácia da produção, assegurar a democracia, gerar cidadãos mais educados para assumirem responsabilidades nas instituições sociais. Limitar o crescimento populacional.
ALFRED MARSHALL	Inglês (1842 a 1924)	O fim do capitalismo não resolveria os problemas das pessoas. Crescimento com poupança e o aumento da eficiência da força de trabalho. Para o desenvolvimento é necessário investimento em educação.
KARL MARX	Alemão (1818 a 1883)	Desenvolvimento econômico por sucessão de fases no sentido de organizar as forças produtivas e a distribuição da riqueza para a evolução da sociedade tendo como referência o pensamento e a representação ideológica de capital.
JOSEPH SCHUMPETER	Austríaco (1883 a 1950)	Desenvolvimento capitalista e ciclos econômicos. O principal para o crescimento seriam os empreendedores. A propriedade privada, a divisão do trabalho e a livre competição são essenciais para o crescimento.

**Quadro 8 - Autores e suas propostas de desenvolvimento: séculos XVIII, XIX, XX (conclusão)**

AUTOR	NACIONALIDADE	DEFINIÇÃO CRESCIMENTO/DESENVOLVIMENTO
EVSEY DOMAR	Russo (1914 a 1997)	Para um crescimento contínuo em pleno emprego era necessário um aumento das despesas e do estoque de moedas. Desenvolvimento tem relação próxima com a vontade de investir, a renda que os agentes recebem e a produtividade média de investir.
ROY HARROD	Inglês (1900 a 1978)	Fatores macroeconômicos ao crescimento. Satisfação social quando há equilíbrio entre taxas de crescimento e renda. Os valores a serem buscados são os econômicos.
RAGNAR NURKSE	Estônia (1907 a 1959)	Poupança e formação de capital para o desenvolvimento econômico. Equilíbrio entre oferta e demanda.
ARTHUR LEWIS	Britânico (1915 a 1991)	Crescimento econômico como um processo de desenvolvimento acelerado com o objetivo de eliminar o atraso econômico. Variáveis ao crescimento: população e força de trabalho, conhecimento, ciclos econômicos, preços relativos e limites para o crescimento.

Fonte: Tínel (2017).

O objetivo do quadro acima foi expor, de forma breve, os pensamentos de autores dos séculos XVIII, XIX e XX sobre o tema *desenvolvimento*. David Hume e Adam Smith, ambos escoceses, tratavam o desenvolvimento através do Estado. Malthus e Ricardo, que viveram em épocas semelhantes, tratam o aumento da produção como ponto forte do desenvolvimento. O britânico Mill cita a democracia e limita o crescimento populacional. Marshall, inglês que viveu entre 1818 e 1924, relata o crescimento da poupança, eficiência da força de trabalho e investimento em educação para o desenvolvimento. Karl Max aponta o comunismo como o estágio avançado de desenvolvimento humano e o desenvolvimento econômico, só ocorrendo sem a concentração de capital. O austríaco Schumpeter menciona os empreendedores como fonte principal de crescimento. Para Domar, desenvolvimento tem relação com investimento. Harrod indica fatores macroeconômicos, enquanto Nurkse, de equilíbrio entre oferta e demanda. Lewis aponta desenvolvimento acelerado com o objetivo de eliminar o atraso econômico. Apesar de ser britânico, essa definição se encaixa na ideia de desenvolvimento da América Latina.

Até então, os autores citam apenas aspectos puramente econômicos. Não notamos consideração a respeito do ambiente, nem tão pouco sobre as consequências do desenvolvimento sobre o meio natural e a humanidade.

Na América Latina e no Brasil, as décadas de 50, 60, 70 do século XX, foram marcadas por políticas de desenvolvimento para uma industrialização de substituição de produtos de importações. A ideia era produzir internamente o que antes vinha da Europa e, principalmente, dos Estados Unidos. Os governos acreditavam que a industrialização era a chave do crescimento econômico e que, só assim, um país ou uma região poderia crescer. Acreditavam que o “desenvolvimento é, basicamente, aumento do fluxo de renda real, isto é, incremento na quantidade de bens e serviços por unidade de tempo a disposição de determinada coletividade.” (FURTADO, p. 115, 1961).

Celso Furtado foi um dos economistas brasileiros que mais fez crítica a este tipo de crescimento que não visava as questões sociais e as reais necessidades da humanidade, principalmente questões relativas a região Nordeste do Brasil:

a ideia de desenvolvimento econômico é um simples mito. Graças a ela tem sido possível desviar as atenções da tarefa básica de identificar necessidades fundamentais da coletividade e das possibilidades que abrem

ao homem os avanços da ciência, para concentra-las em objetos abstratos como são os investimentos, as exportações e o crescimento (FURTADO, 1974, p. 75).

Para Amartya Sen (2000), o desenvolvimento “pode ser visto como um processo de expansão das liberdades reais que as pessoas desfrutam” (SEN, 2000, p. 17). Estas liberdades são condições sociais e econômicas como, por exemplo, educação e saúde. Porém, o serviço precisa ser de qualidade e a sociedade deve ter o direito de escolha. Outra liberdade citada pelo autor são os direitos civis, ou seja, ter a liberdade de participar de discussões públicas e fazer parte de comitês decisórios na sociedade:

o desenvolvimento requer que se removam as principais fontes de privação de liberdade: pobreza e tirania, carência de oportunidades econômicas e destituição social sistemática, negligência dos serviços públicos e intolerância ou interferência excessiva de Estados repressivos (SEN, 2000 p. 18).

Amartya Sen fala de uma conexão entre as liberdades, cuja liberdade de diferentes tipos pode favorecer umas às outras, fazendo um círculo de desenvolvimento:

liberdades políticas (na forma de liberdade de expansão e eleição livres) ajudam a promover a segurança econômica. Oportunidades sociais (na forma de serviços de educação e saúde) facilitam a participação econômica. Facilidades econômicas (na forma de oportunidades de participação no comércio e na produção) podem ajudar a gerar a abundância individual, além de recursos públicos para os serviços sociais) (SEN, 2000, p. 25-26).

Acrescenta-se à discussão de Amartya, uma liberdade ambiental (grifo nosso). A liberdade ambiental se refere à redução das fontes poluidoras dos recursos naturais que se dá pelo tratamento dos resíduos produzidos nos processos de extração das grandes empresas poluidoras como: mineradoras, indústrias agrícolas, indústrias produtoras de derivados de petróleo, empresas de energia. A liberdade ambiental facilitaria o manejo sustentável dos processos de produção da economia, podendo melhorar a qualidade de vida da população do planeta Terra. A expansão das liberdades citadas por Amartya Sen, acrescentada da liberdade ambiental, pode gerar o desenvolvimento sustentável. Ignacy Sachs aponta para o direito ao

desenvolvimento através da apropriação “efetiva de três gerações de direitos humanos: direitos políticos, civis e cívicos; direitos econômicos, sociais e culturais; direitos coletivos ao meio ambiente” (SACHS, 2008, p. 14). Desenvolvimento sustentável é o direito ao desenvolvimento aliado às liberdades reais que as pessoas desfrutam.

O Desenvolvimento Sustentável é um termo relativamente novo e ainda em construção. Surgido na década de 90, do século XX, o termo *desenvolvimento* foi avançando e acrescido de adjetivos como: regional, local, integrado e sustentável. A discussão sobre *desenvolvimento* foi deformado por décadas de usos e abusos ideológicos, confusões conceituais e agregação interminável de adjetivações, que tornam o debate cada vez mais difícil e , teoricamente, insolúvel, por mais que , politicamente, necessário. O DS questiona o modelo de produção e consumo mundiais, que ameaça o equilíbrio do planeta. Qualquer modelo de desenvolvimento adotado deve passar por: conservação ambiental, inclusão social e crescimento econômico.

O conceito de DS ainda está em constante transformação, recebendo adaptações e/ou críticas de algumas correntes. Para Sachs (2002), o “desenvolvimento sustentável é evidente, incompatível com o jogo sem restrição das forças do mercado” e, atende simultaneamente os pilares sustentáveis com “os critérios de relevância social, prudência ecológica e viabilidade econômica”. Tal conceito está relacionado com a maioria dos discursos que se propaga na mídia mundial e que está presente nos objetivos da ONU. Há outras correntes que vão contestar esta percepção de desenvolvimento sustentável capaz de alcançar o desenvolvimento econômico com práticas sociais e ecológicas.

Leff (2010) aponta que o DS gerou “um discurso simulatório e falaz, opaco e interesseiro, um discurso cooptado pelo interesse econômico, um discurso de poder e, sobretudo, um instrumento do poder dominante” e acrescenta que grandes corporações capitalistas utilizam-se do termo para continuar degradando, de forma “autorizada”, o meio natural.

Ignacy Sachs (2008) indica que desenvolvimento sustentável “obedece ao duplo imperativo ético da solidariedade com as gerações presentes e futuras, e exige a explicitação de critérios de sustentabilidade social e ambiental e de viabilidade econômica” e mostra que o crescimento econômico



“mesmo rápido não traz desenvolvimento, ao menos que gere emprego e contribua para a redução da pobreza e das desigualdade” (SACHS, 2008, p. 39). Em mais um momento, encontraram-se ideias cujo crescimento econômico gera desenvolvimento e que a sustentabilidade está relacionada com critérios sociais, econômicos e ambientais, sem mencionar o fenômeno da globalização e suas consequências, principalmente, nos países subdesenvolvidos. Para Leff (2007), o discurso do DS “busca gerar um consenso e uma solidariedade internacional sobre os problemas ambientais globais, apagando interesses opostos de nação e grupos sociais em relação ao usufruto e manejo dos recursos naturais”. Esta formulação relaciona-se com as “condições políticas, institucionais e tecnológicas que determinam a conservação e regeneração dos recursos de uma região” (idem p. 70). O autor alerta, ainda, para uma situação mais complexa, que não é apenas elencar os pilares e executá-los, em nome de uma satisfação global, é preciso olhar a região, ou seja, olhar o indivíduo, mesmo que em uma coletividade.

Leff (2006) aponta que o crescimento econômico “avança às custas da perda da fertilidade da terra e da desorganização dos ecossistemas, enfrentado a inelutável degradação antrópica de todo o processo produtivo”. A mesma destaca que a população que participa deste desenvolvimento também é degradada na sua forma de pensar e sobreviver. A sustentabilidade necessita de uma construção, “de uma nova economia que envolve a reconstrução do objeto do conhecimento pela conjugação de diferentes disciplinas, a incorporação dos saberes desconhecidos e subjugados, dos processos ignorados” (LEFF, 2010, p. 29).

É preciso repensar o processo de produção econômico e abrir para uma nova configuração, rompendo com o modelo de globalização econômica atual. Essa outra economia pode ser percebida na produção e comercialização de produtos da mandioca da comunidade quilombola de Bom Jardim e Monteiro, no município de Caem. O trabalho na comunidade não tem hierarquia, a produção e a comercialização é compartilhada, pois, utiliza-se de conhecimentos de seus antepassados e o lucro é dividido, igualmente, por todos os participantes.

O desenvolvimento econômico de uma comunidade “depende é da maneira como ela aproveita os benefícios de seu desempenho econômico para expandir e distribuir oportunidades de acesso a bens como liberdades cívicas,

saúde, educação e emprego decente” (VEIGA, 2010, p. 50). Sendo mais abrangente, Veiga (2005) discute que o “principal vírus que dissemina a inviabilidade econômica da grande maioria dos países em desenvolvimento atende pelo nome da miséria científico-tecnológica”. Tem-se mais uma corrente que entende que o crescimento ainda gera desenvolvimento de forma universal, e que todo modelo científico-tecnológico deve sobrepor os costumes regionais.

O “des-envolver é tirar o envolvimento (a autonomia) que cada cultura e cada povo mantém com seu espaço, com seu território” (PORTO-GONÇALVES, 2006, p. 81), nem todo desenvolvimento serve para todo mundo, “mais do que falar da revolução tecnológica, mas correto seria falarmos de revolução nas relações de poder por meio da tecnologia” (PORTO-GONÇALVES, 2006, p. 89). Através da implantação de duas indústrias para o beneficiamento de produtos da mandioca, os associados da comunidade de Bom Jardim e Monteiro aliaram seus conhecimentos a uma nova tecnologia.

O Desenvolvimento “tem a ver, primeiro e, acima de tudo, com a possibilidade das pessoas viverem o tipo de vida que escolheram, e com a provisão dos instrumentos e das oportunidades para fazerem suas escolhas” (VEIGA, 2005, p. 81), mas, pensa-se bem em que escolha, já que tudo foi idealizado como algo bom pela globalização perversa, pois o “dinheiro se coloca acima da vida, da sociedade, da política” (PORTO GONÇALVES, 2006, p. 137), da natureza e do desenvolvimento sustentável.

São inúmeras as definições do conceito de DS, o que o torna bastante complexo e dinâmico, bem como a “diferença nas definições é decorrente das abordagens diversas que se tem sobre o conceito”. (BELLEN, 2006, p. 25).

A comissão Brundtland publicou no relatório chamado *Nosso Futuro Comum* algumas definições e parâmetros para o conceito. No relatório, é tratada a questão das necessidades atuais, sem comprometer as necessidades futuras, e que essas necessidades humanas sejam atendidas pelo aumento do potencial produtivo. Além do mais, reflete que o processo produtivo do desenvolvimento sustentável não pode pôr em risco os sistemas naturais que sustentam a vida na Terra e que:

na sua essência, o desenvolvimento sustentável é um processo de mudança no qual a exploração dos recursos, o direcionamento dos investimentos, a orientação do desenvolvimento tecnológico e a mudança institucional estão em harmonia e reforçam o atual e futuro potencial para satisfazer as aspirações e necessidades humanas. Relatório Brundtland-Nosso Futuro Comum.

Conceitos e parâmetros do capital tratam os recursos naturais como instrumentos para o alcance do potencial produtivo no compromisso de satisfazer as necessidades do presente. Mesmo com todas as ambiguidades e a necessidade de sempre estar em construção, o conceito de *desenvolvimento sustentável* não surgiu do nada, e não foi apenas de um grupo ou de uma instituição ou organização.

resulta do amadurecimento das consciências e do conhecimento dos problemas sociais e ambientais e das disputas diplomáticas, mas também de várias formulações acadêmicas e técnicas e que surgem durante as três últimas décadas com críticas ao economicismo e defesa ao respeito ao meio ambiente e às culturas (BUARQUE, 2006, p. 58).

Em 2015, na cidade de Nova York, a ONU promoveu o encontro de vários chefes de Estado e representantes de diversos países e criaram uma agenda universal *Transformando Nosso Mundo: Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável*. Foram definidos 17 objetivos de desenvolvimento sustentável.

O último objetivo tem como proposta fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o DS. Este objetivo propõe parcerias multissetoriais que mobilizem e compartilhem conhecimento, tecnologia e recursos financeiros. Enfim, é um chamado para as organizações participarem dessa nova construção de desenvolvimento.

O mundo está em processo de mudança e é necessário rever o modelo de desenvolvimento, realizando etapas e processos primordiais para a construção de um modelo mais justo, ecologicamente equilibrado e economicamente viável, com articulação de diversos setores da cidade que abrange o poder público, organizações, sociedade civil e de forma estratégica as empresas. Shommer (2008) indica que a “atividade empresarial, em decorrência de sua influência nas mudanças econômicas, ambientais e sociais e de sua profunda interação com o meio ambiente e a sociedade, tem um papel importante na sociedade”. É desta ideia que o Banco

do Brasil implementou o Plano de Negócios em Desenvolvimento Regional Sustentável nos municípios onde estão localizadas suas agências físicas.

Responsabilidade social é vista, portanto, como um compromisso da empresa com relação à sociedade, é “uma forma de prestação de contas do seu desempenho, baseada na apropriação e no uso de recursos que originalmente não lhe pertencem” (MELO NETO & FROES, 1999, p. 82).

### 3.2 DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS

O debate atual no século XXI, de como melhorar a qualidade de vida da população nas cidades e no campo, é tema prioritário de discussão de vários setores da sociedade que discutem em câmaras temáticas onde estão reunidos: governos, instituições de conhecimento, sociedade civil organizada e empresas.

As grandes empresas fomentadoras do crescimento econômico possuem em suas estratégias corporativas metodologias e instrumentos que, na teoria, servem para reduzir os impactos provocados pelo processo de sua atividade econômica. É crescente a quantidade de empresas que estão iniciando uma administração focada nos princípios da sustentabilidade, pois, perceberam que isso pode proporcionar maiores retornos e maior visibilidade no mercado. O mercado de capitais está aquecido quando se fala em investimentos com retorno sustentável. Empresas que demonstram em seus balanços anuais recursos aplicados nos indicadores de responsabilidade social e ambiental estão se valorizando e recebendo investimentos internacionais.

O Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social é uma organização renomada no Brasil em termos de disseminar a prática de responsabilidade social/empresarial. Segundo esse Instituto, para que as empresas tenham Sustentabilidade empresarial é necessário “assegurar o sucesso do negócio a longo prazo e ao mesmo tempo contribuir para o desenvolvimento econômico e social da comunidade, um meio ambiental saudável e uma sociedade estável” (ETHOS, 2007, p. 78). Estas são as premissas que devem nortear as indústrias e empresas dos diversos setores da sociedade, inclusive as Instituições Financeiras (IF).

As IF estão obrigadas, por lei, a desenvolver políticas de responsabilidade socioambiental. A Resolução n. 4.327, de 25 de abril de 2014, do Banco Central do Brasil, dispõe sobre as diretrizes que devem ser observadas no estabelecimento e na implantação da Política de Responsabilidade Socioambiental pelas instituições financeiras brasileiras, tendo como partes interessadas, além dos clientes e usuários, pessoas que são impactadas por suas atividades organizacionais através da corresponsabilidade empresarial.

Resolução nº 4.327, de 25 de abril de 2014:

Art. 1º - Esta resolução dispõe sobre as diretrizes que, considerados os princípios de relevância e proporcionalidade, devem ser observados no estabelecimento e na implantação da Política de Responsabilidade Socioambiental (PRSA) pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central.

Art. 2º - A PRSA deve conter princípios e diretrizes que norteiam as ações de natureza socioambiental nos negócios e na relação com as partes interessadas.

§ 1º - Para fins do disposto no caput, são partes interessadas os clientes e usuários dos produtos e serviços oferecidos pela instituição, a comunidade interna, a sua organização e as demais pessoas que, conforme avaliação da instituição, sejam impactadas por suas atividades.

Para que uma instituição financeira seja sustentável é fundamental disseminar “práticas e premissas gerenciais de modo a atender os critérios a serem economicamente viáveis, se mantendo competitivo no mercado, atendendo critérios de Ética e de responsabilidade social e de transparência corporativa” (LEAL, 2009, p. 05). A responsabilidade socioambiental nas corporações “refere-se ao posicionamento adotado pela organização diante do ambiente em que está inserida, avaliando o impacto que a sua presença causa na comunidade” (Cabestré et al. 2008, p. 43). As definições variam de acordo com o contexto histórico e social em que foram formuladas, e em função de interesse dos grupos sociais que ocupam um determinado espaço social.

A Federação Brasileira de Bancos (FEBRABAN) é a principal entidade representativa dos bancos brasileiros e, tendo na sua composição a Comissão de Responsabilidade Social e Sustentabilidade (CRSS). Dentre os seus objetivos, possui como proposta manter o setor bancário na vanguarda das modernas práticas empresariais de responsabilidade socioambiental e instrumentalizar a

integração entre negócios e desenvolvimento sustentável. O BB é integrante da CRSS.

O Banco do Brasil implementou em 2003 a sua PDS, utilizando-se de uma “estratégia de desenvolvimento que seja ambientalmente sustentável, economicamente sustentada e socialmente incluyente” (SACHS, 2008, p. 118), além de estar de acordo com os critérios de sustentabilidade e os pilares do desenvolvimento sustentável (Quadro 9).

**Quadro 9 - Critérios de sustentabilidade**

SOCIAL	Alcance de um patamar razoável de homogeneidade social; distribuição de renda justa; emprego pleno e/ou autônomo com qualidade de vida decente; igualdade de acesso aos recursos e serviços sociais.
CULTURAL	Mudanças no interior da continuidade (equilíbrio entre respeito à tradição e inovação); capacidade de autonomia para elaboração de um projeto nacional integrado e endógeno (em oposição às cópias servis de modelos alienógenos); autoconfiança combinada com abertura para o mundo.
ECOLÓGIA	Preservação do potencial do capital natureza, na sua produção de recursos renováveis; limitar o uso dos recursos não-renováveis.
AMBIENTAL	Respeitar e realçar a capacidade de autodepuração dos ecossistemas naturais.
TERRITORIAL	Configuração urbanas e rurais balanceadas (eliminação das inclinações urbanas nas alocações do investimento público); melhoria no ambiente urbano, superação das disparidades inter-regionais; estratégias de desenvolvimento ambientalmente seguras para áreas frágeis (conservação da biodiversidade pelo ecodesenvolvimento).
ECONÔMICO	Desenvolvimento econômico intersetorial equilibrado; segurança alimentar; capacidade de modernização contínua dos instrumentos de produção; razoável nível de autonomia na pesquisa científica e tecnológica; inserção soberana na economia internacional.
POLÍTICA	Democracia definida em termos de apropriação universal dos direitos humanos; desenvolvimento da capacidade do Estado para implementar o projeto nacional; em parceria com todos os empreendedores; um nível razoável de coesão social.

**Fonte:** Sachs (2002); Elaboração: Tínel (2018).

O primeiro critério de sustentabilidade proposto por Ignacy Sachs (2002) revela uma tentativa de igualdade social, através de distribuição de renda, emprego pleno e acesso aos recursos e serviços sociais. Este critério social nem sempre é alcançado em algumas comunidades. Percebemos “in locu” que, para os moradores da AquiBom conseguirem acesso a serviços sociais básicos, como por exemplo um serviço de saúde, têm que se deslocar cerca de 20 km por estrada de terra para o município de Jacobina.

No critério cultural, apesar da implantação da fábrica de processamento da mandioca, os associados mantêm algumas características marcantes, como a forma manual de descascar a raiz e obter a matéria-prima para o beiju. Os critérios ecológico e ambiental não foram desenvolvidos na comunidade, de forma satisfatória, ainda utilizam madeira para aquecer o forno e assar o beiju. No territorial, percebemos, ainda, a necessidade de investimento público para a conservação da biodiversidade local.

Através da construção das 02 fábricas de processamento da mandioca, os componentes da AquiBom modernizaram a produção do beiju e passaram a ter uma melhor renda através da venda direta aos clientes em feiras livres. Neste caso, o critério econômico fica evidente em relação aos demais.

O critério político foi importante para a reorganização da Associação após a construção das fábricas, havendo adequação da documentação da associação, a inserção de novos participantes e a proclamação de remanescentes de quilombo, aferido pela Fundação Cultural Palmares em 2011.

Existem cinco pilares do desenvolvimento sustentável descritos por Sachs (2002) (Quadro 10). Para o autor, não haverá desenvolvimento sustentável sem o alcance desses cinco pilares.

**Quadro 10 - Cinco pilares do Desenvolvimento Sustentável**

SOCIAL	Fundamental por motivos tanto intrínsecos quanto instrumentais, por causa da perspectiva de disrupção social que paira de forma ameaçadora sobre muitos lugares problemáticos do nosso planeta.
AMBIENTAL	Com suas dimensões (os sistemas de sustentação da vida como provedores de recursos e como “recipientes” para a disposição de resíduos)
TERRITORIAL	Relacionado a distribuição espacial dos recursos, das populações e das atividades.
ECONOMICO	Sendo a viabilidade econômica a <i>conditio sine qua non</i> para que as coisas aconteçam.
POLÍTICO	Governança democrática é um valor fundador e um instrumento necessário para fazer as coisas acontecerem.

**Fonte:** Sachs (2002); Elaboração: Tínel (2018).

Neste capítulo, ficou evidente que o desenvolvimento sustentável ainda é bastante debatido por algumas correntes filosóficas. Abordaram-se, aqui, discussões, cujos autores, como Ignacy Sachs e José Eli da Veiga, defendem o conceito de desenvolvimento sustentável como algo possível através

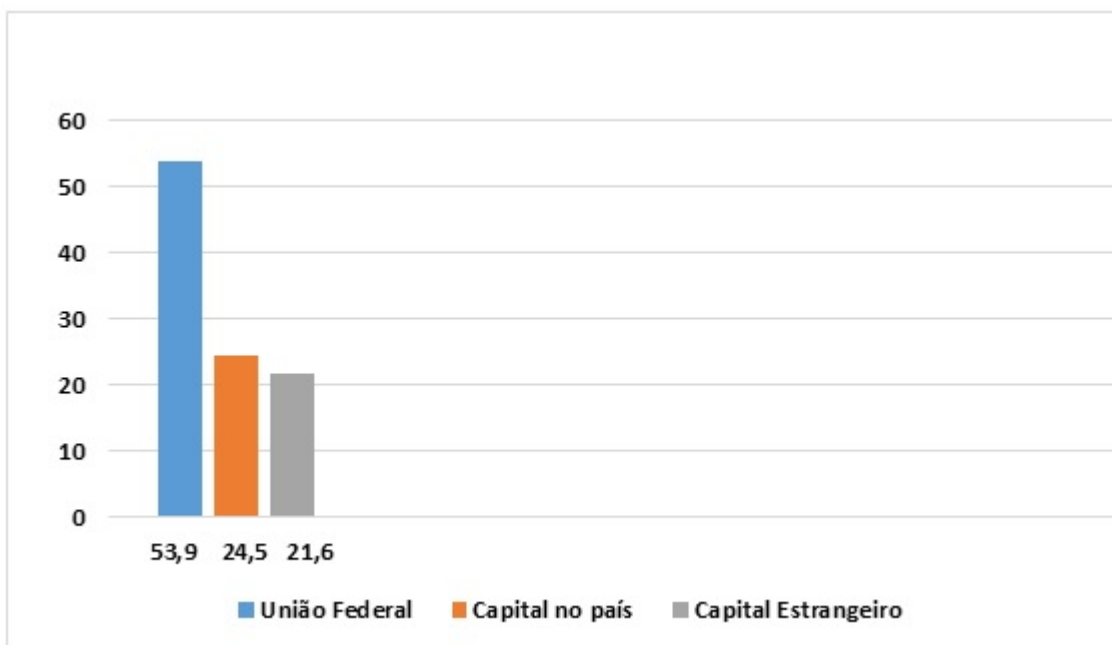
de critérios de sustentabilidade. E isso é referendado por várias organizações, como por exemplo, a ONU. Por outro lado, foi apresentado por Enrique Leff e por Carlos Walter Porto Gonçalves que a ideia de desenvolvimento sustentável é mais uma forma do capitalismo dominar os recursos naturais e satisfazer necessidades econômicas.

“A leitura e implementação do DS no mundo ultrapassam ações de ordem técnica, econômica e socioambiental. Requerem, acima de tudo vontade política, instrumentos normativos e iniciativas de governo” (FURTADO, 2005, p. 20), em âmbito nacional e regional e pode ser “aplicado a diferentes cortes territoriais e aglomerados humanos de pequena escala, desde a comunidade até o município ou mesmo microrregiões homogêneas de porte reduzido” (BUARQUE, 2006, p. 32). Foi o caso da estratégia de DRS implantada pelo BB no Território de Identidade do Piemonte da Diamantina.

#### 4 EXPERIÊNCIA DO BANCO DO BRASIL NO DESENVOLVIMENTO REGIONAL SUSTENTÁVEL

O Banco do Brasil é uma instituição financeira brasileira, de economia mista, com participação da União na sua composição acionária (Figura 18). É gestor de grande parte dos recursos federais repassados aos estados e municípios e, também, é um agente das políticas públicas da União para o desenvolvimento do país. É importante o conhecimento sobre sua composição acionária para que seja possível compreender a função da empresa de ser um instrumento de desenvolvimento, através de uma política governamental.

**Figura 17 - Composição acionária do Banco do Brasil**





**Fonte:** Banco do Brasil (2017).

O gráfico acima mostra que a União Federal detém a maior composição acionária do BB: 53,9%. Destes 53,9% da União Federal, 52,2% é do Tesouro Nacional e 1,7% é do Fundo Soberano; o Fundo Soberano do Brasil (FSB) é um fundo público vinculado ao Ministério da Fazenda, que tem em sua missão gerir poupança pública de longo prazo, que possibilite mitigar efeitos dos ciclos econômicos no Brasil. Os 46,1% restantes são de capital aberto de livre comércio negociadas no mercado de ações. Dos 46,1%, 24,5% são acionistas brasileiros e 21,6% são acionistas estrangeiros.

O BB foi fundado em 12 de outubro de 1808. Foi a primeira instituição financeira no país e a sua história se relaciona com a história brasileira.

#### 4.1 PROCESSO HISTÓRICO-EVOLUTIVO DO BANCO DO BRASIL FRENTE A ECONOMIA BRASILEIRA

1808-1828 – Necessidades da coroa portuguesa – primeiras providências para a criação do Banco do Brasil.

A Europa vive mudanças aceleradas. Napoleão varre o continente com seus exércitos, derrubando monarquias e instalando repúblicas. Os ventos da mudança chegam a Portugal, forçando a família real a atravessar o oceano e buscar refúgio no Brasil. O príncipe-regente Dom João, depois de Dom João VI, chega ao Brasil em maio de 1808. Em 12 de outubro, ele determina a criação do primeiro banco no país, o Banco do Brasil.

Em 1817, o Banco do Brasil realiza a primeira oferta pública de ações no mercado de capitais brasileiro. Em 1819, a primeira Bolsa brasileira, na cidade do Rio de Janeiro, é construída com financiamento do Banco do Brasil. Com a volta de D. João a Portugal e o saque dos recursos depositados no banco, em 1833, chegou ao fim a primeira fase do Banco do Brasil.

1829-1848 – Novas necessidades de uma economia nacional – surgimento de um outro Banco.

O Brasil dá seus primeiros passos como nação independente, tendo de lutar contra vários problemas econômicos. A forte queda dos preços internacionais do açúcar devido à concorrência dos países do caribe afeta a economia. Politicamente, o novo império tem de garantir a unidade nacional, ameaçada

por movimentos separatistas regionais. Nesse período grande agitação e fortes desafios, o comerciante Inácio Raton funda o Banco Comercial do Rio de Janeiro, em 1838.

1949-1868 – O Banco do Brasil e um banqueiro brasileiro.

No segundo Império, o Brasil começa a desfrutar da prosperidade do café. Irineu Evangelista de Souza, um empresário gaúcho, lança as fundações de várias indústrias nacionais e recebeu o título de Barão de Mauá. Entre as suas iniciativas está a criação de uma nova instituição financeira, denominada Banco do Brasil, em 1851. Dois anos depois, na primeira fusão bancária da história brasileira, o Banco do Brasil, de Mauá, funde-se com o Banco Comercial do Rio de Janeiro.

Esse período seria rico e próspero para o Banco do Brasil. Em 1854, já mostrando preocupação em recrutar e formar melhores quadros, o banco cria o primeiro concurso público para recrutar escriturários. Em 1863, o Banco do Brasil torna-se o único emissor de moeda do território nacional. E em setembro do ano seguinte o banco enfrenta sua primeira crise: a quebra da casa bancária A. J. Alves Souto, maior instituição financeira privada do Brasil. A quebra da Alves Souto é tão séria que chega a afetar o mercado de Londres. Mas é superada pelo Banco do Brasil.

1869-1888 – Bancos no Brasil – provável início de um sistema bancário.

Em 1866, o Banco do Brasil deixa de emitir moeda, atribuição fica a cargo da Casa da Moeda, e se torna o principal captador de depósitos e fornecedor de empréstimos do Brasil. O Banco começa a descontar títulos e a fornecer empréstimos garantidos por hipotecas. As mudanças na economia brasileira não passam despercebidas. Ao lado da forte expansão da economia cafeeira, o Brasil começa a dar seus tímidos passos a caminho da industrialização.

A abolição da escravatura provoca mudanças profundas na economia. Os escravos seriam substituídos por trabalhadores assalariados, aumentando muito a circulação de dinheiro e a necessidade da moeda. Com a abolição, o Banco do Brasil começa a financiar a substituição da mão de obra escrava pelos imigrantes europeus e a produção agropecuária.

1889-1908 – Uma nova perspectiva e expectativa sobre Banco no Brasil.

A abolição seria o início de um movimento que culminaria com a Proclamação da República. O novo governo democrático cria várias instituições, uma delas é o Banco da República dos Estados Unidos do Brasil. Quatro anos após a

Proclamação, em 1893, ele é fundido com o Banco do Brasil, criando o Banco da República do Brasil.

Em 1905, a República desaparece. Não do governo, mas do nome do Banco, que voltaria a ser apenas Banco do Brasil. A União Federal assume o controle acionário e administrativo da instituição, que mantém até hoje. No ano seguinte, em 1906, o Banco do Brasil dá mais um passo decisivo em sua história e lança ações na Bolsa de Valores. Mais de um século depois, as ações do Banco ainda estão entre as mais negociadas do pregão.

1909-1928 – O Banco do Brasil e sua responsabilidade pela criação de um capital financeiro no Brasil.

Os primeiros anos do Século XX são uma época de desafios para o Brasil. Ao lado de um rápido crescimento da população pela imigração e da expansão da indústria, especialmente durante e depois da Primeira Guerra Mundial, entre 1914 a 1918, a economia tem de lidar com as deficiências da infraestrutura, a baixa arrecadação do governo, a ausência de capital para investir e as flutuações nos preços internacionais do café.

O Banco do Brasil tem uma participação ativa nesse período, captando as poupanças dos público e financiando o desenvolvimento econômico. Em 1926, o prédio da Bolsa do Rio, financiado pelo banco, torna-se sua nova sede. Hoje, o prédio é o Centro Cultural do Banco do Brasil.

1929-1948 – O Banco do Brasil e os primeiros passos de uma internacionalização econômica.

A crise de 1929 provoca fortes mudanças políticas em todo o mundo. Na Europa, a ascensão dos regimes ditatoriais e, no Brasil, o Governo de Getúlio Vargas. Em 1937, o Banco do Brasil começa a captar recursos provenientes de previdência privada. A Carteira de crédito agrícola e Industrial vende bônus e letras hipotecárias no mercado de capitais e junto ao Instituto de Aposentadorias e Pensões. Em 1941, pouco antes da entrada do Brasil na Guerra, o banco inicia sua expansão internacional e inaugura a primeira agência no exterior, em Assunção, no Paraguai.

A segunda Guerra Mundial, que contou com a participação dos pracinhas na Itália, abriria novas oportunidades para a economia brasileira. O Banco do Brasil vai a guerra e acompanha as tropas brasileiras, abrindo escritórios em Roma, Nápoles e Piemonte em 1944. No ano seguinte, o fim da guerra e a

redemocratização brasileira trazem mudanças bancárias. É criada a Sumoc – Superintendência de Moeda e de Crédito, visando exercer controle da moeda e preparar a organização de um banco central.

1949-1968 – O Banco do Brasil impulsiona a criação do Banco Central do Brasil.

Os anos de 50 e 60 foram de muita agitação. O Brasil cresce velozmente, com a implantação da indústria automobilística e a interiorização da economia. O governo Juscelino Kubitschek inaugura a nova capital, Brasília no dia 21 de abril de 1960. Nesta data, a sede do Banco do Brasil é transferida para o Planalto Central.

A revolução de 1964 muda profundamente a economia. A Lei da Reforma Bancária extingue a Sumoc e cria o Banco Central do Brasil e o Conselho Monetário Nacional. O Banco do Brasil deixa de ser responsável pelo controle da moeda, atribuição transferida ao Banco Central. Em 1967, o Banco do Brasil passa a dedicar energias ao mercado internacional.

1969-1988 – O Banco do Brasil e as primeiras iniciativas para a expansão de uma economia brasileira integral.

Anos de crescimento econômico forte e movimentação política, a década de 70 é um período de grande evolução do Banco do Brasil. Em 1969 o banco cria o Cheque Ouro, o mais antigo cheque especial do mercado, um enorme sucesso de público. Também é um período de expansão geográfica do Banco. Em 1976, o BB inaugurou sua milésima agência na cidade de Barra dos Bugres, em Mato Grosso.

Os anos 1980 trazem crise econômica e abertura política. Em 1985, o Banco cria a Fundação Banco do Brasil. No ano seguinte, o BB torna-se uma instituição financeira completa. Passando a atuar em todos os segmentos do mercado financeiro. Os lançamentos se aceleram. Em 1987, o BB diversifica o varejo e lança o Ourocard, primeiro cartão de múltiplo uso do mercado brasileiro.

1989 1999 – O Banco do Brasil reforça e conduz a base monetária no país.

Os anos 1990 são um período de grandes desafios. Além da democratização, com a realização das eleições diretas, o Brasil começa a domar a persistente inflação que desorganizava a economia. A participação do banco nesse processo foi importantíssima. Em 1994, com a introdução da moeda Real, o BB realizou a maior troca física de moeda já realizada no mundo, substituindo todo o meio circulante no Brasil.

As mudanças também chegam à estrutura do Banco, que reestrutura sua administração para se adaptar à queda da inflação. Em 1995, o BB lança o PDV – Programa de Desligamento Voluntário – e investe pesado na modernização. Em 1996, torna-se o primeiro banco a obter o certificado ISO 9002 em análise de crédito e inaugura seu Centro Tecnológico, um dos mais modernos e equipados do mundo.

2000-2010 – O Banco do Brasil, as inovações tecnológicas e sua inserção financeira na economia global.

O Banco do Brasil chega ao terceiro milênio com os desafios da tecnologia e da globalização de mercado. No ano 2000, o BB lança o portal [bb.com.br](http://bb.com.br), torna-se líder em quantidade de usuários de internet banking e é o primeiro banco a lançar o autoatendimento personalizado.

O Banco também se firma como um participante importante do mercado de ações. Em 2002, converte suas ações preferenciais em ordinárias. Em 2006, as ações do BB completam 100 anos de listagem da bolsa de valores e o Banco adere ao Novo Mercado de Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa), assumindo o compromisso de alcançar 25% de ações de livre circulação em mercado. Para tanto, após oferta pública em 2006, o Banco realiza mais duas distribuições públicas de ações: uma em 2007 e outra em 2010, quando ocorreu a maior oferta de ações da história do Banco.

2011 a 2017 - A reestruturação do Banco do Brasil e o surgimento de suas agências digitais.

Em 2011, o BB venceu a licitação da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos referente à parceria com o Banco Postal. Em 2013, o Banco anuncia o lucro líquido recorde na história do país de 15,8 bilhões no ano captado pela abertura de capital do BB seguridade. Em 2016, o Banco realiza uma reestruturação em seu quadro funcional através de um novo Plano de Demissão Voluntária (PDV) e faz o tratamento de fechar mais de 400 unidades físicas em todo o Brasil; além da transformação de outras agências em Postos de Atendimento. Partes dos clientes da instituição serão atendidos por escritórios especializadas que utilizam plataformas digitais.

O histórico evolutivo do Banco do Brasil frente a economia brasileira, demonstra que o Banco teve grande importância para a economia do Brasil. Desde

a chegada da coroa portuguesa, passando pelas crises econômicas até os dias atuais, o BB teve participação.

#### 4.2 A RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL NO BANCO DO BRASIL

Para o Banco, a sua atuação não é apenas como agente financeiro no Brasil, mas também, no apoio a iniciativas e programas ambientais e sociais que contribuem para transformar a sociedade através da sua política de responsabilidade socioambiental. “A responsabilidade socioambiental do BB é uma política empresarial que propõe incorporar os princípios do desenvolvimento sustentável no planejamento de suas atividades, negócios e práticas administrativas” (BANCO DO BRASIL, p. 4, 2017). Os temas *desenvolvimento sustentável* e *sustentabilidade* estão presentes nas premissas que norteiam a atuação do Banco nos negócios junto a sociedade.

Uma das primeiras iniciativas das Instituições Financeiras Públicas com a preocupação da sustentabilidade foi a assinatura do protocolo Verde, em 1995. Carta de Princípios que estabelece que os bancos oficiais do Brasil (Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, Banco do Nordeste, Banco da Amazônia e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social), signatários do protocolo de intenções, devem se comprometer em empreender políticas e práticas que estejam sempre em harmonia e com o objetivo de promover desenvolvimento com sustentabilidade.

A partir de 2003, os temas ligados ao desenvolvimento sustentável passaram a ser pauta nas decisões Políticas e Estratégicas do Banco do Brasil. Naquele ano, foi criada uma Unidade de Relações com os funcionários e Responsabilidade Sócio Ambiental (RSA), com representantes de todas as áreas da Empresa, a fim de que as discussões sobre o tema pudessem ser debatidas e disseminadas por toda a organização. Por ser uma instituição bancária em que a União detém mais de 54,4% do seu capital, o Banco do Brasil se torna uma ferramenta indispensável para as estratégias da Gestão do Governo Brasileiro. “É possível verificar que as ações de ordem técnica são também políticas, uma vez que atingem o entorno das empresas. Ações normativas e objetos técnicos impõem-se na regulação da economia e do território” (CAMARGO, p. 69, 2009).

Vale ressaltar aqui que, em 2003, deu-se o início um novo Governo no Brasil; com algumas iniciativas de promover o crescimento da economia, aliando às questões sociais e ambientais. Para isto, o Banco do Brasil foi utilizado como uma das instituições que contribuíram para a estratégia do desenvolvimento sustentável traçada pelo Governo da época. O produto do Banco é o dinheiro que Milton Santos trata como “sendo a medida do valor; um dinheiro que influencia o território que é, desse modo, atribuído ao trabalho e aos seus resultados” (SANTOS, p. 08, 2011). Resultados estes, esperados pelo Governo quando pensou na P DRS no território brasileiro onde suas agências estão inseridas.

Em sua página virtual, na aba sustentabilidade, o Banco do Brasil apresenta a sua Política e algumas diretrizes para a prática em gestão de negócios sustentáveis. Relacionamos aqui algumas práticas:

- Agenda 21 do BB – é o instrumento por meio do qual o Banco aprimora seus negócios e processos, alinhando-se às melhores práticas mundiais e contribuindo para que a responsabilidade socioambiental permeie toda a Organização, buscando a geração de resultados sustentáveis. São compromissos públicos assumidos pelo Banco de referenciais oriundos de organismos fomentadores do movimento de responsabilidade socioambiental corporativa.

- Programa Água Brasil – o Banco do Brasil, a Fundação Banco do Brasil, o WWF-Brasil e a Agência Nacional das Águas uniram-se por um objetivo comum: o uso sustentável da água. Formado por instituições públicas e privadas, produtores rurais, empresas, ONGs, comunidades e a sociedade civil com vistas a compartilhar experiências que demonstram que é possível produzir e consumir de forma responsável, sem prejudicar o meio ambiente.

- Atuação em desenvolvimento sustentável – A Empresa se compromete não apenas como agente financeiro, mas também como agente transformador da sociedade, estimulando a perenidade de ações sustentáveis, o uso consciente do crédito, o incentivo ao empreendedorismo e a geração de emprego e renda.

Dentro da atuação em desenvolvimento sustentável, o BB lançou a estratégia em DRS. Estratégia comercial que busca promover o desenvolvimento de comunidades onde estão localizadas as agências do Banco a partir do apoio às atividades produtivas, economicamente, viáveis, socialmente justas e, ambientalmente, corretas, sempre respeitando a diversidade cultural.

### 4.3 A ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL SUSTENTÁVEL

Os desafios colocados por problemas históricos, como a crescente escassez de água, a desertificação, o desmatamento, riscos a biodiversidade, a ausência de infraestrutura básica em várias regiões do país, o aumento de problemas de saúde, o envelhecimento da população, as novas redes, o avanço da tecnologia a complexidade das novas formas de comércio – todas estas formas de pressão externas demandam soluções criativas e podem abrir as portas para uma infinidade de novos negócios baseados no modelo de desenvolvimento sustentável. “O discurso do desenvolvimento sustentável assevera que a destruição ecológica não foi decorrente das falhas e imperfeições do mercado, e sim da ineficiência e corrupção do Estado (LEFF, p. 27, 2010)

Parte da sociedade deixa todas estas questões na mão do Estado. O governo busca nas políticas públicas minimizar algumas destas pressões externas. No caso do DS, uma das instituições financeiras utilizadas pelo Governo foi o Banco do Brasil, com a Estratégia de DRS. O Desenvolvimento Sustentável “obedece ao duplo imperativo ético de solidariedade com as gerações presentes e futuras, e exige a explicitação de critérios de sustentabilidade social e ambiental e de viabilidade econômica” (SACHS, p. 36, 2008).

O DRS do Banco do Brasil é uma estratégia negocial, que busca promover o desenvolvimento de comunidades, a partir de apoio a atividades produtivas, economicamente, viáveis, socialmente justas e, ambientalmente, corretas, sempre observada e respeitada a diversidade cultural (Figura 20). Propondo promover a inclusão social, por meio da geração de trabalho e renda; democratizar o acesso ao crédito; impulsionar o associativismo e o cooperativismo; contribuir com a melhora dos indicadores de qualidade de vida; solidificar os negócios com micro e pequenos empreendedores rurais e urbanos, formal ou informal. Em uma cartilha disponível no site do BB, são apresentadas todas as etapas da estratégia.

O Banco atua em DRS, reunindo diversos atores (poder público, ONGs, parcerias privadas, Universidades, entidades religiosas, sindicatos, beneficiários) em torno de uma única agenda, que busca impulsionar, fortalecer



e desenvolver a atividade produtiva, estimulando o protagonismo local dentro de princípios de sustentabilidade.

Esses princípios são características e indicações que são levados em conta nas visões que servem de parâmetro na construção da estratégia (Quadro 11).

**Quadro 11 - Visão da estratégia em DRS do Banco do Brasil**

Visão participativa	Pressupõe o envolvimento e a participação dos parceiros internos e externos e dos agentes das atividades produtivas, congregando em torno de um objetivo comum os principais interessados na análise da realidade, na definição de rumos, no planejamento, na construção de soluções e na gestão de todo o processo.
Visão Negocial	Estabelecimento de metas de forma a gerar força positiva nos envolvidos, constituindo-se em desafios que estimulem o empreendedorismo e o protagonismo local: a) A convergência dos objetivos traçados com as expectativas dos parceiros intervenientes; b) A contribuição estratégica para que cada um alcance os objetivos inerentes ao seu negócio, seja na forma de ganho financeiro direto ou indireto, ganho de imagem pelo cumprimento de seu papel ou outro valor perceptível.
Visão Territorial	Definir o recorte territorial para a Implementação da Estratégia DRS. Esta visão tem o intuito de facilitar a governança do território, com fortalecimento do capital humano e social; visa ao desenvolvimento produtivo com ganho de escala e potencializar a defesa de interesses coletivos, aumentando as oportunidades. Cabe aos gestores e parceiros conhecerem a fundo o território, identificando as atividades produtivas ali desenvolvidas, as vocações e potencialidades, bem como verificar a existência de programas de governo voltados para o desenvolvimento que possam contribuir para as ações em DRS.
Visão Ecológica	A adoção de formas de produção que conservem ou preservem a natureza e contribui para a sustentabilidade das atividades, além de constituir poderosa ferramenta de marketing que pode passar a gerar mais renda. Estimular ações para o desenvolvimento e implementação de tecnologias limpas, a inclusão de técnicas para utilização racional de recursos naturais, o aproveitamento de resíduos, o florestamento e o reflorestamento, a reciclagem e a recuperação de áreas degradadas.

**Fonte:** Tínel (2018).

Quando se fala em parcerias, colocam-se aqui os funcionários da organização e os parceiros externos, chamados de *stakeholders*. A estratégia utilizada é a concertação para unir os diversos parceiros.

Para enfrentar a tarefa do desenvolvimento sustentável, é preciso unir forças. Esta estratégia tem na parceria a chave do sucesso; cada um dos envolvidos no processo fazendo a sua parte em prol de um objetivo comum. No processo produtivo, cada um exerce uma tarefa importante para o resultado final. Além das pessoas e entidades envolvidas diretamente, como os produtores, é

preciso reunir no campo prático outros setores da sociedade que possuem afinidade com uma atividade produtiva: governos, prefeituras, universidades, escolas técnicas, sindicatos, empresas de assistência técnica, associações, organizações não governamentais, empresas entre outras. E este emaranhado de parceiros necessitam passar por uma concertação. A concertação é a orquestração de esforços, é a mobilização, é a união das pessoas e as instituições com o objetivo de desenvolver atividades de forma sustentável e observando as etapas de todo o processo.

A *concertação* como conceito e como prática é a forma motriz da estratégia DRS. Estimula os atores sociais a conduzirem o processo de desenvolvimento regional sob a ótica da sustentabilidade, pois, uma vez organizados e comprometidos com um objetivo comum, tornam-se responsáveis por implementar e monitorar as ações planejadas e pela avaliação de todo o processo.

Outro conceito trabalhado no DRS é a *cadeia de valor*, que significa cuidar de todas as etapas do processo produtivo, desde o fornecimento de insumos, passando pela produção, pelo beneficiamento/industrialização, transporte, armazenagem, até chegar ao consumidor final do produto.

A atuação em cadeia de valor se caracteriza pelas relações de entrega e recebimento que agregam valor a produtos e serviços. Abrange as cadeias produtivas (da matéria-prima até o produto ou serviço pronto e tratamento dos resíduos) e distribuição (do produto ou serviço até o consumidor final) bem como todos os elementos de influência direta e indireta, como instituições públicas, financeiras, centros tecnológicos, agências de fomento, agências reguladoras, institutos de pesquisa, entre outros.

#### 4.4 METODOLOGIA DO DRS

Para o Banco do Brasil, um dos principais fatores que compõe a estratégia DRS é o princípio participativo e construtivista de sua Metodologia, em que todos os parceiros internos e externos participam do planejamento, coordenação e acompanhamento do processo de DRS (Quadro 12).

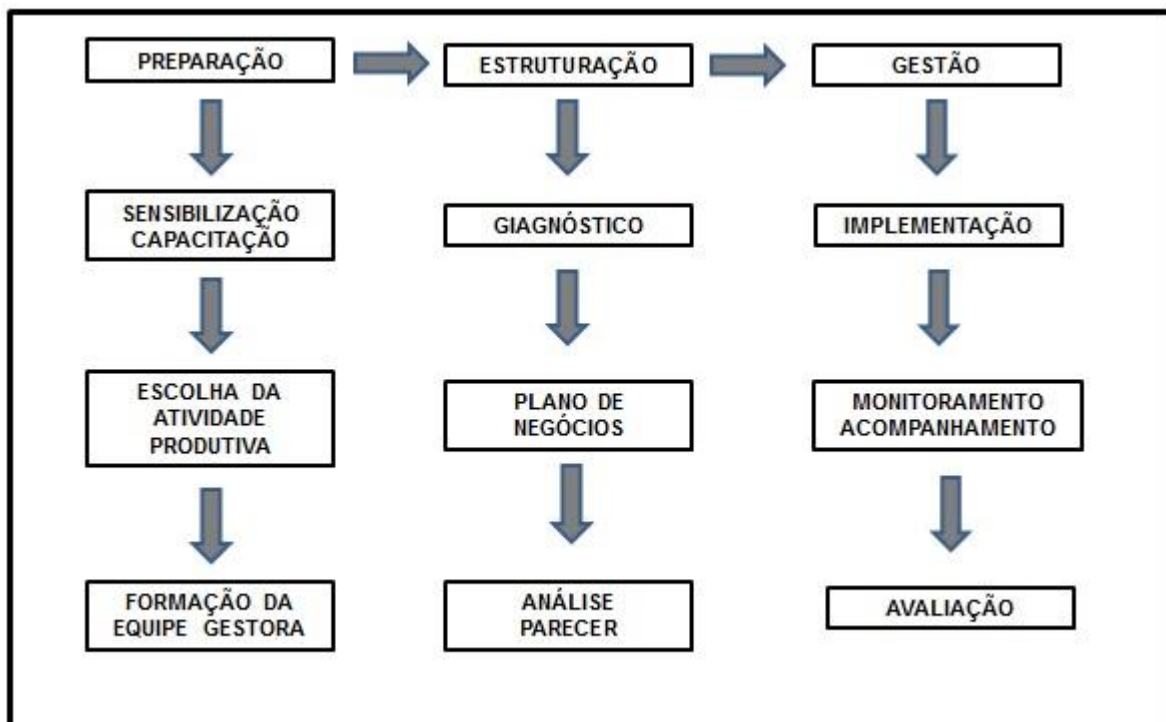
#### **Quadro 12 - Módulos da metodologia em DRS**

Módulo Preparação	Etapas de Sensibilização e Capacitação, escolha da atividade produtiva e formação da Equipe Gestora.
Módulo Estruturação	Etapas da Formulação do Diagnóstico, Estruturação do Plano de Negócios, Análises e pareceres.
Módulo Gestão	Etapas de Implementação, Monitoramento e Acompanhamento, Avaliação do Plano de Negócio do DRS.

**Fonte:** Banco do Brasil (2017); Elaboração: Tínel (2017).

Na metodologia do DRS do Banco do Brasil, inicialmente, estão os módulos divididos entre a preparação, estruturação e gestão (Figura 19). No módulo preparação, estão as etapas para a formação da rede de parcerias e a escolha da atividade produtiva que irá receber o Plano de Negócios. O módulo estruturação se divide entre o diagnóstico que vai elencar os pontos fortes e fracos da atividade produtiva e a estruturação do Plano de Negócios. É nesta fase que o plano é montado com a contribuição da rede de parcerias. No módulo gestão, o plano é implementado e se faz o acompanhamento e avaliação para verificar a situação do plano, bem como se os resultados estão sendo satisfatórios.

**Figura 18** - Fluxograma demonstrando a metodologia do DRS



**Fonte:** BB, 2018.

O módulo *preparação* possui 3 etapas: sensibilização e capacitação, escolha da atividade produtiva e formação da equipe gestora (Figura 19).

A etapa de sensibilização e capacitação consiste no início da concertação, de se fazer contato com todos que possam enriquecer o processo de pensar o território, entender sua dinâmica, identificar as vocações locais e as atividades produtivas ali desenvolvidas, bem como suas potencialidades e carências e, assim, discutir caminhos que possam ser seguidos. É essencial realizar discussões sobre os elementos do desenvolvimento sustentável, possibilitando o alinhamento conceitual a respeito do que se está tratando, discutindo os princípios basilares do DRS que irão nortear todo o trabalho a ser realizado (BANCO DO BRASIL, 2017).

A concertação, descrita na etapa de sensibilização e capacitação, é o momento de convidar parceiros de diversos segmentos com o intuito de pensar o território. É através da rede de parceria que serão discutidas possibilidades de geração de trabalho e renda de forma a alcançar um desenvolvimento sustentável na região.

A escolha da atividade produtiva deve levar em consideração as potencialidades existentes na região, para que o grupo possa identificar, entre as cadeias produtivas existentes, as atividades que mais carecem de apoio e apresentem as condições favoráveis à implementação da estratégia. A escolha da atividade deve privilegiar a vocação da região e os saberes locais para que o desenvolvimento seja construído a partir da realidade do território. Na escolha da atividade produtiva, deve-se considerar: a viabilidade econômica, as condições para aumento da produção ou produtividade, a existência de mercado para acolher mais produtos ou novos produtos, a capacidade dos agentes em utilizar novas tecnologias e agregar valor aos produtos e, por fim, avaliar o potencial da atividade para gerar trabalho e renda (BANCO DO BRASIL, 2017).

Esta escolha está centrada em atividades com características regionais nos municípios onde as agências do Banco estão localizadas. Algumas características do negócio devem ser observadas: viabilidade econômica, aumento da produtividade, entender o mercado, utilização de novas tecnologias para agregar valor aos produtos e a potencialidade da atividade alcançar um número maior de famílias na região.

A etapa de formação da equipe gestora do DRS seleciona representantes dos beneficiários e dos parceiros estratégicos. Não há uma regra rígida quanto à quantidade ou diversidade de integrantes, mas espera-se que seja representativa e capaz de desempenhar suas atribuições. A principal função da equipe DRS é coordenar os trabalhos, sendo responsável pela gestão do Plano de Negócios, divisão de tarefas e planejamento em todas as fases do processo, bem como atuação integrada com os demais intervenientes (BANCO DO BRASIL 2017).

A formação da equipe gestora é importante para a coordenação da estratégia em DRS. A gestão do plano de negócio é uma etapa que necessita da participação de todos os integrantes da equipe para dar legitimidade às tomadas de decisões: representante do banco, instituições públicas municipais, estaduais e federais, universidades, representantes de associações, técnicos agrícolas, sindicatos são exemplos de participantes de uma equipe gestora.

No módulo de estruturação, a etapa um consiste no diagnóstico, o qual é a consolidação de informações econômicas, sociais, ambientais e culturais com o objetivo de identificar, quantificar e qualificar as potencialidades, dificuldades, vantagens competitivas, ameaças e oportunidades relativas às atividades produtivas escolhidas no território (BANCO DO BRASIL, 2017).

No diagnóstico, é feito o levantamento das condições econômicas, sociais, ambientais e culturais da atividade produtiva escolhida. Estas informações servem para subsidiar as tomadas de decisões referentes ao Plano de Negócio.

A etapa dois do módulo de estruturação refere-se ao Plano de Negócios em DRS, o qual representa, de forma concreta, organizada e sistematizada, o plano de desenvolvimento da atividade produtiva escolhida, considerando as potencialidades, carências e oportunidades identificadas no diagnóstico e abrangendo toda. O Plano é constituído de informações sobre cenário, objetivos, orçamentos, projeções, beneficiários, ações e oportunidades de negócios. Deve conter ações (de curto, médio e longo prazo) necessárias para promover o desenvolvimento regional sustentável, de forma a atender aos aspectos identificados no diagnóstico.

A segunda etapa do módulo estruturação tem como objetivo confeccionar o Plano de Negócios. No plano, serão descritos o cenário, os objetivos, orçamentos, projeções, os beneficiários da estratégia e, as ações que cada um dos

parceiros vai executar. O plano absorve informações através do diagnóstico e deve conter ações de curto, médio e longo prazo.

De acordo com o Banco do Brasil (2017), na etapa três, as análises são efetuadas antes da implementação do Plano de Negócios e possuem 5 fases.

A primeira fase é a Análise Técnica, a qual é realizada apenas quando a atividade escolhida é vinculada ao agronegócio. O corpo técnico do Banco do Brasil que atua nas áreas de agronomia, veterinária e zootecnia dá apoio à Equipe Gestora DRS na formulação do Plano de Negócios. Essa análise emite dados sobre a viabilidade técnica do Plano proposto, em que se observam os aspectos de compatibilidade de tecnologias, custos de produção e orçamentos, adequação de infraestrutura, condições de mercado, assistência técnica e impactos.

A segunda fase é o Parecer da Agência BB que, a partir da análise técnica, o gerente se manifesta sobre a pertinência e consistência das informações, o comprometimento dos parceiros com as ações propostas, a capacidade de execução das ações, as perspectivas de negócios e a aderência aos objetivos do DRS.

A terceira fase é a Análise de Aderência, que consiste numa avaliação preliminar para verificar a observância das normas vigentes e garantir sua aderência aos conceitos, premissas e objetivos da Estratégia Negocial DRS. Essa análise é realizada pelo BB e visa assegurar a qualidade do processo e sugerir recomendações para seu aprimoramento, quando necessário.

A quarta fase é a Análise de Risco, a qual tem o objetivo de identificar o risco da atividade a partir do que foi retratado no Diagnóstico e no Plano de Negócios DRS. Compreende a análise dos aspectos formais, sociais, ambientais, econômicos, financeiros e específicos, além da análise das ações de viabilização propostas.

A quinta e última fase é o Parecer da Super que, com base nos pareceres resultantes das diversas análises, a Superintendência do Banco do Brasil dá seu direcionamento sobre a implementação do Plano de Negócios DRS proposto.

Para implementar o Plano de Negócio de uma atividade produtiva é necessário passar pela etapa 3 do módulo estruturação. Esta etapa é composta por análise técnica, parecer da agência do Banco do Brasil, análise de aderência, análise de risco e parecer da Super. É uma parte onde o Banco do Brasil utiliza

de seu corpo funcional técnico para apoiar e validar as ações propostas pela equipe gestora no plano de negócios. É uma etapa restrita ao Banco, que passa por técnicos agrícolas, gestor do DRS na agência. Na maioria das vezes, é o gerente geral da agência que finaliza o parecer da Superintendência, aprovando, definindo ajustes ou reprovando a implementação do plano de negócio em DRS, naquele município.

No Módulo de Gestão, a etapa um caracteriza a implementação onde se inicia a materialização do planejamento, devendo o Plano de Negócios ser compartilhado com todos os interessados. Nesta fase, a equipe gestora deve organizar a realização dos trabalhos; escolher o coordenador; pactuar cronograma de reuniões; priorizar as ações consideradas estruturantes ou críticas para a atividade; considerar a necessidade de acionar novos parceiros; acompanhar a implementação das ações, compartilhando resultados com os interessados; e motivar para que sejam mantidos o espírito de equipe, o comprometimento e a disposição para o trabalho, indispensáveis para garantir a realização das ações e o cumprimento das metas estabelecidas para o desenvolvimento das atividades produtivas (BANCO DO BRASIL, 2017). Nesta etapa, o plano é compartilhado com todos os interessados e é escolhido o coordenador do Plano de Negócios. É nesta etapa que todos os responsáveis colocam as ações elencadas no Plano de Negócios em prática.

As etapas dois e três do módulo de gestão consistem no monitoramento, acompanhamento e avaliação. Esse sistema é uma ferramenta de planejamento e de organização de informações para a tomada de decisão, que indica se os objetivos de um plano, programa ou projeto estão sendo alcançados. A informação monitorada fornece a base para tomada de decisões referentes à gestão. A efetividade do monitoramento dependerá da precisão com que os objetivos e metas foram definidos, da possibilidade de quantificar os objetivos com exatidão e da consistência entre objetivos e meios disponíveis. Assim, o monitoramento, acompanhamento e avaliação podem revelar operações inadequadas, deficiências no desempenho ou discrepância entre os objetivos estabelecidos e os alcançados, sendo possível modificar e redirecionar as ações para corrigir deficiências. Um sistema de monitoramento e avaliação funcionando adequadamente permite ao grupo

reagir, a fim de manter os níveis preestabelecidos de eficiência e manter os projetos em curso para alcançar os objetivos e níveis de desempenho estabelecidos.

A etapa de monitoramento, acompanhamento e avaliação servem para verificar se as ações propostas estão sendo aplicadas corretamente, se o plano de negócio está no caminho certo e se é necessário realizar ajustes para que a estratégia em DRS alcance seu objetivo de gerar trabalho e renda de forma sustentável.

A descrição da Estratégia de Desenvolvimento Regional Sustentável do Banco do Brasil teve o objetivo de conhecer a estratégia, analisando as suas etapas, a sua metodologia, a concertação, o envolvimento dos parceiros internos e externos, no intuito comum de contribuir para o fortalecimento de uma região, através de apoio a atividades produtivas, gerando emprego e renda, que tragam consigo os princípios da sustentabilidade: economicamente viáveis, socialmente justas e ambientalmente corretas, sempre observada e respeita a diversidade cultural.

A estratégia visa levar desenvolvimento a várias localidades. Em nosso caso, estudamos os Planos de Negócios no Território de Identidade do Piemonte da Diamantina.

## **5 PLANOS DE NEGÓCIOS EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL SUSTENTÁVEL NO MUNICÍPIO DE CAEM: UMA ESTRATÉGIA DO BANCO DO BRASIL**

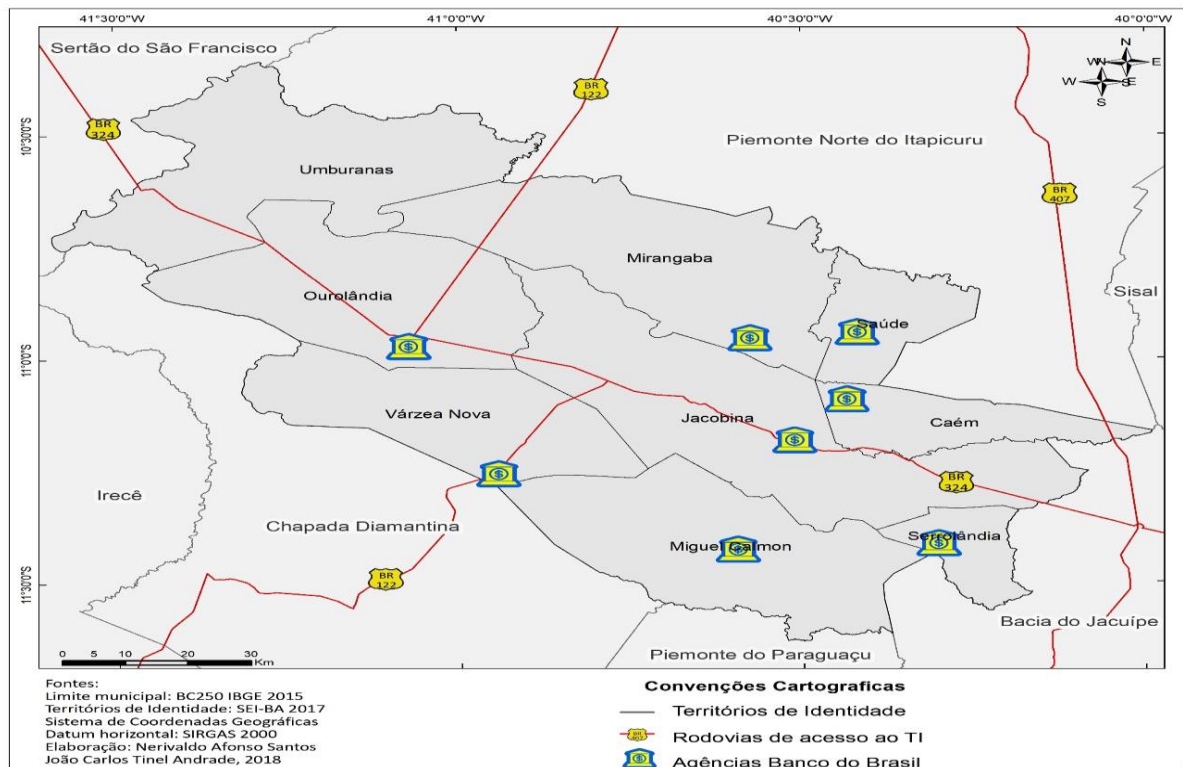
Os Planos de Negócios consistem na escolha de uma atividade produtiva, característica da região, onde todos os agentes envolvidos (banco, parceiros, produtores) participam da reunião de concertação e se envolvem em todas as etapas dos planos de negócios.

No Plano de Negócio são descritos a atividade escolhida; as características demográficas, socioambiental e socioeconômica da região; o executor interno; os parceiros envolvidos e os beneficiários. São registradas as reuniões realizadas; a parte que cabe à cada um dos colaboradores; o diagnóstico; as análises e os pareceres; o registro do acompanhamento e a avaliação. Os registros dos acompanhamentos, das análises e dos pareceres, tanto dos parceiros internos quanto externos, ficam restritos aos sistemas interno do Banco do Brasil nas ferramentas do SisBB e na Plataforma de Negócios nas Agências executoras do Plano de Negócios.



Foram expostos aqui Planos de Negócios das agências localizadas no Território de Identidade do Piemonte da Diamantina, com maior enfoque para o Plano de Negócios da AquiBom. Este território é uma das unidades de planejamento do governo do Estado da Bahia, no que se refere à fragmentação do território na inserção de políticas de desenvolvimento. O Banco do Brasil dispõe de 8 agências distribuídas pelos municípios que compõem o Território de Identidade do Piemonte da Diamantina (Figura 20).

**Figura 19 - Agências do Banco do Brasil no Piemonte da Diamantina**



**Fonte:** SEI-BA, 2017; BB, 2018.

O Banco do Brasil soma 66 funcionários lotados nas agências dos 8 municípios do Piemonte da Diamantina (Quadro 13).

**Quadro 13 - Funcionários lotados nas agências do Banco do Brasil no Piemonte da Diamantina**

AGÊNCIAS	QUANTIDADE DE FUNCIONÁRIOS
Caem	04
Jacobina	29
Miguel Calmon	08
Mirangaba	05
Saúde	07

Serrolândia	06
Várzea Nova	05
Ourolândia	02
Umburanas	00

**Fonte:** Banco do Brasil (2017)

Os Planos de Negócios elaborados pelo Banco do Brasil no Território do Piemonte da Diamantina, Bahia, não atingiram totalmente o objetivo de transformar oportunidades em trabalho e renda (Quadro 14). Melhores resultados desta ação poderiam ter proporcionado geração de emprego e renda para várias famílias desta região, através de ações de desenvolvimento em atividades produtivas. No caso do Plano de Negócios da Mandioca da AquiBom, o BB fez da concertação o ponto-chave para o plano ter sido implementado com a participação de diversos parceiros.

**Quadro 14 - Número de planos de Negócios elaborados por agências do Banco do Brasil**

CIDADE	Nº PLANOS	DESCRIÇÃO	SITUAÇÃO
Jacobina	03	Caprinocultura de Corte; Oleaginosa para Biocombustível; Apicultura.	Inativos
Miguel Calmon	03	Ovinocaprinocultura; Oleaginosas para Biocombustível; Apicultura.	360 Dias sem registro; Inativo; Inativo, respectivamente
Caem	03	Cultivo de mandioca Oleaginosas para biocombustível Fabricação de Artefatos de bambu	Implementado; Inativo; Inativo
Mirangaba	03	Cultivo de sisal; Oleaginosas para biocombustível; Ovinocaprinocultura	Inativos
Serrolândia	02	Oleaginosas para biocombustível; Artefatos de Couro	Inativos
Saúde	02	Floricultura; Artesanato em pedra	Inativos
Várzea Nova	02	Ovinocaprinocultura; Oleaginosas para biocombustível	Inativos
Ourolândia	0	-	-

**Fonte:** Banco do Brasil (2017).

## 5.1 O PLANO DE NEGÓCIOS DA ASSOCIAÇÃO QUILOMBOLA DOS PRODUTORES DE MANDIOCA DE BOM JARDIM E MONTEIRO (AQUIBOM), MUNICÍPIO DE CAEM.

A AquiBom foi fundada em 2006 e conta atualmente com 40 associados. Inscrita no Cadastro Nacional de pessoas Jurídicas (CNPJ) sob número 08.166.405/0001-06.

O Plano de Negócios da mandioca da AquiBom teve a equipe gestora formada em 05/2009, em uma reunião realizada na Agência do Banco do Brasil de Caem, e ficou composta por representantes da Prefeitura Municipal de Caem; Serviço de apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE); AquiBom; Associação Beneficente da Fazenda Girau; Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola (EBDA) e do Banco do Brasil.

O projeto da construção de unidades produtivas para beneficiamento de derivados da mandioca foi definido pela equipe gestora em 08/2009. O público-alvo foram os agricultores e agricultoras familiares produtores de mandioca das comunidades de Bom Jardim e Monteiro. A atividade de produção do beiju já era desenvolvida na comunidade, mas, de forma rudimentar e em condições insalubres, e, com isso, o objetivo da proposta foi construir duas unidades produtivas, sendo uma em Bom Jardim e uma em Monteiro, para dar aos produtores destas comunidades melhores condições de trabalho no processo de fabricação do beiju (Figura 21). Proposta da Equipe Gestora no anexo C.

**Figura 20** - Locais de produção do beiju da associação AquiBom. A - Antes da construção da indústria; B - Após a construção da Indústria



Fonte: Tínel (2018).

A mudança para a nova sede contribuiu consideravelmente para as condições sanitárias:

Nosso trabalho é um trabalho muito árduo e antes da Casa do Beiju era mais dificultoso ainda. As higiene e as instalações não tinham a higiene adequada. E hoje não, a Casa do Beiju hoje, qualquer pessoa pode visitar, é um local que tem higiene; é liberado pela vigilância sanitária. O espaço lá é liberado pela vigilância sanitária. (Presidente da AquiBom, 2018, Apêndice C).

O resultado após a instalação das indústrias, de acordo com a proposta de construção da unidade produtiva para beneficiamento de derivados da mandioca na comunidade de Bom Jardim e Monteiro, alcançaria 360 beneficiários diretos e 1.500 beneficiários indiretos. A gestão da indústria, chamada de Casa do Beiju, é da AquiBom, com apoio técnico da EBDA e da Secretaria de Agricultura do Município de Caem. A Associação, o poder público municipal e o SEBRAE, responsabilizaram-se pela administração física da unidade através de uma gestão participativa, com a criação de um grupo de gestão. O Banco do Brasil participou de todas as reuniões e decisões como um articulador e orientador dos trabalhos, com base na metodologia da estratégia DRS na geração de trabalho e renda (Figura 22).

**Figura 21** - Presença do Banco do Brasil nas comunidades de Bom Jesus e Monteiro. A - Placa alusiva ao DRS do Banco do Brasil. B - Placa de inauguração da indústria de derivados da mandioca com a rede de parceria



Fonte: Tínel (2018).

O resultado esperado por parte da equipe do Plano de Negócios da mandioca, após a construção das casas de beiju, na comunidade, foi o reconhecimento da comunidade como polo da cultura da mandioca; incrementar novas tecnologias à produção; reduzir os custos operacionais; melhorar a infraestrutura, visando maior eficiência e qualidade dos produtos, de forma que, agregasse valores; incentivar o plantio em áreas coletivas; e implantar na sociedade o associativismo e a cooperação, tendo em vista a produção e a comercialização de forma coletiva.

Para a construção das duas indústrias em Bom Jardim e Monteiro, o valor total do projeto foi de R\$139.523,10, sendo que, R\$ 134.523,10 de recursos da FBB e R\$5.000,00 a contrapartida da associação AquiBom (Figura 22). A liberação dos recursos do projeto reforça a força das parcerias.

Primeiramente a gente tem que agradecer muito a Deus. E segundo o SEBRAE, e da pessoal de um funcionário do SEBRAE, foi através dele, que por conhecer nossas lutas lá, ele viu que tinha potencial para fundar uma associação e aí ele começou a fazer as reuniões. No início foi muita dificuldade uma dou duas pessoas, mas quando o pessoal viu que realmente dava certo, abraçou a causa e hoje tudo que nós temos foi através do SEBRAE... E aí eles viram, abraçaram a causa também e hoje o que nós temos lá foi tudo em parceria. Então assim, a importância da Fundação Banco do Brasil, Prefeitura e o SEBRAE, foi de fundamental importância a parceria com eles, foi através deles que conseguimos as verbas para poder formar a Casa do Beiju. E hoje, nós trabalhamos com consciência, com a consciência limpa que nós estamos trazendo um bom produto para os clientes (Presidente da AquiBom, 2018, Apêndice C).

**Figura 22-** Implementação do Plano de Negócios da mandioca nas comunidades de Bom Jardim e Monteiro. A - Cheque do Banco do Brasil. B - Faixa da AquiBom em agradecimento ao Banco do Brasil



**Fonte:** Tínel (2018).

A data de emissão do cheque do Banco do Brasil foi em 21 de junho de 2010, com o valor que coube à Fundação Banco do Brasil. O evento inaugural foi em 18/02/2011 (anexo A) na sede da AquiBom, localizada no município de Monteiro, Caem, e contou com a presença dos associados e de diversos integrantes da rede de parcerias. Vale ressaltar que um dos diferenciais da metodologia da estratégia em DRS do Banco do Brasil é a rede de parcerias.

Um sucesso de um plano desse é a participação das entidades, porque o Banco é apenas um, um, tipo assim, um fomentador do trabalho né, é, o banco assumiu o momento assim orientador do trabalho mas, naqueles locais onde se imaginou que o DRS era apenas um trabalho para financiamento, então é isso que, que na maioria destes locais onde não deu certo, foi porque o entendimento, nesses locais, nessas situações achava que o DRS ele finalizava depois que se havia um, um estudo né, uma discussão, uma elaboração de plano, quando havia aquele primeiro financiamento imaginava que assim era uma finalização. Quando na verdade o crédito rural é apenas um dos itens que faz parte de um plano desses, de um trabalho destes (Analista Técnico Rural do Banco do Brasil, 2018, Apêndice A).

As visitas na AquiBom foram realizadas no ano de 2018 e constatou-se o funcionamento normal da fábrica de beiju. Notou-se a presença dos associados assando e empacotando o beiju nas casas de beiju, como também, comercializando o produto final na feira livre e nos supermercados no município de Jacobina (Apêndice B).



Durante as visitas na Associação, na indústria e na feira livre, foram colhidas informações de como a comunidade sobrevive das suas atividades na fabricação e comercialização dos produtos derivados da mandioca. O beiju é o produto que gera maior renda e é vendido atualmente por R\$2,00 o pacote. Homens e mulheres trabalham juntos. O trabalho feminino é bem abrangente, as mulheres participam de todo o processo de plantio e colheita da mandioca; da produção e comercialização dos produtos; e da gestão financeira do empreendimento.

O SEBRAE contribuiu com as questões relacionadas ao processo de formação de preço, planejamento para a venda, criação de uma marca, capacitação através de treinamento dos associados para o processo de produção e gestão. A prefeitura Municipal de Caem realizou melhoramento da pista de acesso à comunidade; reformou quadras e o Posto de Saúde; e disponibiliza ônibus para os estudantes irem para sede do município. Enquanto esteve em funcionamento, a EBDA realizou oficinas relativas à mandioca, com o intuito de gerar novos conhecimentos no que se refere ao manejo da cultura.

A água utilizada para consumo humano, animal e produção do beiju é captada de fontes vindas da Serra, de uma localidade chamada de *Minação de Água* pelos moradores. A água não passa pelo processo de limpeza e/ou purificação por empresas de fornecimento de água. A luz é fornecida pela Coelba e foi solicitada pela Prefeitura Municipal da época, através de ação relacionada ao Plano de Negócios da Mandioca em DRS.

Um dos problemas enfrentados pelos associados é a baixa produção da mandioca, uma vez que os moradores da comunidade não possuem propriedade de terras suficientes para a produção, levando os associados a comprarem a fécula em outros Estados. No projeto do DRS, não constou a aquisição ou desapropriação de terras no território. Uma alternativa vai ser a inauguração da fecularia, prevista para o segundo semestre do ano de 2018, local onde os associados vão poder comprar mandioca na região e fazer a própria fécula para a produção do beiju, barateando, portanto, o custo da produção.

Uma outra dificuldade encontrada na comunidade é que, nem todos os moradores usam os equipamentos da indústria para produzir o beiju, e continuam produzindo de forma manual. É cobrada uma taxa de R\$10,00 p/mês para se associar.

Para que o Plano de Negócios da mandioca da AquiBom consiga o objetivo do desenvolvimento sustentável é necessário buscar caminhos que promovam uma integração e seja alicerçado nas diferentes visões da sustentabilidade baseadas nas visões de Ignacy Sachs e, proposta na metodologia da estratégia DRS do BB: participativa, negocial, territorial, ecológica e cultural.

Visão Participativa. Através da rede de parcerias foi possível a implementação do plano de negócios da mandioca e a construção das 02 indústrias do beiju, melhorando assim, as condições de produção e comercialização. Muitas capacitações foram realizadas na comunidade com o intuito de melhorar a produção, a gestão e a comercialização dos produtos. Uma ação necessária atualmente, e realizada por parte da rede de parcerias, é instruir a comunidade para a criação de uma cooperativa, para que assim, a AquiBom possa passar a comercializar seus produtos para órgãos públicos.

Visão negocial. Essa foi a visão de maior resultado positivo. Através das ações do Plano de Negócio da mandioca, os associados da AquiBom passaram a produzir em melhores condições de trabalho, disponibilizar aos clientes produtos de melhor qualidade, a comercializar mais derivados da mandioca em embalagens padronizadas, agregando valor, melhorando a lucratividade e vendendo em supermercados de toda a região.

Visão territorial. Esta visão no plano de negócios da mandioca foi estratégica. A escolha por uma atividade produtiva, que já estava em atividade e que vinha recebendo apoio de outras instituições, foi o grande diferencial, porque o banco foi mais um integrante a pensar no desenvolvimento da atividade produtiva. Foi verificado a existência de programas de governo voltados para o desenvolvimento que podiam contribuir para ações do DRS.

Visão Ecológica. Esta visão precisa ser atualizada no Plano de Negócios da mandioca. Apesar das capacitações dos técnicos da EBDA sobre o perigo do uso de produtos químicos na produção de mandioca e como realizar o manejo de forma sustentável, as indústrias utilizam de forno à lenha, o que consome muita madeira. Uma ação possível, será a instalação de fornos ou chapas aquecidas com energia solar.

Visão cultural. Uma das ações propostas no Plano de Negócios foi o reconhecimento da comunidade de Bom Jardim e Monteiro em



comunidade quilombola. Isso ocorreu em junho de 2011, conforme documento da Fundação Cultural Palmares (Anexo B).

O DRS é uma forma de promover geração de trabalho e renda, interagindo sociedade, poder público e iniciativas de desenvolvimento.

## 6 CONCLUSÃO

Analisou-se a estratégia em DRS do Banco do Brasil como forma de apresentar uma instituição financeira brasileira, na vanguarda de programas de fortalecimento de atividades produtivas. Fez-se necessário discutir o processo de execução de Planos de Negócios em municípios onde suas agências estão localizadas.

Colocou-se como objeto de estudo o Plano de Negócios da Associação Quilombola de Produtores de Mandioca de Bom Jardim e Monteiro, no município de Caem, que está localizado no Território de Identidade do Piemonte da Diamantina, no Estado da Bahia. Caracterizou-se com informações físicas, sociais e ambientais todo o território, com o intuito de suprir de dados instituições públicas e privadas que tem política de programas para desenvolvimento regional.

A dissertação conduziu a uma discussão breve sobre Território de Identidade, discutindo a probabilidade que as unidades de planejamento do Estado da Bahia, chamadas de Territórios de Identidade, foram baseadas em políticas territoriais do governo federal. São necessárias novas pesquisas em torno de aspectos políticos e governamentais para uma maior assertividade no diálogo dos territórios de identidade.

Discutiram-se conceitos de *território* e *território de identidade*. Esta fase da pesquisa serviu para entendermos a formação do TI, no Estado da Bahia, através dos debates com as políticas de abordagem territorial do governo brasileiro da época de criação dos territórios, concluindo-se que o governo da Bahia utilizou das premissas e objetivos das políticas de territorialidade do governo federal. Os embates sobre o conceito de desenvolvimento sustentável demonstram que não existem definições prontas e acabadas sobre o mesmo, mas são fundamentais para analisarmos projetos de desenvolvimento no Brasil. Pode-se expressar que o Plano de Negócios do Banco do Brasil tem um caráter negocial, com o intuito de fortalecer atividades produtivas, através de rede de parceria, capacitação e investimentos.

A interação com os associados proporcionou a coleta de informações na comunidade de Monteiro e Bom Jardim, no município de Caem, confirmando que o Banco do Brasil implementou na sua totalidade o Plano de Negócios da mandioca na AquiBom. Esta afirmação não passa apenas com a disponibilização dos

recursos e a construção da indústria, de acordo com os registros fotográficos, mas perpassam os relatos dos moradores da comunidade, quando estes descrevem a mudança no processo produtivo da época que proporcionou melhores condições de trabalho, saúde e aumento da renda com redução do esforço na produção do beiju. Apesar de algumas dificuldades de implementação e de acompanhamento, o plano da mandioca de Bom Jardim e Monteiro pode ser considerado um caso de sucesso no Território de Identidade do Piemonte da Diamantina.

Concluiu-se que o Banco do Brasil contribuiu para o fortalecimento de uma atividade produtiva com a sua estratégia em DRS. Porém, fica evidente que o Banco do Brasil necessita rever sua participação com a inserção dos seus Planos de Negócios. Um dos fatores de implementação do plano da mandioca foi que ele estava em andamento e tinha instituições, iniciando ações de desenvolvimento. Atualmente, a estratégia em DRS do Banco do Brasil está com diversos Planos de Negócios paralisados em muitas regiões do país. Cogita-se, até mesmo, o encerramento desta estratégia na empresa. Esse tema não se esgota com este estudo, são necessárias novas pesquisas que tratem da importância dos bancos públicos brasileiros, com o intuito de desburocratização da relação com os microempreendedores; pleitear redução de juros para os públicos que fazem parte de programas de desenvolvimento e a criação de rede de parcerias para autogestão de pequenos negócios.

## REFERÊNCIAS

ACIESP (Org.). In: PRIMEIRO SIMPÓSIO SOBRE ECOSSISTEMA DA COSTA SUL E SUDESTE BRASILEIRA. 1987, São Paulo: A Academia, 1987.

ALMEIDA, S. Ordenamento territorial: coletânea de textos com diferentes abordagens no contexto brasileiro. **Bertrand**. Rio de Janeiro, 2009.

BANCO DO BRASIL (Org.). **Cartilha em DRS**. Disponível em: <<http://www.bb.com.br/docs/pub/siteEsp/unv/CartilhaDRS.pdf>>. Acesso em: 4 abr. 2017.

\_\_\_\_\_. **Estratégia DRS do Banco do Brasil**. Disponível em: <<http://www.bb.com.br/portallbb/home1,8368,8368,0,0,1,6.bb>>. Acesso em: 10 mai. 2017.

\_\_\_\_\_. **Princípios Éticos e socioambientais**. Disponível em: <<http://www.bb.com.br/portallbb/page44,8305,8327,0,0,1,6.bb?codigoMenu=3800&codigoNoticia=4558&codigoRet=3806&bread=1>>. Acesso em: 10 mai. 2017.

BELLEN, Hans M. V. **Indicadores de Sustentabilidade: uma análise comparativa**. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

BOFF, Leonardo. Sustentabilidade: uma tentativa de definição, 15 Janeiro 2012. Disponível em: <<https://leonardoboff.wordpress.com/2012/01/15/sustentabilidade-tentativa-de-definicao/>>. Acesso em: 7 set. 2017.

BRASIL. Constituição. República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)>. Acesso em: 15 nov. 2017.

BUARQUE, S. C. Construindo o desenvolvimento local sustentável. **Garamond**. Rio de Janeiro, 2006.

CABESTRE, S. A.; GRAZIADEL, T. M.; FILHO, P. P. Comunicação estratégica, sustentabilidade, e responsabilidade socioambiental: um estudo destacando os aspectos teórico conceituais e práticos. Disponível em: <<http://www.uces.br/etc/revistas/index.php/conexao/article/view/151/142>>. Acesso em: 30 ago. 2017.

CAMARGO, L. H. R. Ordenamento Territorial e Complexidade: Por uma Reestruturação do Espaço Social. **Bertand Brasil**. Rio de Janeiro, 2009.

CARSON, Rachel. Primavera Silenciosa. **Edições Melhoramentos**. São Paulo, v. 2, 1962.

CUNHA, E. da. **Os Sertões**. São Paulo: Três, v. 1, 1973.

ETHOS (Org.); CUSTÓDIO, A. L. de M.; MOYA, R. Indicadores Ethos de Responsabilidade Social Empresarial 2007. São Paulo, 2007. Disponível em: <[https://www3.ethos.org.br/wp-content/uploads/2013/07/IndicadoresEthos\\_2013\\_PORT.pdf](https://www3.ethos.org.br/wp-content/uploads/2013/07/IndicadoresEthos_2013_PORT.pdf)>. Acesso em: 8 set. 2017.

FREITAS, N. B. **O Descoroamento da princesa do sertão**: de “chão” a território, o “vazio” no processo da valorização do espaço. Sergipe, f. 415, 2014 Tese (Doutorado em Geografia) - UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE, 2014.

FURTADO, J. S. Sustentabilidade Empresarial: guia de práticas econômicas, ambientais e sociais. Salvador, p. 188, 2005. NEAMA/CRA.

FURTADO, C. Desenvolvimento e Subdesenvolvimento. **Fundo de Cultura**. Rio de Janeiro, 1961.

\_\_\_\_\_. O mito do desenvolvimento econômico. **Paz e Terra**. São Paulo, 1974.

GONZAGA, Luiz. **Aquarela Nordestina**. Disponível em: <<https://www.letras.mus.br/luiz-gonzaga/664050/>>. Acesso em: 25 jul. 2017.

HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

HALL, S. **A identidade Cultural na Pós-modernidade**. Tradução Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

Hans M. V. Indicadores de Sustentabilidade: uma análise comparativa. **Editora FGV**. Rio de Janeiro, v. 2, p. 256, 2006.

INEMA. 2017. Disponível em: <<http://www.inema.ba.gov.br>>. Acesso em: 26 set. 2018.

INSTITUTO Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. Disponível em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/home.php>>. Acesso em: 2 mai. 2017.

LEAL, C. E. A Era das Organizações Sustentáveis. **Novo Enfoque**, v. 8, p. 1-12, 2009. Disponível em: <<http://www.castelobranco.br/sistema/novoenfoque/files/08/04.pdf>>. Acesso em: 26 jun. 2018.

LEFF, E. Discursos Sustentáveis. Tradução Silvana Cobucci Leite. São Paulo, 2010.

\_\_\_\_\_. **Epistemologia ambiental**. Tradução Sandra Valenzuela. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

\_\_\_\_\_. **Racionalidade ambiental**: a reapropriação social da natureza. Tradução Luís Carlos Cabral. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

MDA. Orientações Gerais Para a Elaboração e Qualificação do PTDRS. Disponível em: <file:///D:/Downloads/GUIA\_DO\_PTDRS\_-\_2.a\_versao\_FINAL (1).pdf >. Acesso em: 7 set. 2017.

MEADOWS, D. **Limites do Crescimento**: Um relatório para o Projeto do Clube de Roma sobre o Dilema da Humanidade. São Paulo: Perspectiva, 1972.

MELO, F. P. N; FROES, C. **Responsabilidade Social e cidadania empresarial**: a administração do terceiro setor. Rio de Janeiro: Qualitymark, 1999.

MELO, M. C. A. A. **Alianças estratégicas para o desenvolvimento regional sustentável**. João Pessoa, 2015 TCC (Bacharelado em Administração Pública) - UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA, 2015.

Ministério da Integração Nacional. Subsídios para a definição da Política Nacional de Ordenação do Território. Brasília, agosto 2016. Disponível em: <[http://www.mi.gov.br/c/document\\_library/get\\_file?uuid=45546192-e711-497a-8323-07244ee574ce&groupId=24915](http://www.mi.gov.br/c/document_library/get_file?uuid=45546192-e711-497a-8323-07244ee574ce&groupId=24915)>. Acesso em: 7 set. 2017.

ONU. ODS-Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Disponível em: <<https://na.coesunidas.org/pos2015/ods17/>>. Acesso em: 7 set. 2017.

PESSOA, S. R. N; MILANE, A. M. R. ANÁLISE DA POLÍTICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL (2003-2010) SOBRE A ECONOMIA DO NORDESTE. **Rev. Econ. NE**. Fortaleza, v. 47, n. 3, p. 45-60, 2016.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **A globalização da natureza e a natureza da globalização**. 12. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

SACHS, I. **Desenvolvimento**: incluyente, sustentável, sustentado. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.

SACHS, I; STROCH, P. Y (Org.). **Caminhos para o desenvolvimento sustentável**. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.

SANTOS, M; BECKER, B. K (Org.). **O dinheiro e o território**: Territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial. 3. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007.

SANTOS, M; RIBEIRO, W. C. **O país distorcido**: o Brasil, a globalização e a cidadania. São Paulo: Publifolha, 2002.

SANTOS, M; SILVEIRA, M. L. **O Brasil**: território e sociedade no início do século XXI. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SANTOS, M; SOUZA, M. A. A; SILVEIRA, M. L. **O retorno do território**: Território, globalização e fragmentação. São Paulo: Hictec/ampur, 1994.

SAQUET, M. A. **Abordagens e Concepções de Território**. 3. ed. São Paulo: Outras Expressões, 2013.

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO – SEPLAN. **Política Territorial**. 2017. Disponível em: <<http://www.seplan.ba.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=55>>. Acesso em: 5 mai. 2017.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SEPLAN. **Política Territorial do Estado da Bahia**. Disponível em: <[http://www.seplan.ba.gov.br/arquivos/File/politica-territorial/PUBLICACOES\\_TERRITORIAIS/Historico\\_da\\_Politica\\_Territorial\\_da\\_Bahia.pdf](http://www.seplan.ba.gov.br/arquivos/File/politica-territorial/PUBLICACOES_TERRITORIAIS/Historico_da_Politica_Territorial_da_Bahia.pdf)>. Acesso em 07/09/2017>. Acesso em: 4 abr. 2017.

SEPLAN. **Territórios de Identidade**. Disponível em: <<http://www.seplan.ba.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=17>>. Acesso em: 4 abr. 2017.

SHOMMER, P. C. **Responsabilidade Socioambiental, Brasília**: UFBA, UFMT, UNB, INEPAD, 2008. Disponível em: <>. Acesso em: 26 set. 2018.

SILVA, T. T. **Identidade e diferença**: a perspectiva dos estudos culturais. 8. ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

SUBSÍDIOS para a definição da Política Nacional de Ordenamento Territorial – PNOT. Disponível em: <[http://www.mi.gov.br/c/document\\_library/get\\_file?uuid=45546192-e711-497a-8323-07244ee574ce&groupId=24915](http://www.mi.gov.br/c/document_library/get_file?uuid=45546192-e711-497a-8323-07244ee574ce&groupId=24915)>. Acesso em: 2 abr. 2018.

SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA – SEI. **Sistema de Informações Municipais**. Disponível em: <[http://sim.sei.ba.gov.br/sim/informacoes\\_municipais.wsp](http://sim.sei.ba.gov.br/sim/informacoes_municipais.wsp)>. Acesso em: 9 mai. 2017.

VEIGA, J. E. **Desenvolvimento Sustentável**: o desafio do século XXI. Rio de Janeiro: Garland, 2005.

\_\_\_\_\_. **SUSTENTABILIDADE**: a legitimação de um novo valor. São Paulo: Senac Sp/Itaú, 2010.

YIN, R. K. **Estudo de caso**: planejamento e métodos. 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.

**APÊNDICE A — TRANSCRIÇÃO DA ENTREVISTA CONCEDIDA PELO  
ANALISTA TÉCNICO RURAL (ATR) DO BANCO DO BRASIL EM 01/11/2017.**

Sim, mas é isso João, eu tenho a participação no DRS – Desenvolvimento Regional Sustentável – aqui no Banco desde o primeiro momento quando foi lançado o DRS e quando a Vice-diretoria do banco fez apresentações, eu falo assim, o primeiro momento quando foi lançado e teve apresentações lá no, mas no Nordeste vamos dizer assim, eu fui lá na Paraíba, João Pessoa. Tive com, fui aqui eu, com três gerentes aqui da Bahia e mais três assessores, porque esses três assessores? Foi Por que foram os primeiros que fizeram planos DRS aqui na Bahia. No caso eu (trim, trim...) com o agente de Senhor do Bonfim e teve mais dois colegas que foram também colegas de Ilhéus, colega de Nova Soure, com esses gerentes então foram três gerentes e três assessores de agronegócio que somos nós, nós somos chamados também de ATR né, mas conhecidos no Banco como ATR Analista técnico rural, e eu tive nesse primeiro momento lá na Paraíba onde foi feito.

**Entrevistador:** Em que ano?

2003 foi feito primeiro momento que a diretoria do Banco junto com o Governo lá da Paraíba, João Pessoa. E o DRS aqui na Bahia, eu praticamente disse que um dos primeiros que foi aprovado foi aqui na minha região e a partir disso eu tive muitos momentos com as agências na regional de trabalho hoje trabalho com aproximadamente, naquela época eu trabalhava aproximadamente cinquenta e poucas agências hoje aumentou eu tô com mais de setenta agencias. Então os planos de DRS destas agências eu posso dizer assim que eu tenho uma grande contribuição na formação. Hoje eles estão de uma certa forma paralisados né, por razões, não digo que é uma razão nossa do banco, mas a razão de todo o processo, de das parcerias, das instituições, que não deram assim uma continuidade. Mas que o Banco, pelo menos da nossa parte, a gente busca orientar muito dentro da metodologia do DRS. O crédito, nos momentos que estamos, até hoje trabalhando, a gente busca orientar na metodologia: com as parcerias, com as entidades, com o olhar pra cadeia das atividades rurais, a cadeia de valor. E, no caso aí, eu tenho participado muito. Eu fiz em 2009 eu fiz um MBA em DRS aqui no Banco, eu tenho MBA aqui né, tenho até um, nosso TCC



né, um plano aqui da região, aqui em Caem, um plano da mandioca, o TCC nosso foi aqui baseado nessa aqui na comercialização dos produtos da mandioca, no caso: a tapioca, a farinha, beiju nos povoados do município de Caem. Então assim eu tenho, de uma certa forma, eu tenho uma boa participação. A superintendência Estadual assim, diante dessa participação que eu tive, eu passei também a trabalhar até colaborando com outros colegas, em outras regionais, eu tive ali no litoral norte muito visitando os planos de lá, daquela região ali do, de Alagoinhas, Entre Rios, Iambuê, Crisópolis, Acajutiba e tal. Então uma certa época a gente, ajudei o pessoal da Superintendência que tinha a equipe DRS né, lá em Salvador, tive também é, colaborando com os planos iniciais de Liticínio de Almeida onde tiveram um destaque bem na cidade de Liticínio de Almeida onde teve um destaque no DRS foi lá, em Liticínio de Almeida, o banco contribuiu muito com aquele trabalho, eu tive lá duas vezes, em momento que passei lá.

**Entrevistador:** Teve sucesso?

Teve sucesso, eu posso dizer que hoje possa, o pessoal de lá, ainda tá seguindo os passos.

**Entrevistador:** e foi em que, em que atividade produtiva?

Foram diversas, o, eu digo a vcs que nos, eu e a colega da superintendência Soraya, hoje ela tá até, saiu do banco né, ela tá aposentada. Mas, nossa colega Soraya, nós ficamos lá 15 dias, nós implantamos lá 5 planos de DRS.

**Entrevistador:** Em que mesmo?

Bovinocultura de leite, apicultura, é... mandioca, três, eu posso tentar lembrar aqui mas: mandioca, apicultura, bovinocultura de leite, hortaliças, é hortaliças, então.

**Entrevistador:** Por que você acha que foi um sucesso em Liticínio de Almeida?

Porque teve uma participação bem efetiva do poder público também, no caso Prefeitura, Secretaria da Agricultura, entidades de lá, associações ela que é o segredo, vamos dizer assim, de um sucesso de um plano desse é a participação das entidades, porque o Banco é apenas um, um, tipo assim, um fomentador do trabalho né, é, o banco assumiu o momento assim orientador do trabalho mas, naqueles locais onde se imaginou que o DRS era apenas um trabalho para financiamento, então é isso que, que na maioria destes locais onde não deu certo, foi porque o entendimento, nesses locais, nessas situações achava que o DRS ele finalizava depois que se havia um, um estudo né, uma discussão, uma elaboração de plano, quando havia aquele primeiro financiamento imaginava que assim era uma finalização. Quando na verdade o crédito rural é apenas um dos itens que faz parte de um plano desses, de um trabalho destes. Por que lá em Licínio de Almeida, eu posso dizer a você assim, que hoje, como da minha distância, eu não tenho, não tenho contato lá, que lá é um local bem distante daqui, não faz parte da minha regional. Mas lá, o momento que deu certo, é tanto que eu digo a vocês, o segundo momento que a gente teve lá, pra fazer um trabalho até aqui de acompanhamento, junto com o pessoal lá, a Secretaria da Agricultura ela adotou, dentro da secretaria, um setor da secretaria que se dava o nome de DRS. Onde eles faziam um trabalho desse de acompanhamento, de contribuição, de discussão com essas entidades. E que o banco teve até lá, a própria fundação também continuou fazendo um trabalho lá com aquele trabalho do balde cheio né, que foi promovido com a bovinocultura de leite, que implantou algumas unidades de demonstração, implantação de, de unidades de demonstração de propriedades né, produtores é, com a formação de...de reservas (telefone interno com ramal toca ...atendeu alô Agenor...terminou a ligação)

**Entrevistador:** E no caso aqui da nossa região do Piemonte, você acha que você participou de toda a implantação daqui também, né? De todas as agências do Piemonte?

É, de todas as agências daqui a gente teve em alguns locais uma maior participação, em alguns as agências saíram na frente mas, depois a gente deu alguma contribuição né.

**Entrevistador:** E você acha que o que levou os planos daqui não terem sucesso igual a Licínio de Almeida?

É, aqui também, nós tivemos um, uma prospecção de um trabalho em algumas agências mas, um dos, uma das situações que nós temos aqui é, foi basicamente isso, a não participação das parcerias, a região nossa aqui, aqui de Jacobina, do Piemonte aqui, ela, ela tem assim uma grande deficiência em entidades parceiras, no caso, eu digo assim, de associações, de sindicatos, de fundações, as próprias unidades governamentais também, como sempre elas tiveram uma grande deficiência, o órgão de assistência técnica EBDA, existiu e hoje nem existe mais, é já tava muito precária, a participação. Então, em muitas vezes se resumia em um banco, banco agente financeiro, se convidava algumas entidades que não tinham assim uma certa organização né, uma, então, na maioria desses casos o que se, o que ocorreu foi isso. Em outras, em muitos planos que houve aqui, eu considero um erro até na própria formalização do plano, e eu até coloco que nos também do banco tivemos em muitos, em muitas destas atividades, em algumas atividades, vou dizer assim um, uma participação nesse erro né, eu vou dá um exemplo, em que houve um programa de governo, era o próprio governo de Lula, PT, de um incentivo ao biodiesel. E que, essa atividade ela resumia muita na, na aqui pra nós, na atividade da lavoura da mamona. Então, esse plano, eles foram feitos quase que na totalidade sem a participação da entidades na localidade. Então eles foram formalizados, muito centralizados, e, naqueles municípios que se observasse aquele município não tinham o zoneamento da lavoura mas, como era um plano de governo o banco né, como participante do governo, governo federal, ele abraçou né, claro a gente teve a participação em algum momento só, mas a gente já notava que a cadeia da produção de mamona aqui, era muito desorganizada. E iria existir, como forma o plano tinha o elo da cadeia da comercialização, era uma proposta do governo a Petrobrás adquirir o produto e tal, mas isso se, não se fechou, houve depois uma observação de a própria lavoura da mamona, apesar dela ser da agricultura familiar, ela sofria de muitas situações que não era boa de acontecer. A própria situação climática, organização do produtor é, e muitos outros fatores que influíram depois que observaram que até o custo da mamona para produção de biodiesel não iria reverter para um benefício maior da renda do produtor. Então, essa situação de muitos planos da lavoura da mamona que foi orientado, puxado

né, das normas do governo, o Banco do Brasil, Petrobrás eles não seguiram a frente. Tô dando assim um exemplo de um plano que foram para cumprir um determinado plano de governo. Na época que se imaginava que pudesse dar certo mas é um dos exemplo que não deu certo. E muitos outros aí, ele também, ele sofreu da região, essa situação. Muita situação que a Secretaria de Agricultura dos municípios teriam que ter uma maior participação também, a gente não encontrava isso, pelo próprio conhecimento, a capacidade dessas pessoas né, dos municípios, é, quando imagina sempre que o banco tinha que ser o único item de um plano desse que era para ter o crédito; que era para liberar um crédito de uma forma ou de outra. E o que não é a orientação de proposta de um plano desses. Mas a gente viu dar seguimento em alguns. Aqui na região mesmo, nós trabalhamos com plano em Itiúba, que teve uma grande melhoria para os produtores da piscicultura. Teve, até hoje, esses produtores, eles iniciaram esses planos, esse trabalho com a produção de tilápia em cativeiro com essa iniciativa também, com essa proposta do banco e, uma coisa muito bom das organizações lá que tinha uma certa organização, e lá teve também dos órgãos públicos, da própria DNOCS que contribuiu com o trabalho né, lá no açude de Jacuriçica em Tamandaroba. O Banco do Brasil fez sua participação, trabalhou na manutenção da atividade com custeio dá, e essas três associações lá, até hoje elas estão em atividade. Aqui a mandioca aqui, Caem também, ela teve um grande incentivo, a fundação deixou lá unidade de beneficiamento de produção de beiju, que é aqui no Bom Jardim, que fez um bom trabalho aqui na comercialização destes produtos. O Banco do Brasil teve uma participação lá, a fundação. Aqui em Jacobina tinha uma grande possibilidade de trabalhar com apicultura, nós chegamos a ter uma participação de uma associação aqui, aqui tem uma cooperativa que também poderia ter contribuído muito mais, a falta de organização dessa cooperativa, onde existe um grande ferramenta que eles tem, que é uma unidade de beneficiamento, até o CIF eles tinham, que é a possibilidade de fazer exportação. Mas a falta de organização deles, destas pessoas que fazem parte desta cooperativa é que a coisa não fluiu. É como eu falo né, são essas situações que favorecem a isso.

**APÊNDICE B — REGISTRO FOTOGRÁFICO REALIZADO NAS ASSOCIAÇÕES E  
INDÚSTRIAS: PROCESSO DE PRODUÇÃO DO BEIJU, EMPACOTAMENTO E,  
POSTERIOR, VENDA NA FEIRA**

Preparado da mandioca



Fabricação e empacotamento do beiju



Comercialização na Feira Livre



Comercialização nos supermercados



Fabricação do beiju na feira livre



Fonte: João Tínel.

## APÊNDICE C — TRANSCRIÇÃO DA ENTREVISTA CONCEDIDA PELA PRESIDENTE DA AQUIBOM EM OUTUBRO DE 2018

**Entrevistador:** Bom, estamos aqui com a Presidente da Associação AquiBom. É, estamos na feira livre, local de trabalho dela. Presidente, como eram as condições da produção do beiju antes da Casa de Beiju?

Bom, bom dia a todos, é, nosso trabalho é um trabalho muito árduo. E antes da Casa do Beiju, era mais dificultoso ainda; as higiènes e as instalações não tinha a higiene adequada, é, hoje não, a Casa do Beiju hoje qualquer pessoa pode visitar é um local que tem higiene, é liberado pela vigilância sanitária, o espaço lá é liberado pela vigilância sanitária. Claro que tem que fazer mais algumas adequações ainda né mas, graças a Deus nós estamos conseguindo. É muito, está aberto para qualquer visita, a gente está preparado para receber qualquer visita que chegue, o espaço lá é legal, adequado.

**Entrevistador:** E o processo, Presidente, como era antes e depois da Casa de Beiju?

Bem é, a gente fazia, por enquanto ainda tem o trabalho manual ainda que a feccularia não tá pronta ainda mais a nossa proposta é: não trabalhar mais com o serviço manual, ser tudo maquinaria, nós temos todos os maquinários da feccularia, é estamos aguardando terminar a obra pra gente poder inaugurar pra trabalhar tudo com as máquinas, o trabalho manual vai ser, graças a Deus, vai ser acabado né, vai acabar é, nossos filhos que estão chegando agora também já nos ajuda muito e vai ter a maneira melhor de trabalhar, não vai sofrer tanto como a gente sofreu. Porque não é fácil não. Ainda hoje mesmo eu tava conversando com o cliente, que quando a gente chega na feira livre e que fala que o pacote de beiju é R\$2,00, tem pessoas que quer bater na gente, mas não sabe a dificuldade que a gente passa. Agora mesmo nesse calor que tá, a gente passa mal fazendo beiju, mas tem que fazer para sustentar a nossa família. E é muito quente o espaço lá onde a gente trabalha mas, é o espaço ideal, é o qual é liberado pela vigilância, nós temos que trabalhar

no local que é correto né, nós temos muita preocupação em trazer bons alimentos para a nossos clientes.

**Entrevistador:** Qual a importância das instituições que se reunirão para criar a Casa do Beiju?


Presidente: Toda...toda importância. Primeiramente a gente tem que agradecer muito a Deus. E segundo o SEBRAE, da pessoal do funcionário...que foi através dele, que por conhecer nossas lutas lá, ele viu que lá tinha potencial pra fundar uma associação e aí ele começou a fazer as reuniões. No início foi muita dificuldade uma ou duas pessoas, mas quando o pessoal viu que realmente dava certo abraçou a causa e hoje tudo que nós temos lá foi através do SEBRAE, devemos muito a ele, a parceria que foi formada entre Banco do Brasil, Prefeitura foi tudo, primeiramente pelo SEBRAE. E ai eles viram abraçaram a causa também e hoje nós temos, tudo que nós temos lá foi tudo em parceria. Então assim, a importância da Fundação Banco do Brasil, prefeitura e o SEBRAE, foi de fundamental importância a parceria com eles, foi através deles que conseguimos as verbas para poder formar a Casa do Beiju e, hoje, nós trabalharmos com consciência, com a consciência limpa que nós estamos trazendo um bom produto para os clientes.



## ANEXO A — REGISTROS FOTOGRÁFICOS DA INAUGURAÇÃO DA INDUSTRIA DE BEIJU AQUIBOM EM 2011




**ANEXO B — DOCUMENTO DA FUNDAÇÃO PALMARES RECONHECENDO A ASSOCIAÇÃO QUILOMBOLA DE BOM JARDIM E MONTEIRO.**

  
**REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL**  
**MINISTÉRIO DA CULTURA**  
**FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES**  
Criada pela Lei n. 7.668 de 22 de agosto de 1988


**Departamento de Proteção ao Patrimônio Afro-Brasileiro**


**CERTIDÃO DE AUTODEFINIÇÃO**

O Presidente da **Fundação Cultural Palmares**, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 1º da Lei n.º 7.668 de 22 de Agosto de 1988, art. 2º, §§ 1º e 2º, art. 3º, § 4º do Decreto n.º 4.887 de 20 de novembro de 2003, que regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e artigo 216, I a V, §§ 1º e 5º da Constituição Federal de 1988, Convenção nº 169, ratificada pelo Decreto nº 5.051, de 19 de abril de 2004 e nos termos do processo administrativo desta Fundação nº 01420.005870/2011-58 **CERTIFICA** que a **COMUNIDADES DE MONTEIRO, BOM JARDIM E PAU SECO**, localizada no município de CAÉM/BA, registrada no Livro de Cadastro Geral n.º 013, Registro n. 1.489, fl. 105, nos termos do Decreto supramencionado e da Portaria Interna da FCP n.º 98, de 26 de novembro de 2007, publicada no Diário Oficial da União n.º 228 de 28 de novembro de 2007, Seção 1, f. 29, **SE AUTODEFINE COMO REMANESCENTES DE QUILOMBO.**

Eu, **Alexandro Anuniação Reis**, (Ass.)  Diretor do Departamento de Proteção do Patrimônio Afro-Brasileiro, a lavrei e a extraí. Brasília/DF, **14 de junho de 2011.**

O referido é verdade e dou fé.

  
**Eloi Ferreira de Araújo**  
**PRESIDENTE**


**ANO INTERNACIONAL DOS POVOS AFRODESCENDENTES**

Setor Comercial Sul - Qd. 09 - Ed. Parque Cidade Corporatê - Torre B - 2º and, Brasília / DF, Brasil.  
 CEP: 70308-200. Tel.: 55 (61) 3424-0100. Fax: 55 (61) 3226-0351. Site: www.palmares.gov



**ANEXO C — DOCUMENTO COMPROBATÓRIO DO PROJETO "CONSTRUÇÃO DE UNIDADE PRODUTIVA PARA BENEFICIAMENTO DE DERIVADOS DA MANDIOCA NA COMUNIDADE BOM JESUS E MONTEIRO" PROPOSTO PELO BANCO DO BRASIL**



<b>PROPOSTA</b>
-----------------

<b>DATA:</b> 24/08/2009
-------------------------

**1. DADOS CADASTRALIS**

**1.1. Projeto**

Título: Construção de unidade produtiva para beneficiamento de derivados da mandioca na comunidade Bom Jardim e Monteiro		
Período de realização: 01/08/2009 a 31/12/2009	Local de desenvolvimento do trabalho/ município/UF: Caem, - Bahia	
Valor Total do Projeto: R\$ 139.523,10		
Recursos da FUNDAÇÃO: R\$ 134.523,10	Recursos Próprios: R\$ 5.000,00	Recursos de Terceiros: R\$ 0,00

**1.2. Proponente**

Nome da Entidade: Associação Quilombola dos Produtores de Mandioca de Bom Jardim e Monteiro		CNPJ:	
Endereço (rua, número, bairro): Fazenda Bom Jardim			
Cidade: Caem	UF: Bahia	CEP: 44.730-000	
Forma Jurídica: Associação de produtores	DDD/Telefone:	DDD/Fax:	E-mail:
Nome do Representante legal:		Cargo:	
Profissão: Produtor Rural	Estado Civil:	CPF:	Número RG/Orgão emissor/UF
DDD/Telefone:		DDD/Fax:	
Nome do Responsável pelo Acompanhamento do Projeto:		Cargo:	
DDD/Telefone:	DDD/Cellular:	DDD/Fax:	E-mail:

**1.3. Agência**

Nome/UF: Banco do Brasil S/A - Caem - Bahia		Prefixo:	CNPJ:
Nome do Gerente:			
Estado Civil:	CPF:	Número RG/Orgão emissor/UF:	
Funcionário responsável pelo Projeto: O mesmo	DDD/Telefone:	DDD/Fax:	E-mail:

1- INTRODUÇÃO DO PROJETO: "Construção de unidade produtiva para beneficiamento de derivados da mandioca na comunidade Bom Jesus e Monteiro", proposto pelo Banco do Brasil

(Histórico e situação socioeconômico do município e da comunidade a ser assistida)

A cultura da mandioca é cultivada em todos os estados brasileiros e tem importante papel para as populações mais pobres, tanto no campo quanto

nas cidades, em especial na região nordeste, possibilitando, ao longo dos anos, a oferta de alimentos de baixo custo.

É produzida, principalmente, por produtores agricultores e agricultoras familiares, com pouco ou nenhum tipo de tecnologia, apresentando resultados econômicos desfavoráveis, apesar de representar única alternativa de renda das famílias.

O Brasil é o maior produtor do continente sul-americano, com aproximadamente 75% da produção total. A cultura ocupa uma área de 1,74 milhões de ha e com rendimento médio de 13,5 t de raízes/ha. A mandioca no nordeste participa com 43,5% da área plantada e rendimento de 10,5 t/ha. A Bahia é o estado maior produtor do Brasil, com área de 325.501 ha, o segundo em produção com 4,4 milhões de toneladas de raiz, seguido pelo estado do Pará, e o décimo sexto lugar em produtividade com 11,84 ton/ha. Entretanto, o processo tecnológico ainda se apresenta de forma deficiente, em virtude da falta de conhecimentos técnicos por parte dos produtores.

As baixas produtividades encontradas no Nordeste, 10,5 t/ha, deverão servir de estímulo à revitalização da cultura no município de Caem, que possui hoje uma produtividade média de 11 t/ha, especialmente nas comunidades de Bom Jardim e Monteiro, visto que a pesquisa indica potencialidade, quando em uso de novas tecnologias, poderá alcançar até 50 t/ha.

No País, a cultura da mandioca, na maior parte, é destinada à subsistência, principalmente no norte e nordeste, onde encontramos os grandes desafios, baixa adoção de tecnologias, baixa produtividade e falta de qualidade e padronização dos produtos originados da raiz da mandioca. Daí a necessidade da intervenção para melhorar o aproveitamento da raiz, estimulando à aprendizagem, através da capacitação do produtor, para confecção de novos subprodutos, criação de agroindústria, alargar a cadeia produtiva com a finalidade de assegurar lucros reais ao produtor rural e principalmente melhorar as condições de cultivo da mandioca, elevando, assim, a produtividade.

O agronegócio da mandioca vem crescendo em ritmo acelerado, atraindo para o Brasil empresas multinacionais para explorar a cultura a fim de atender a demanda de países da Europa pelo produto "in natura", fresco, pré-cozido, chips, raspas, fécula, etc.

Cada vez mais a fécula de mandioca "in natura" ganha destaque, em função da tecnologia da adição à farinha de trigo panificável. Sabe-se que a mistura é perfeitamente viável e pode contribuir para redução do consumo de trigo, lavoura de difícil exploração e de alto risco. Está sendo debatido projeto no Congresso Nacional que versa sobre a obrigatoriedade da adição da fécula de mandioca à farinha de trigo em 10%, o que vem ainda mais incentivar o crescimento da cultura e a instalação de modernas indústrias.

O município de Caem – BA, criado através da Lei Estadual nº 1.709, de 12/07/1962, está situado no Centro Norte Baiano, região do Piemonte da Chapada Diamantina, especificamente, microrregião de Jacobina, limitando-se a leste com os municípios de Queimadas e Capim Grosso, a sul e oeste com Jacobina e Mirangaba e a norte com Saúde e Caldeirão Grande. A área municipal é de 497 Km<sup>2</sup>. A sede tem uma altitude de 472 metros e coordenadas geográficas 11°05'26" de latitude sul e 40°26'07" de longitude oeste. O acesso a partir de Salvador é efetuado pelas rodovias pavimentadas BR-324 e BA-131 num percurso total de 336 km.

Com tipo climático semi-árido a seco, por vezes subúmido, o município está inserido no denominado "Polígono das Secas", sujeito a ter prolongados períodos de estiagem. Seus solos são, essencialmente, latossolos distróficos, luvisolos ou planossolos eutróficos e neossolos litólicos distróficos. A vegetação, em sua maior parte, está representada por florestas estacional semidecidual e ombrófila densa; além de contatos cerrado-floresta ombrófila e caatinga-floresta estacional. O relevo contém a serra de Jacobina, sua encosta oriental e tabuleiros interioranos adjacentes que proporciona aptidão regular para culturas temporárias e pastagens. No caso específico da mandioca, torna-se necessário à realização de análises de solo para que sejam corrigidas as suas deficiências naturais, buscando-se, sempre, elevadas produtividades. A drenagem pertence à bacia hidrográfica do Itapicuru, composta pelos rios Caem, Charneca, Itapicuru Mirim e seus subsidiários. A temperatura média anual de 23,6°C, com mínima de 19,7°C e máxima de 29,6°C.

As chuvas ocorrem em dois períodos distintos, trovoadas entre os meses de outubro a março e inverno maio a julho, com um índice pluviométrico médio anual variando entre 500 a 800 mm e mínima de 300 mm. Assim, a cultura da mandioca se apresenta como alternativa viável de geração de emprego e melhoria

de renda, face as suas condições favoráveis de adaptação e convivência diante das irregularidades climáticas.

A população do município de Caem é de 10.377 habitantes, densidade de 20,88 habitantes/km<sup>2</sup>, sendo 73% na zona rural, dados do IBGE (2007) reforçando ainda mais, a agricultura como fonte principal de geração de emprego e renda. Portanto, medidas emergenciais, no setor primário, serão necessárias para implementação do desenvolvimento cultural, social e econômico.

Em 2000, o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal de Caem foi de 0,580. Segundo a classificação do PNUD (2000), o município está entre as regiões consideradas de médio desenvolvimento humano (IDH entre 0,5 e 0,8). Em relação ao Estado, apresenta uma situação ruim: ocupa a 366<sup>a</sup> posição, entre os 417 municípios.

Vários programas de desenvolvimento atuam no município, a exemplo do Produzir, Comunidade Solidária, Fome Zero, Vale Gás, Bolsa Escola, Faz. Cidadão, etc., que tem como foco justamente essas localidades de menor índice de desenvolvimento socioeconômico do Estado.

## 2. APRESENTAÇÃO (Quem somos?)

(Tecer comentários sobre a instituição tais como: finalidade, local de funcionamento, suas principais atividades, projetos realizados, números de beneficiários já atendidos direta e indiretamente pelos projetos executados e outras informações julgadas apropriadas)

O município de Caem depende essencialmente da exploração agropecuária. Entretanto, conforme registros da JUCEB possuem 15 indústrias ocupando o 126<sup>o</sup> lugar na posição geral do Estado. O que chama a atenção a despeito da baixa produção de mandioca na região é o grande número de casas de farinha 16 (dezesesseis) somente nas comunidades de Bom Jardim e Monteiro, num trecho de aproximadamente 06 km. A mandioca representa à única e fundamental fonte de renda das pequenas propriedades e as condições naturais indicam a cultura como fundamental e necessária para o desenvolvimento local.

A cultura da mandioca é a maior fonte de renda dos micros e pequenos produtores das comunidades de Bom Jardim e Monteiro, sendo comercializada, em

forma de beiju, tapioca e farinha. A falta de conhecimento tecnológico, aliado a outros aspectos como baixa produtividade, falta de material genético de boa qualidade (manivas), oscilações de preços, fabricação de produtos de qualidade inferior, têm sido fatores desestimulantes para o desenvolvimento desta atividade.

As comunidades formadas na sua maioria por afrodescendentes, tendo sua origem no refúgio de escravos (quilombo), com o apoio do SEBRAE, EBDA, Prefeitura Municipal fundaram em 2006 a AQUIBOM – Associação Quilombola dos Produtores de Mandioca de Bom Jardim e Monteiro, com o objetivo de promover o desenvolvimento e assistência aos remanescentes de quilombo e produtores de mandioca, em seus aspectos educacionais, culturais, sociais, agrícolas, tecnológicos, jurídicos, econômicos e financeiros, visando dessa forma preservar a sua identidade cultural de comunidade negra rural, aumentando a produção, gerando emprego e renda, de forma a proporcionar uma melhor qualidade de vida a seus associados. A grande maioria pretende implantar o projeto de mandiocultura, como forma de ampliar e alternar a economia.

Em um diagnóstico realizado recentemente pelo SEBRAE constatou-se um baixo índice de escolaridade, onde a grande maioria dos produtores estudou somente até o 1º grau e que 67% do total dos filhos dos agricultores encontram-se matriculados. Desse modo, futuramente, a situação do grau de escolaridade será modificado, para melhor.

A cultura da mandioca gera hoje no município inúmeros empregos diretos e indiretos. O rendimento médio por produtor pesquisado nas comunidades foi de R\$ 6.200,00 e a cultura da mandioca, além de proporcionar alimentos para subsistência, participa com R\$ 5.233,00 representando 84,40% da renda.

O baixo nível tecnológico reflete no beneficiamento da cultura, desde a raiz, onde grande parte dos produtores não conhece tecnologias adequadas para industrialização de inúmeros produtos para consumo humano e animal, deixando de agregar valores à atividade. Além disso, a parte aérea da planta é totalmente inaproveitada, quando deveria ser transformada em carne, leite e ovos, aumentando, ainda mais, a rentabilidade do negócio.

### 3. OBJETIVOS (Para quê?)

### 3.1. Geral

(Definir claramente os objetivos gerais e específicos, os quais deverão corresponder à solução de problemas e/ou aproveitamento de potencialidades diagnosticadas)

A industrialização da mandioca pode ser direcionada para diversos segmentos da alimentação humana como mandioca pré-cozida, congelada pronta pra fritar, farinhas, fécula, polvilhos, farofas ou ainda como aditivos na fabricação de diversos produtos e também pode ser direcionada para alimentação animal, na forma de raspas ou silagens. Buscamos com este projeto dar ao pequeno produtor ou grupos de agricultores, condições que possibilitem a fabricação de beijus, atividade já desenvolvida pela comunidade, mas de forma rudimentar e em condições desfavoráveis para a produção de alimentos. Assim, propõe-se a construção de 02 (duas) unidades produtivas de derivados da mandioca, cultura esta cultivada em quase toda propriedade rural, visando aumento da receita, bem como o aproveitamento da mão de obra familiar, inclusive como forma de fixar o homem no campo.

### 3.2. Específicos

(Definir claramente os objetivos gerais e específicos, os quais deverão corresponder à solução de problemas e/ou aproveitamento de potencialidades diagnosticadas)

- Oferecer aos agricultores e agricultoras familiares mine produtores de mandioca e derivados, infraestrutura de apoio à produção;
- Redução do sério problema do êxodo rural, com a geração de empregos diretos e indiretos no campo;
- Efetivar a interiorização do processo de desenvolvimento com a agroindustrialização;
- Melhorar a qualidade do beiju, visando à ampliação do mercado e como consequência melhor preço na comercialização;
- Propiciar ao consumidor a oportunidade de poder consumir um produto de boa qualidade a preços mais acessíveis;
- Aumentar a renda dos produtores;



- Redução de perda no processo de industrialização e comercialização
- Disseminador a promoção de melhorias tecnológicas nas atividades agropecuárias.

#### 4. JUSTIFICATIVAS (Por quê?)

(Abordar as origens dos problemas e suas consequências, as alternativas para solucioná-las (medidas práticas) e a projeção da realidade que se pretende atingir a partir da implantação do projeto).

O cultivo da mandioca é bastante disseminado em toda Bahia, inclusive no município de Caem, onde é explorado basicamente por agricultores e agricultoras familiares mine produtores rurais e tem um papel muito importante na composição de sua renda.

Os grandes entraves na produção estão por volta do conhecimento técnico para o cultivo e no processo de industrialização onde mesmo sendo produzidos há bastante tempo no município, o beiju ainda é fabricado de forma artesanal e em péssimas condições de higiene.

O município já tem tradição na produção e comercialização de beijus.

A transformação da raiz de mandioca em outros derivados faz com que se melhore a renda do produtor e se busque nova alternativa de comercialização.

A mandioca é uma fonte de energia para a alimentação humana, além de exercer um destacado papel na segurança alimentar das populações mais pobres.

Acreditamos, também, que a racionalização no processo de produção pode gerar um produto final de melhor qualidade, padronizado e de menor custo.

A importância da atividade agroindustrial no processo de desenvolvimento econômico e social tem levado os órgãos de fomento a promover a elaboração de projetos que visem o desenvolvimento local. Sabe-se que a agroindústria é uma das principais geradoras de empregos diretos e indiretos. Por outro lado, a típica orientação locacional para a fonte de matéria-prima faz com que a agroindústria contribua para reduzir o sério problema do êxodo rural, por gerar empregos diretos e indiretos no campo.

Os efeitos multiplicadores da agregação de valor à produção pela agroindustrialização ocorrem tanto na atividade agropecuária, como na estrutura de comercialização e serviços, e refletem-se na efetiva interiorização do processo

de desenvolvimento. Mais ainda, as características tecnológicas do processamento agroindustrial viabilizam, para algumas matérias primas e produtos, a implantação de unidades de pequeno porte, mais acessíveis a investidores com menor disponibilidade de capital.

Assim, acreditamos que a cultura da mandioca poderá contribuir de forma significativa com o desenvolvimento da região, notadamente, pela suas potencialidades como solo, clima, localização, mercado consumidor forte (Jacobina, Capim Grosso, Campo Formoso, Senhor do Bonfim, Mairi, Feira de Santana, etc.) e a própria necessidade de diversificação cultural. Além do mais, trata-se de uma planta rústica, resistente a anormalidades climáticas e é considerada o pão dos pobres, dos menos favorecidos, dos excluídos, etc.

#### 5. PÚBLICO-ALVO (Quem?)

(Indicar o público-alvo que será beneficiado.)

Agricultores e agricultoras familiares mine produtores de Mandioca das Comunidades de Bom Jardim e Monteiro no Município de Caem – BA e que já utilizam a agroindústria de transformação para a produção beiju, tapioca, etc.

#### 6. NÚMERO DE BENEFICIÁRIOS (Quantos?)

(Indicar a quantidade de beneficiários diretos e indiretos, para que se possa estabelecer a relação custo/benefício, bem como a estimativa de geração de emprego)

Beneficiários Diretos: 360 Beneficiários Indiretos: 1.500

#### 7. METAS (O que? Quando? Quanto? Onde?)

(Quantificar as metas a serem atingidas com a implantação do projeto)

O projeto, em que pese apresentar algumas características próprias associadas a peculiaridades regionais, é inspirado em projetos similares já em pleno

desenvolvimento no território do Sisal (Conceição do Coité-BA) e Piemonte Norte do Itapicuru (Filadélfia-BA).

Assim, estima-se que no prazo de 03 (três), alcançar as seguintes metas: • Área cultivada de 100 ha;

- Processamento de 1.200 toneladas de raiz de mandioca; • 100 agricultores e agricultoras familiares beneficiadas;

- Aproveitamento de 100% da cultura com diversificação dos produtos; • Produtividade dobrada em relação ao diagnóstico atual de 11 ton/ha;

- Utilização de novas técnicas de produção (preparo de solo mecanizado, espaçamento definido, seleção e manivas com 20 cm, correção de fertilidade do solo (adubação), introdução de novos cultivares).

#### 8. RESULTADOS ESPERADOS (O que se espera?)

(Consignar os resultados previstos com a implantação do projeto e quais os efeitos e reflexos esperados sobre o cotidiano da comunidade.)

Reconhecimento oficial da comunidade junto aos órgãos competentes como polo agroindustrial da cultura da mandioca através de uma central de distribuição e comercialização dos produtos (farinha, raspa de mandioca, tapioca, beijus, biscoitos, resíduos, etc.);

Incrementar a produtividade, através da adoção de novas tecnologias;

Reduzir os custos operacionais;

Melhorar infraestrutura das fábricas de farinha, visando maior eficiência e qualidade dos produtos;

Aumentar o rendimento industrial;

Incentivar a produção de novos produtos para alimentação humana e animal, com conseqüente agregação de valores;

Implantar Unidades Tecnológicas de Aprendizagem (UTA), visando disseminar tecnologias modernas;

Incentivar o plantio de áreas coletivas, através de associações ou grupos de produtores tendo a garantia de mercado para produção;

Introduzir novos cultivares de mandioca, produtivos, precoces, resistentes a pragas e doenças, com o objetivo de multiplicar materiais genéticos de excelente qualidade e aumentar a área plantada;

Incentivar na comunidade o espírito associativista e cooperativista, tendo em vista a produção, industrialização e comercialização de forma coletiva.

### 9. SUSTENTABILIDADE/VIABILIDADE (Resultado Econômico)

(Consignar as estimativas de produção e receita anual do empreendimento com base na produtividade e preços de comercialização dos produtos a serem gerados com a implantação do projeto e estimativa de custo da produção anual)

<u>PRODUTO</u>	<u>QUANT. (unid.)</u>	<u>PREÇO UNITARIO (R\$/Unid.)</u>	<u>VALOR DA PRODUÇÃO (R\$)</u>
1. Farinha	1.250 Saca	40,00	50.000,00
2) Derivados*	-	414.000,00	414.000,00
3) Feno	63.125 Kg	0,20	12.625,00
<b>Total</b>			<b>476.625,00</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>Preços praticados na região a nível de produtor</li> <li>Derivados: Beijus, tapioca seca e fresca</li> </ul>			
<b>DESPESA ESTIMADA ANUAL:</b>			
<u>PRODUTO</u>	<u>QUANT. (unid.)</u>	<u>PREÇO UNITARIO (R\$/Unid.)</u>	<u>VALOR DA PRODUÇÃO (R\$)</u>
1. Farinha	1.250 Sc	26,80	33.500,00
2) Derivados	-	335.340,00	335.340,00
3) Feno	63.125 Kg	0,08	5.050,00
<b>Total</b>			<b>373.890,00</b>
<b>RESULTADO ECONOMICO:</b>			<b>R\$ 102.735,00</b>
<small>Obs: Dados calculados com base na produtividade média atual que é de 11 t/ha de raiz e 09t/ha de parte aérea. Entretanto, com o trabalho de capacitação do SEBRAE adicionado ao uso de novas tecnologias, como preparo de solo mecanizado, espaçamento definido, seleção e manivas com 20 cm, correção de fertilidade do solo (adubação), introdução de novos cultivares, ciclo de 12 a 18 meses prevê-se um aumento de 100% na produtividade esperada num período três anos.</small>			

### 10- PRAZO DE EXECUÇÃO (Período?)

O prazo de execução do presente projeto é de 06 (seis) meses.

### 11- OPERACIONALIZAÇÃO (Como funcionará? Quem implementará? Quem custeará? Quem administrará?)

(Como funcionará o projeto, como serão custeadas as despesas de funcionamento e de que forma e por quem será administrado)

As unidades produtivas para beneficiamento de derivados da mandioca serão construídas nas comunidades Bom Jardim e Monteiro e serão geridas pela Associação Quilombola dos Produtores de Mandioca de Bom Jardim e Monteiro com suporte técnico do escritório da EBDA escritório da cidade de Saúde, contando ainda com o apoio da Secretaria de Agricultura do município.

Por tratar-se de uma proposta idealizada, planejada, executada e gerida pelos próprios produtores e moradores, a transferência de tecnologias ocorre de forma prática e incorporada à realidade e vontade local, minimizando as resistências e tornando-se uma sugestão de modelo operacional e administrativo das propriedades rurais a ser seguido.

A EBDA local coordenará todas as ações de assistência técnica. A Associação juntamente com o poder público municipal e estadual e o Sebrae, responsabilizam-se pela administração e manutenção física da unidade, através de uma gestão participativa com a criação de um grupo gestor.

O projeto será implementado por ação cooperada entre o SEBRAE/BA, EBDA, FUNDAÇÃO BANCO DO BRASIL, BANCO DO BRASIL, Prefeitura Municipal de Caem, AQUIBOM – Associação Quilombola dos Produtores de Mandioca de Bom Jardim e Monteiro e Governo do Estado da Bahia.

## 12- ENTIDADE EXECUTORA (QUEM EXECUTARÁ?)

Nome da Entidade: Associação Quilombola dos Produtores de Mandioca de Bom Jardim e Monteiro		CNPJ:	
Endereço (rua, número, bairro): Fazenda Bom Jardim			
Cidade: Caem		UF: Bahia	CEP: 44.730-000
Forma Jurídica: Associação de produtores	DDD/Telefone:	DDD/Fax:	Email:
Nome do Representante legal: Adevaldo Severino dos Santos		Cargo: Presidente	
Função: Produtor Rural	Profissão:	CPF:	Número RG/Orgão emissor/UF
DDD/Telefone:		DDD/Fax:	

## 13. DECLARAÇÃO DE ADIMPLÊNCIA E INEXISTÊNCIA DE OUTRAS FONTES

Na qualidade de representante legal do proponente, declaro para fins de prova junto à Fundação Banco do Brasil, para os efeitos e sob as penas da Lei, em especial o contido no art. 299 do Código Penal, que inexistem qualquer débito em mora ou qualquer situação de inadimplência com o Tesouro Nacional ou qualquer órgão ou entidade da Administração Pública Federal, Direta ou Indireta, em nome do proponente, que impeça a transferência de recursos oriundos da Fundação Banco do Brasil para o projeto apresentado.

Declaro, ainda, não contar com outras fontes de recursos para as mesmas despesas custeadas pela Fundação Banco do Brasil neste projeto.

Pede deferimento,  
Caem - BA, 24 de agosto de 2009